

MEMÓRIA & PATRIMÔNIO: PRESERVAÇÃO, POLÍTICAS E ACESSO

VOLUME III

COORDENADORAS

*Juliane Conceição Primon Serres
Maria Letícia Mazzucchi Ferreira*

ORGANIZADORES

*Darlan de Mamann Marchi
Eduardo Roberto Jordão Knack
Rita Juliana Soares Poloni*

MEMÓRIA & PATRIMÔNIO: PRESERVAÇÃO, POLÍTICAS E ACESSO

Volume III



Reitoria

Reitor: *Pedro Rodrigues Curi Hallal*

Vice-Reitor: *Luis Isaías Centeno do Amaral*

Chefe de Gabinete: *Taís Ullrich Fonseca*

Pró-Reitor de Graduação: *Maria de Fátima Cossio*

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: *Flávio Fernando Demarco*

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: *Francisca Ferreira Michelon*

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: *Otávio Martins Peres*

Pró-Reitor Administrativo: *Ricardo Hartlebem Peter*

Pró-Reitor de Infra-estrutura: *Julio Carlos Balzano de Mattos*

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: *Mário Renato de Azevedo Jr.*

Pró-Reitor de Gestão Pessoas: *Sérgio Batista Christino*

Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: *Ana da Rosa Bandeira*

Representantes das Ciências Agrárias: *Victor Fernando Büttow Roll* (TITULAR) e *Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner*

Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: *Eder João Lenardão* (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências Biológicas: *Rosangela Ferreira Rodrigues* (TITULAR) e *Francieli Moro Stefanello*

Representantes da Área das Engenharias: *Reginaldo da Nóbrega Tavares* (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências da Saúde: *Fernanda Capella Rugno* (TITULAR) e *Anelise Levay Murari*

Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: *Daniel Lena Marchiori Neto* (TITULAR), *Eduardo Grala da Cunha e Maria da Graças Pinto de Britto*

Representante da Área das Ciências Humanas: *Charles Pereira Pennaforte* (TITULAR), *Lucia Maria Vaz Peres e Pedro Gilberto da Silva Leite Junior*

Representantes da Área das Linguagens e Artes: *Lúcia Bergamaschi Costa Weymar* (TITULAR), *Chris de Azevedo Ramil e João Fernando Igansi Nunes*

MEMÓRIA & PATRIMÔNIO: PRESERVAÇÃO, POLÍTICAS E ACESSO

Volume III

COORDENADORAS

Juliane Conceição Primon Serres
Maria Letícia Mazzucchi Ferreira

ORGANIZADORES

Darlan de Mamann Marchi
Eduardo Roberto Jordão Knack
Rita Juliana Soares Poloni



Filiada à A.B.E.U.

Rua Benjamin Constant, 1071 – Porto
Pelotas, RS – Brasil
Fone +55 (53)3284 1684
editora.ufpel@gmail.com

Chefia

Ana da Rosa Bandeira
Editora-Chefe

Seção de Pré-Produção

Isabel Cochrane
Administrativo

Seção de Produção

Suelen Aires Böettge
Administrativo

Anelise Heidrich

Revisão

Guilherme Bueno Alcântara (Bolsista)
Design Editorial

Seção de Pós-Produção

Morgana Riva
Assessoria

Madelon Schimmelpfennig Lopes
Administrativo

Revisão Técnica

Ana da Rosa Bandeira

Revisão Ortográfica

Anelise Heidrich

Projeto Gráfico

Guilherme Bueno Alcântara
Suélen Lulhier

Diagramação & Capa

Guilherme Bueno Alcântara

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas

Catalogação na Publicação

M533 Memória & patrimônio : preservação, políticas e
acesso. [recurso eletrônico] / Darlan de
Mamann Marchi, Eduardo Roberto Jordão Knack,
Rita Juliana Soares Poloni, organizadores ; Juliane
Conceição Primon Serres, Maria Letícia Mazzucchi
Ferreira, coordenadoras. – Pelotas: Ed. UFPel, 2020.
210 p. : il, v. III

5,95 MB, Ebook (PDF)
ISBN: 978-85-517-0063-1

1. Patrimônio cultural. 2. Memória. 3. Identidade.
4. Preservação. 5. Políticas públicas. 6. Acessibilidade.
I. Marchi, Darlan de Mamann, org. II. Knack, Eduardo
Roberto Jordão, org. III. Poloni, Rita Soares, org. IV.
Serres, Juliane Conceição Primon, coord. V. Ferreira,
Maria Letícia Mazzucchi, coord. VI. Título.

CDD 363.69

SUMÁRIO

8 APRESENTAÇÃO

11 PREFÁCIO

Eduardo Roberto Jordão Knack
Rita Juliana Soares Poloni

15 AS CIDADES E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

16 A rua, a memória e a preservação

Eliza Furlong Antochevis

32 O “duelo azulejo *versus* concreto”: conflitos normativos sobre a oficialização do patrimônio edificado de São Luís

Ariadne Ketini Costa de Alcântara

54 O sistema normativo de proteção dos bens patrimoniais edificados de Pelotas: o caso do Grande Hotel

Priscila Maria Dias Bertoncini

71 Potencialidades dos Sistemas de Informação Geográficos para o Estudo e a Preservação do Patrimônio Cultural

Leandro Infantini

84 Patrimônio em risco: reflexões para sua salvaguarda

Micheli Martins Afonso
Juliane Conceição Primon Serres

99 POLÍTICAS PÚBLICAS DE MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E URBANIZAÇÃO

100 Políticas de memória em âmbito municipal: um estudo de caso a partir de Porto Alegre

Carlos Artur Gallo

- 120 Instituições participativas de tutela do patrimônio cultural – os Conselhos de Política Cultural – desafios de implementação e efetividade

Cláuber Gonçalves dos Santos

- 135 O Patrimônio industrial na legislação pelotense

Jossana Peil Coelho

Francisca Ferreira Michelon

151 O PATRIMÔNIO, ACESSIBILIDADE E ENSINO

- 152 Patrimônio para todos? Desafios da acessibilidade cultural para pessoas com deficiência nos museus federais do Brasil

Desirée Nobre Salasar

Francisca Ferreira Michelon

- 167 Patrimônio escolar a partir da preservação de acervos escolares: das escolas rurais às escolas-polo (1930-1990)

Patrícia Weiduschadt

Renata Brião de Castro

- 187 O uso da metodologia de redução temática para a análise de textos literários e de documentos de escritores surdos em língua portuguesa

Diogo Souza Madeira

APRESENTAÇÃO

O livro que apresentamos ao público interessado nos temas, problemas, debates e questões que envolvem os estudos da memória e do patrimônio é o resultado dos trabalhos apresentados e das conferências que ocorreram durante o IV Colóquio Internacional Memória e Patrimônio (que ocorreu entre os dias 08 e 09 de novembro de 2018), promovido pelos docentes e discentes do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural – PPGMP, da Universidade Federal de Pelotas. As operações de seleção da memória, envolvendo também o esquecimento, em uma perspectiva individual e coletiva, fundamentais para compreensão da identidade e do patrimônio cultural de uma comunidade, foram amplamente debatidas durante os dias em que o evento foi realizado.

Dessa forma, o IV Colóquio abriu um espaço para discutir questões sobre memória, patrimônio cultural, conservação e gestão de acervos, espaços de memória, trajetórias e relatos de

atividades dos profissionais das áreas de atuação do PPGMP. O evento contou com mesas que debateram temas como “memórias e ditaduras”, “memória, patrimônio e esquecimento no Uruguai”, “instituições brasileiras de tutela do patrimônio cultural”, com conferências que envolveram temas referentes ao patrimônio e à memória na Argentina e os monumentos e contramonomentos no Brasil. Pesquisadores com importante, sólida e abrangente trajetória profissional, em âmbito nacional e internacional, foram convidados para as conferências e mesas do evento. Participaram ainda com apresentação de trabalhos pesquisadores de diferentes instituições brasileiras, com trabalhos desenvolvidos dentro do escopo do tema do colóquio.

Os trabalhos apresentados nos simpósios temáticos e nas conferências proferidas nas mesas de debates foram reunidos e publicados em uma coletânea composta por três livros. Cada um desses volumes foi organizado em função da afinidade entre os temas, o que fica claro a partir dos subtítulos expostos em cada obra. Além desse critério para a organização da coleção, também foi levado em consideração o estado de cada pesquisa (trabalhos iniciais, com considerações gerais; estudos de caso, com conclusões avançadas e consolidadas). Devido à quantidade de trabalhos recebidos no IV Colóquio, cada volume corresponde a etapas e enfoques diferentes do processo de pesquisa.

Dessa forma, o primeiro volume, “Memória e patrimônio: lugares, sociabilidades e educação”, além de agrupar trabalhos com temas próximos, apresenta pesquisas que trazem, em sua maioria, reflexões, mapeamentos iniciais sobre temas, problemas e objetos de estudo. Constituem, em geral, pesquisas que estão em desenvolvimento pelos respectivos autores. O segundo volume, “Memória e patrimônio: identidade, emoção

e ditaduras”, além de reunir trabalhos em torno de temas como identidade, questões envolvendo processos de patrimonialização, emoção patrimonial, memória e regimes autoritários, de uma forma geral, apresenta estudos de casos específicos, indicando trabalhos que demonstram resultados concretos no âmbito de suas pesquisas.

O terceiro e último volume da coleção, “Memória e patrimônio: preservação, políticas e acesso”, envolve trabalhos que se debruçaram sobre temas como cidades e preservação patrimonial, políticas públicas de memória e urbanização, patrimônio, acessibilidade e ensino. Tal como o segundo volume da coleção “Memória e patrimônio”, o último livro congrega estudos de casos, mas com o olhar voltado para questões técnicas, políticas e metodológicas, também apresentando, assim como no segundo volume, pesquisas em um estado mais avançado de desenvolvimento.

Finalizando, é importante ressaltar que o IV Colóquio Internacional Memória e Patrimônio resulta do esforço de pesquisadores para debater, refletir e aprofundar seus temas de pesquisa. Também assinala o esforço para a divulgação desses trabalhos, tanto para a comunidade profissional, acadêmica, como demais interessados pelos assuntos. Desejamos a todos uma ótima leitura!

PREFÁCIO

Eduardo Roberto Jordão Knack

Rita Juliana Soares Poloni

O terceiro volume da coleção “Memória e patrimônio”, do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural tem como temas a preservação, políticas e a acessibilidade. A organização em três subcapítulos (“As cidades e a preservação do patrimônio”; “Políticas de memória, patrimônio e urbanização” e “O patrimônio, acessibilidade e ensino”) começa tecendo algumas reflexões sobre as cidades e sua relação com o patrimônio.

As cidades constituem o cenário onde muitas das questões que envolvem as disputas, tensões, afirmações da memória (e do esquecimento) e políticas patrimoniais se desenrolam. Começar a presente obra discutindo as cidades a partir de ações e problemas específicos que envolvem a construção, a instituição e legitimação de memórias no espaço urbano objetiva desenhar e esclarecer esse cenário onde os principais problemas aqui debatidos estão localizados.

Após debater questões envolvendo a memória e o patrimônio nas cidades, as perspectivas e possibilidades de preservação patrimonial são observadas. Questões mais específicas, potencialidades e metodologias para pensar e abordar o patrimônio são desenvolvidas. A atuação dos profissionais que se dedicam ao trabalho com o patrimônio, das diferentes áreas do conhecimento, como história, arquitetura, museologia, conservação, entre outras, necessita de um conhecimento amplo sobre a realidade, o contexto histórico e social do espaço onde suas atividades vão incidir. Assim, o presente volume começa com reflexões sobre as cidades, antes de abordar as propostas e métodos de preservação. Conhecer as cidades, sua historicidade, suas dinâmicas urbanas, seus sujeitos e problemas, confere uma consciência no momento da atuação e uma clareza sobre como interferir na realidade urbana.

As políticas públicas de memória, planejamento e legislação urbana interferem na organização da urbe, influenciando os usos, as sociabilidades, as apropriações dos lugares, praças, ruas e bairros, interferindo, por isso, nos espaços de memória das cidades. O segundo subcapítulo envolve, além das políticas de memória, a legislação, projetos e instrumentos de urbanização e preservação patrimonial no meio urbano. Continuando a análise das formas de interferência na organização e apropriação das cidades e de seus espaços de memória, o tema que encerra o volume envolve estudos e reflexões sobre condições de acesso e conhecimento do patrimônio. Após essas considerações introdutórias, cabe uma breve apresentação de cada trabalho.

O subcapítulo “As cidades e a preservação do patrimônio” inicia com o trabalho de **Eliza Antochevis**, que tem como objeto

o patrimônio edificado. Seu capítulo procura analisar a relação entre o estado de preservação de dois conjuntos arquitetônicos, situado em ruas tradicionais, a Rua Riachuelo, em Rio Grande (RS); e a Rua da Aurora, no Recife (PE), e a memória que sua população e seus visitantes têm dessas ruas.

Ariadne de Alcântara versa sobre o processo de tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico de São Luís tendo como foco a arquitetura tradicional maranhense, e em como esses elementos são retomados periodicamente em diversas narrativas que tentam estabelecer fundamentos para a consagração da cidade colonial. **Priscila Bertoncini** traz um estudo crítico e comparativo da gestão da conservação de prédios históricos localizados em duas cidades do sul do Brasil – Laguna, Santa Catarina; e Pelotas, Rio Grande do Sul.

Leandro Infantini fala das potencialidades dos Sistemas de Informação Geográfica para a preservação do Patrimônio Cultural. **Micheli Afonso e Juliane Serres** propõem uma discussão sobre as possibilidades de preservação do patrimônio cultural em risco, a partir do viés do profissional conservador-restaurador, que se ampara na teoria contemporânea da restauração.

Carlos Gallo inicia o subtítulo “Políticas Públicas de memória, patrimônio e urbanização” com uma reflexão sobre a dinâmica das políticas de memória na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, relacionada à mudança de nome de uma das principais vias de acesso à cidade, até então nomeada em homenagem a Castelo Branco, em 2014. O autor também aborda as reviravoltas do caso, ocorridas a partir de agosto de 2018, que culminaram com a reatribuição do nome do ditador à via.

No campo das políticas públicas, **Cláuber dos Santos** desenvolve algumas reflexões acerca da produção de tais políticas

nas localidades e regionalidades, especialmente na cidade de Pelotas, RS, buscando apontar déficits que dificultam a participação social. Seguindo no mesmo tema, **Jossana Coelho** e **Francisca Michelon** discorrem sobre o patrimônio industrial na legislação pelotense discutindo a importância que a tipologia patrimonial possui para cidade, embora os bens fabris não sejam identificados com essa terminologia.

“Patrimônio, acessibilidade e ensino” conta com **Desirée Salasar** e **Francisca Michelon** abordando a acessibilidade cultural para pessoas com deficiência, apontando os principais desafios para que os museus estejam preparados para a recepção da pessoa com deficiência, não somente através de ações isoladas, mas sim do pleno exercício da cidadania cultural. Também **Diogo Madeira** discorre sobre as obras e documentos de escritores surdos que produzem suas memórias, independente do gênero literário, em Língua Portuguesa. **Patrícia Weiduschadt** e **Renata de Castro** discutem a importância do patrimônio histórico-educativo salvaguardado em escolas públicas municipais da região rural da Serra dos Tapes.

AS CIDADES E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

A rua, a memória e a preservação

Eliza Furlong Antochevis¹

Introdução

As ruas são espaços públicos que acolhem conversas, reuniões e festividades. A rua onde se caminha, onde se admira as fachadas das edificações, pouco a pouco passa a fazer parte da memória do transeunte, seja ele cidadão local ou turista. Elas dão características únicas às cidades, sendo definidas pelos traçados e, muitas vezes, determinando os espaços privados. Esse sentimento de pertencimento com a imagem de uma rua, parte de uma cidade, tende a crescer conforme as características locais são preservadas.

Nesse aspecto, os estudos históricos são extremamente relevantes, pois justificam que o espaço público seja considerado um bem cultural, seja pelos eventos que nele aconteceram ao longo dos anos, seja pela técnica construtiva nele empregada. O conjunto arquitetônico e o próprio espaço público da rua são evidências de uma forma de habitar e construir, que pode ter-se extinguido. É importante ao cidadão observar a cidade na sua realidade, como uma pluralidade de tempos e técnicas. Como afirmou o filósofo Paul Ricoeur:

E da mesma forma que a recepção do texto literário inaugura o experimento de uma leitura plural, de uma acolhida paciente feita à intertextualidade, também o habitar receptivo e ativo implica uma releitura atenta do ambiente urbano, uma nova reaprendizagem contínua da sobreposição

¹. Mestre em Arquitetura e Urbanismo PROGRAU/UFPel. Professora Assistente Faculdades João Paulo II-Pelotas. email: eliza.antochevis@gmail.com

dos estilos e, portanto, também das histórias de vida das quais todos os edifícios e monumentos carregam traços [...] (RICOEUR, 1998, p. 51).

Após a definição do objeto como patrimônio cultural, parte de uma memória local, busca-se a elaboração de instrumentos de proteção adequados, como inventários e tombamentos. O bem ou o conjunto, após ganhar tal proteção (que se configura em uma legislação), pode receber incentivos fiscais e financiamentos públicos ou privados para projetos de restauração e revitalização. Com as suas especificidades resguardadas, o local passa a receber atividades turísticas, o chamado turismo patrimonial, que pode beneficiar a cidade com oportunidades de emprego.

O objetivo geral do trabalho foi analisar a relação entre o grau de preservação de um conjunto arquitetônico, situado em uma rua tradicional e histórica, e a memória e/ou esquecimento dessa mesma rua por sua população. A análise foi feita a partir do conjunto arquitetônico, mais especificamente das fachadas frontais (públicas) dos prédios voltados para essas ruas.

Seguindo o método historiográfico, buscou-se comparações entre dois objetos de pesquisa: a Rua Riachuelo, em Rio Grande (RS), às margens da Laguna dos Patos; e a Rua da Aurora, no Recife (PE), às margens do Rio Capibaribe. A rua da Aurora foi estudada em seus oito quarteirões, entre a Rua Imperatriz Tereza Cristina e a Rua João Lyra. A Rua Riachuelo foi analisada em toda a sua extensão, da Rua Andradas até a Rua Almirante Barroso, totalizando seis quarteirões.

1. A Rua da Aurora

1.1. *A Rua da Aurora às margens do Rio Capibaribe*

A cidade do Recife está situada no lado leste do estado de Pernambuco. Em 1561, a praia de pescadores, conhecida como Ribeira de Mar de Arrecifes, foi elevada à condição de Povoação do Recife, tornando-se o principal núcleo urbano da capitania de Pernambuco. Considerada uma região de extrema relevância, graças à cultura da cana de açúcar, despertou o interesse dos holandeses, que a invadiram e ocuparam entre 1630 e 1654 (MENDES *et.al.*, 2011, p. 33).

No século XVIII, ocorreram melhoramentos por consequência do crescimento da economia. Entre 1737 e 1746, já na condição de Vila, foi realizado o aterro da Boa Vista em uma região pantanosa, margeando o Rio Capibaribe. Posteriormente, a vila sofreu uma expansão, recebendo novas edificações ligadas a instituições religiosas, assim como pontes. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2017).

A ocupação regular da Rua da Aurora deu-se a partir do começo do século XIX, aproximadamente em 1806, no aterro da Boa Vista. O uso pesqueiro inicial foi substituído pelo uso residencial, em um período de desenvolvimento da cidade, fazendo com que a via recebesse edificações com uma técnica construtiva mais elaborada, para abrigar famílias das camadas sociais mais altas, conhecidas como a elite da cidade.

A imagem a seguir (figura 01) mostra, à sua direita, o trecho da via entre a Rua do Riachuelo e a Rua Princesa Isabel, no início do século XX. Nota-se a existência de sobrados de dois e três pavimentos, com fachadas ricamente ornamentadas, portas-janelas com balcões de ferro e platibandas. Essas características pertencem à corrente arquitetônica eclética, porém observa-se uma influência neoclássica,

pelo uso de frontões, rígida simetria e monumentalidade em alguns prédios.

Ao longo dos séculos XIX e XX, a Rua da Aurora recebeu prédios com outros usos, além do residencial, que apresentaram configurações diferenciadas, saindo da tipologia do sobrado. Em 1875, quando já havia sido construído o Ginásio Pernambucano, foi edificado o Palácio Joaquim Nabuco, que abrigou a Assembleia Legislativa de Pernambuco e hoje funciona como museu (BEZERRA, 2017).



Figura 01: Cartão postal da Rua da Aurora, entre a Rua do Riachuelo e a Rua Princesa Isabel (trecho à direita), datado de 1912

Fonte: Acervo Benício Dias – Fundação Joaquim Nabuco.

1.2. A identificação dos recifenses com a rua

A Rua da Aurora sempre foi muito estimada por sua população e por seus visitantes. Foram muitos os poetas e filósofos que escreveram sobre ela. Segundo o sociólogo e escritor recifense

Gilberto Freyre (1968), “da Rua da Aurora já se disse que é uma das ruas mais características recifenses: talvez a mais recifense. É de todas, a mais cortejada pelo Capibaribe. Seu nome é poético”.

Essa notoriedade, representada no século xx, foi resultado de uma memória local estabelecida desde os princípios do século xix, quando eram edificados na via os ricos sobrados anteriormente citados. A preservação de grande parte dessas construções contribuiu para a continuidade da identidade ao longo das décadas. Recife sempre se identificou com a paisagem da rua, uma soma de patrimônio cultural natural e patrimônio cultural imóvel.

Ações educativas contribuíram para que a rua continuasse presente na memória de sua população, elucidando as suas origens ainda no século xix, e fomentando a identidade costeira. A Prefeitura do Recife desenvolveu, nos últimos anos, programas relacionados à educação patrimonial. Um exemplo é o Projeto de Educação Patrimonial, voltado para escolas da rede municipal de ensino, que visa a ensinar a história da cidade do Recife através de passeios pelos seus bairros (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2017).

1.3. Os instrumentos de proteção na Rua da Aurora e a situação atual

Para a preservação dos bens imóveis da Rua da Aurora, alguns instrumentos de proteção foram empregados. Na Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (1938-2018) do Iphan, a cidade do Recife conta registros de imóveis, conjuntos arquitetônicos, acervos, jardins, terreiros e patrimônio natural.

Na Rua da Aurora, o exemplar inscrito na lista é o Ginásio Pernambucano, tombado em 1984 (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2018).

No ano de 1986, a Fundarpe, Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, realizou o tombamento estadual de um trecho da Rua da Aurora. O tombamento do conjunto urbano, da Ponte da Boa Vista até a Rua João Lyra, buscou proteger a silhueta inicial e impedir a descaracterização dos majestosos exemplares de sobrados do século XIX (FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO, 2014).

Em 1996, a Secretaria de Planejamento Urbano (Seplan) da Prefeitura da Cidade do Recife delimitou as Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural. A zona 08 incluiu a Rua da Aurora, entre os mesmos trechos do tombamento estadual. No entanto, dentro da zona existem setores de preservação rigorosa e setores de preservação ambiental. (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1996). Estes últimos atuam como áreas de transição nas quais a preservação não é obrigatória, mas as requalificações ou os novos prédios devem obedecer a regras preestabelecidas.

As figuras a seguir são imagens atuais que mostram trechos da Rua da Aurora, dentro dos limites da zona de proteção. A figura 02 mostra a elevação de um quarteirão preservado em toda a sua extensão, com prédios de correntes arquitetônicas do século XIX e primeira metade do século XX. Esta é uma área de preservação rigorosa, cujas normas foram de extrema importância para preservar mais do que algumas edificações, mas o que já pode ser chamado de conjunto urbano.

A figura 03 mostra um quarteirão com imóveis do mesmo período que os da imagem anterior. No entanto, esses prédios estão aparentemente sem uso, alguns apresentam patologias

(por falta de manutenção) e sofreram descaracterizações. Além disso, a face do quarteirão conta com intervenções contemporâneas, como os edifícios em altura. Esta é uma zona de preservação ambiental, servindo como área de transição.



Figura 02: A Rua da Aurora entre a Rua do Riachuelo e a Rua Princesa Isabel

Fonte: Funderpe. Imagens do Patrimônio. Disponível em: <<http://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2017/07/Recife-Rua-da-Aurora-Imagen-Lais-Castro.jpg>>.

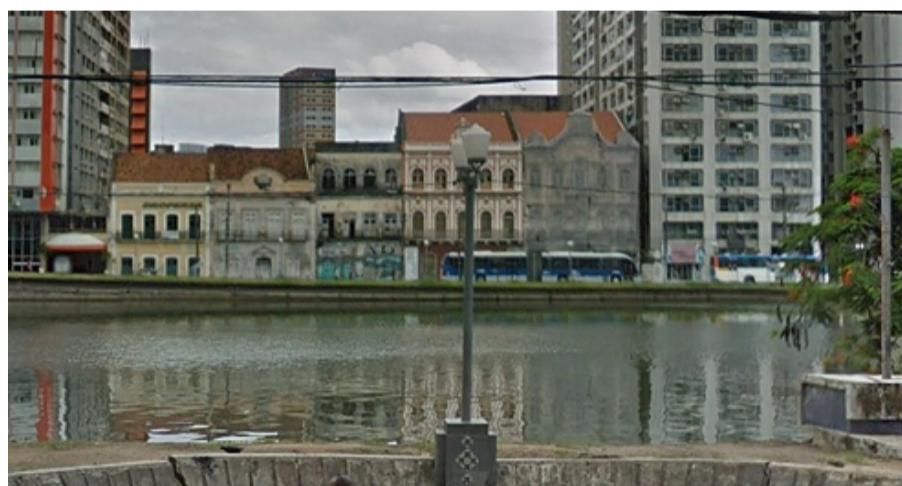


Figura 03: A Rua da Aurora entre a Avenida Conde da Boa Vista e a Rua do Riachuelo

Fonte: Funderpe. Imagens do Patrimônio. Disponível em: <<http://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2017/07/Recife-Rua-da-Aurora-Imagen-Google-Street-View3.jpg>>.

2. A Rua Riachuelo

2.1. *A Rua Riachuelo às margens da Laguna dos Patos*

A cidade do Rio Grande localiza-se ao sul do Rio Grande do Sul, na costa do Oceano Atlântico. Originou-se com a criação do Presídio e Povoação do Rio Grande de São Pedro, em 1737. Sua função inicial visava às questões militares como o avanço e a defesa do território português na região platina. Nos primeiros anos da povoação, foram criados dois núcleos populacionais: o Núcleo do Porto e o Núcleo do Estreito (QUEIROZ, 1987). O Núcleo do Porto, por abrigar a principal atividade econômica do lugar, desenvolveu-se formando o centro histórico da cidade.

O século XIX teve início com a então Vila do Rio Grande atravessando um período de desenvolvimento econômico que se iniciara na década de 1780, com o crescimento das charqueadas (RHODEN, 2013). Houve também a Abertura dos Portos por D. João VI, no ano de 1808, fazendo com que as atividades ligadas ao porto do Rio Grande atraíssem comerciantes e profissionais diversos.

No ano de 1823, a dragagem do cais e a construção do porto foram finalizadas (QUEIROZ, 1987). Parte das areias retiradas foi usada no aterro para a formação da Rua Nova das Flores, atual Rua Riachuelo, localizada em frente ao porto. Por volta de 1824, a rua foi representada em uma aquarela de Jean-Baptiste Debret, que mostrou seus recentes sobrados e casas térreas.

Assim como a Rua da Aurora, a Rua Riachuelo também contou com a criação de edificações ricamente ornamentadas, das classes mais abastadas de suas cidades, a partir da primeira metade do século XIX. Essas edificações, sem porão,

indicam que se tratavam originalmente de construções da corrente luso-brasileira, que depois foram transformadas em ecléticas. As fachadas finais contavam com platibandas e balcões em ferro.

No entanto, diferentemente da Rua da Aurora, a Rua Riachuelo sempre contou com o uso comercial, além do residencial. Diversas casas exportadoras situaram-se na via, pela proximidade com as atividades pesqueiras e portuárias, tornando evidente a relação direta com a Laguna dos Patos. O pavimento térreo era destinado às atividades comerciais, enquanto o último pavimento servia como moradia do proprietário.

Em 1865, a então cidade do Rio Grande recebeu a visita de Dom Pedro II, por ocasião da Guerra do Paraguai. Foi nesse ano que a Rua Riachuelo recebeu o seu nome atual, como uma homenagem à Batalha do Riachuelo. Na década de 1870 houve uma ampliação do cais, facilitando as atividades portuárias.

Na primeira década do século XX, a Rua Riachuelo era repleta de sobrados ecléticos, de dois e três pavimentos, além de algumas construções térreas. Além de evidenciar essas características, a figura 04 também mostra, em seu lado direito, uma torre do prédio da Alfândega, uma construção eclética com intensa tendência neoclássica, edificado entre 1874 e 1879.

No ano de 1915, foi inaugurado o Porto Novo da cidade, tendo o porto antigo continuado a receber algumas pequenas embarcações. Na década de 1920, foram edificados os armazéns da Rua Riachuelo, para apoiar as atividades. No entanto, muitas das casas importadoras foram realocadas ou tiveram suas atividades modificadas, ao longo das décadas seguintes.



Figura 04: Cartão-postal da Rua Riachuelo, datado de 1907

Fonte: Acervo do grupo Guaípeca Papareia, Rio Grande/RS.

2.2. *identificação dos rio-grandinos com a rua*

A Rua Riachuelo sempre foi relevante para os rio-grandinos. A sua localização, às margens da Laguna dos Patos, garantiu a ela a construção dos armazéns do antigo porto, conhecido atualmente como Porto Velho. A via está situada não só no centro histórico da cidade, mas também em seu centro comercial. Dessa forma, ela é visitada regularmente por uma grande parte de sua população.

Dois dos cinco antigos armazéns do Porto Velho receberam novos usos, abrigando hoje o Museu do Porto e o Museu Náutico da Universidade Federal do Rio Grande. A Rua Riachuelo também recebeu algumas edições de eventos que reuniam atrações culturais e gastronômicas, como a Festa do Mar.

No entanto, mesmo sendo uma via central, apenas uma pequena parte da população a identifica como uma rua valiosa. São os mesmos habitantes que se lembram que a cidade

do Rio Grande ostenta o título de Cidade Histórica – Patrimônio do Rio Grande do Sul (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 2012).

Com o objetivo de elevar a identidade dos rio-grandinos com a Rua Riachuelo, preservando a sua memória, algumas ações de educação patrimonial também foram desenvolvidas na cidade. Uma delas é o programa Ame o Rio Grande, que realiza passeios pelos pontos turísticos e visita escolas municipais e particulares, mostrando textos e fotografias acerca do patrimônio material da cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 2018).

2.3. Os instrumentos de proteção na Rua Riachuelo e a situação atual

O patrimônio cultural da cidade do Rio Grande foi contemplado com dois tipos de instrumentos de proteção: tombamento e inventário. Na cidade existem bens tombados nas esferas municipal, estadual e federal. Entre os imóveis tombados em nível federal estão a Catedral de São Pedro e a Capela da Ordem Terceira de São Francisco, ambas tombadas em 1938, em um dos primeiros registros de tombamento nacional realizados pelo Iphan (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2018).

Rio Grande possui também um Inventário de Bens Culturais, computando mais de 500 itens, na sua maioria edificações. O inventário teve início no ano de 2000, por meio de um convênio entre a Prefeitura do Rio Grande, o Iphan e o Iphae –RS (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 2012).

O inventário municipal autoriza algumas modificações nos bens, desde que os mesmos preservem a sua volumetria e a sua

fachada pública. Para tanto, o responsável técnico deve apresentar o projeto de restauro ou intervenção da edificação à Prefeitura Municipal, que analisará se o mesmo poderá ser realizado.

Considerando alguns marcos iniciais da cidade, no ano de 2008 a Prefeitura Municipal do Rio Grande determinou o perímetro de seu centro histórico. A Lei Municipal 6585/2008, que regulou o Plano Diretor do Município do Rio Grande, definiu os limites do Centro Histórico da Cidade do Rio Grande. A mesma lei também deliberou que o local deveria contemplar projetos específicos que valorizassem sua história, arquitetura e cultura. (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 2008).

Além de estar situada no Centro Histórico em toda a sua extensão, a Rua Riachuelo conta com mais de dez prédios inventariados, além do Cais e dos Armazéns do Porto Velho. O prédio da Alfândega, construção que ocupa todo um quarteirão, foi o único tombado em esfera federal, em 1967.

Apesar das legislações vigentes, muitas demolições e descaracterizações arquitetônicas não foram impedidas. Os únicos prédios dos quais se tem o conhecimento de manterem-se íntegros, externamente e internamente, são o prédio da Alfândega e o Cais e os Armazéns do Porto Velho. O estado de conservação interna dos poucos sobrados existentes com a fachada pública preservada não é totalmente conhecido.

A figura 05, uma imagem atual da Rua Riachuelo, mostra um trecho também visualizado na figura 04, entre as ruas Fernando Duprat da Silva e Coronel Sampaio, à esquerda na imagem. A Rua apresenta poucas fachadas íntegras em sua totalidade. Nenhum quarteirão mostra um conjunto de bens sem intervenções na volumetria ou nos vãos de aberturas. Alguns deles estão atualmente sem uso e passando por deteriorações evidentes.



Figura 05: A Rua Riachuelo, trecho entre a Rua Coronel Sampaio e a Rua Andradadas

Fonte: Imagem da autora, 2016.

Conclusão

A análise evidenciou que na cidade do Recife a memória da Rua da Aurora manteve-se intensa ao longo dos anos para a sua população, além de ter sido objeto de poemas de grandes artistas. O fato de apresentar patrimônios materiais e naturais contribuiu para que turistas também desenvolvessem uma afetividade pela mesma.

O uso institucional, implementado em algumas edificações ainda no século XIX, auxiliou para o contínuo uso da via. Quando muitos moradores trocaram de endereço residencial para bairros mais modernizados, como é usual, a rua não ficou vazia. O uso institucional, principalmente do Ginásio e da Assembleia Legislativa, garantiu um regular tráfego local.

As ações patrimoniais e os instrumentos de proteção permitiram que alguns importantes trechos da via fossem preservados em sua totalidade. Pode-se notar que a flexibilidade da

legislação, com suas áreas de transição ambiental (com possibilidades de intervenções), pode ter sido a responsável por manter viva uma rica identidade local. A rua não foi “engessada” em sua totalidade. Manteve faces de quarteirões que hoje configuram conjuntos históricos, mas também ganhou modificações que permitiram que nelas fossem construídas novas tipologias, como os edifícios residenciais multifamiliares.

Na cidade do Rio Grande, a memória da Rua Riachuelo é ainda existente, porém foi lentamente reduzida nas últimas décadas. A falta de identidade da população com a rua está intimamente ligada ao desconhecimento da admirável história da via e da sua cidade, mesmo sendo essa considerada histórica.

A criação do Porto Novo e o consequente afastamento das principais atividades pesqueiras e portuárias do cais da Rua Riachuelo foram determinantes para que, ao longo dos anos, sua imagem fosse prejudicada. Ao retirarem-se as casas importadoras, o uso residencial também foi perdido. Apesar da sua localização central, os usos atuais de depósitos e casas noturnas não auxiliam na real vivência da rua pela população. Apenas algumas agências marítimas, de importação e exportação, exercem esse papel.

Apesar dos esforços de uma pequena parte da população, inclusive através de denúncias, o poder público não conseguiu efetivar medidas para a preservação da sua identidade e a Rua Riachuelo encontra-se atualmente bastante descaracterizada. Muitos imóveis não receberam a manutenção apropriada, em alguns casos de forma proposital. Pelo receio de ter o seu terreno ocupado por edificações antigas, impossibilitadas de receberem maiores alterações pela legislação vigente, muitos prédios foram negligenciados, para que a demolição fosse

o único caminho possível, visto que o habitar havia se tornado impraticável.

Dessa forma, pode-se concluir que a variedade de usos e a flexibilidade nas alterações nos bens patrimoniais, mesmo que em poucos trechos de uma rua, pode manter exemplares e conjuntos preservados ao longo das décadas. A única forma de uma rua histórica continuar viva na memória de sua população é através da possibilidade de mudanças que se adequem às próprias alterações surgidas nas vidas dos seres humanos.

Referências

- BEZERRA, Gabriela. *Ecos da Rua da Aurora*. Notícia. Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2017. Disponível em: <<http://www.alepe.pe.gov.br/2017/07/28/ecos-da-rua-da-aurora/>>. Acesso em: 06 set. 2018.
- FREYRE, Gilberto. *Guia prático, histórico e sentimental da Cidade do Recife*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1968.
- FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO. Patrimônios de Pernambuco: Materiais e Imateriais. Recife: FUNDARPE, 2014. Disponível em: <https://issuu.com/echeverriama/docs/publica_o_patrim_nios_de_pernambuco2>. Acesso em: 02 out. 2018.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *História*. Recife (PE). Páginas internas. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2017. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1449/>>. Acesso em: 06 set. 2018.
- _____. *Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (1938-2018)*. Páginas internas. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2018. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20de%20Processos%20de%20Tombamento.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2018.
- MENDES, Francisco; VERÍSSIMO, Francisco; BITTAR, William. *Arquitetura*

no Brasil. De Cabral a Dom João vi. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. *Projeto de Educação Patrimonial de volta às salas de aula*. Notícias. Recife: Secretaria de Gestão e Planejamento, 2017. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/07/08/2017/projeto-de-educacao-patrimonial-de-volta-salas-de-aula>>. Acesso em: 06 set. 2018.

_____. *Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife*. Leis Municipais. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1996. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-recife-pe>>. Acesso em: 06 set. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. *Ame Rio Grande*. História, identidade e preservação do patrimônio cultural. Folheto informativo. Rio Grande: Prefeitura Municipal do Rio Grande, 2012.

_____. *Projeto leva educação patrimonial às escolas da rede municipal*. Notícia. Rio Grande: Prefeitura Municipal do Rio Grande, 2018. Disponível em: <<http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/noticias/detalhes+4cdc8,,projeto-leva-educacao-patrimonial-as-escolas-da-rede-municipal.html#.XFORTFVKjIU>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

_____. Plano Diretor do Município do Rio Grande. *Lei Municipal 6585*. Rio Grande: Prefeitura Municipal do Rio Grande, 2008. Disponível em: <<http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/downloads/detalhes+83dc,,plano-diretor-de-2008.html>>. Acesso em: 06 set. 2018.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertolini. *A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822)*. Rio Grande: FURG, 1987.

RHODEN, Luiz Fernando. *Urbanismo e arquitetura na região fronteiriça do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2013.

RICOEUR, Paul. Architecture et narrativité. *Urbanism* (303). Nov/dec, 1998. P. 44-51.

O “duelo azulejo *versus* concreto”: conflitos normativos sobre a oficialização do patrimônio edificado de São Luís

*Ariadne Ketini Costa de Alcântara*²

O processo de tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico de São Luís, iniciado em 1951, foi palco de muitos conflitos que questionaram a aplicação do Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Nas várias páginas dos dois volumes guardados no Arquivo Noronha Santos (Arquivo Central do Iphan, Rio de Janeiro), ficaram registradas as disputas que permearam o reconhecimento dos seus valores patrimoniais, que se sobreponham em camadas e atendiam, de acordo com o período, às exigências de determinada agência ou agente público. Compreendemos que São Luís não nasceu monumento, e, portanto, cabe-nos dizer que a trajetória do seu tombamento pode ser compreendida como um exemplo pontual das mudanças de paradigmas pelas quais passaram a cidade de São Luís e o Sphan, entre as décadas de 1950 e 1970. Portanto, antes de adentrarmos com mais profundidade no processo que trata da inscrição desse conjunto arquitetônico no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro de Belas Artes, é necessário compreender seus antecedentes.

Na primeira metade do século xx, os habitantes de São Luís presenciaram a projeção de dois planos urbanísticos que

2. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, sob orientação da Prof.ª Dr.ª Maria Letícia Mazzucchi Ferreira. Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (Capes). E-mail: ariadne.ketini@gmail.com

tinham como objetivos remodelar e viabilizar o sistema viário, para atender às novas demandas de crescimento da cidade. Em 1936, o então prefeito José Otacílio Ribeiro Saboya³ iniciou a elaboração do “Anteprojeto de Remodelação da Cidade”, estruturado, segundo José Antônio Lopes (2013, p. 165), “[...] segundo a adoção de uma proposta abrangente de remodelação urbana a partir de três ideias distintas e complementares: as representações negativas da cidade antiga, o atraso cultural em que São Luís estava imersa e o alcance parcial das intervenções anteriores sobre a cidade”. A execução do Plano de Remodelação foi precedida pela publicação de uma série de normativas que refletiam o pensamento urbanista do engenheiro, entre elas: o *Código de Posturas de 1936*, o *Plano de Zoneamento da Cidade de São Luís* (Decreto Municipal n. 271 de 19 de dezembro de 1936), criação da Comissão do Plano da Cidade (Decreto Municipal n. 233 de 23 de março de 1937) e a instituição da Comissão do Patrimônio Artístico Tradicional de São Luís, através do Decreto Municipal n. 474 de 1943.⁴

O arranjo normativo elaborado por Saboya Ribeiro apresentou imagens diversificadas do núcleo antigo da cidade, o que, em parte, associava a arquitetura colonial a representações negativas, mas por outro lado reconhecia a importância

3. O engenheiro cearense José Otacílio de Saboya Ribeiro (1899-1976) ocupou diversos cargos públicos em várias cidades do Brasil entre elas Rio de Janeiro, Juiz de Fora, Fortaleza e São Paulo. Em São Luís, assumiu o cargo de prefeito em 15 de setembro de 1936, permanecendo na função até 07 de julho de 1937 (LOPES, 2013, p. 164-165).

4. A Comissão do Patrimônio Artístico Tradicional de São Luís foi instituída através do Decreto Municipal elaborado por um grupo de notáveis, entre eles o prof.º Antônio Lopes. Embora seu projeto original esteja atrelado ao Plano da Cidade, sua efetiva criação aconteceu apenas em 1943 na administração do prefeito Pedro Neiva de Santana (1937-1945).

de manutenção dos traços urbanísticos originais com algumas adaptações à realidade da década de 1930. Em mensagem oficial a Câmara, em 1937, o prefeito descreveu de forma clara seu posicionamento em relação a arquitetura tradicional, enfatizando que São Luís era, “[...] remanescente única, talvez, das capitais brasileiras que conservam o cunho característico das cidades do século passado, com suas vias tortuosas, estreitas e íngremes e com seus velhos trapiches” (RIBEIRO, 1937, p. 23). Em conferência para o Sindicato da Imprensa, Saboya testificou que o objetivo do seu plano de remodelação urbanística era “melhorar o aspecto da cidade”, e que para isso dedicou no *Código de Posturas de 1936* alguns capítulos a padronização da construção e reconstrução de edificações situadas na cidade velha. A tecnologia urbana, conjunto de procedimentos arquitetônicos específicos, deveria ser aplicada com “rigorosa observância para que a cidade de São Luís possa tomar melhor aspecto”, devendo ser sanada também “[...] a falta absoluta de artistas técnicos [pois] para dotar nossa cidade de operários habilitados, a Prefeitura vem criar um curso de aperfeiçoamento, contando que, muito em breve, teremos um corpo regular de técnicos” (RIBEIRO, 1937, p. 1)

O empenho do engenheiro pelo “embelezamento” da cidade e o apagamento gradual dos traços coloniais era justificado pelo argumento de que “[...] os atuais prédios não podem servir de padrão às futuras edificações [...] as atuais arquiteturas das fachadas representam, não há de negar, grande esforço no passado, mas não condizem com a atualidade” (RIBEIRO, 1937, p. 1). Utilizando o recorrente exemplo dos “baixos dos sobrados”, o prefeito associava a precariedade da saúde pública da cidade aos nefastos e atrasados costumes de habitar do maranhense.

Para ilustrar sua fala, retomou os ensinamentos científicos do médico maranhense Aquiles Lisboa que, em 1921, enumerava entre as causas da epidemia de peste bubônica daquele ano a insistência em “[...] continuar a mesma cidade de hábitos coloniais [...] volta-nos assim a peste, e encontra-nos ainda uma população que vive aglomerada nos baixos dos sobrados, onde não há dejectórios, onde o ar dificilmente se renova e pouco se penetra a luz” (LISBOA, 1921, p.1). Além de citar as recomendações dos especialistas em saúde pública, o engenheiro também salientava a necessidade de utilizarem-se novas tecnologias da arquitetura, tendo para isso “estabelecido prêmios aos arquitetos e aos proprietários para incentivar as construções”, pois as medidas decretadas anteriormente “[...] não procuraram melhorar as fachadas nos nossos prédios, adotando-se, ao contrário, as horríveis platibandas que vemos na cidade” (RIBEIRO, 1937, p. 1).

Os estilos arquitetônicos que suscitaram o merecimento de prêmios, durante as administrações de Saboya Ribeiro e dos seus sucessores, começaram a despontar nas obras de edifícios públicos. O emprego de novas tecnologias construtivas, defendidas no *Código de Posturas de 1936*, foi celebrado pelos administradores locais como instrumento de execução da “arquitetura moderna”. No entanto, o estilo definido como alternativa ao mau gosto colonial, praticado por artísticas sem técnica – como mencionava Saboya Ribeiro –, não era o mesmo celebrado na Semana de Arte de 1922, que encontrou em Lúcio Costa um dos seus maiores representantes. A renovação das formas que animaram engenheiros e arquitetos da capital maranhense, sobre tudo nas décadas de 1930 e 1940, foi claramente identificada com o estilo neocolonial. O desaparecimento da arquitetura

vernácula de São Luís, que animava uma parcela significativa da população interessada em consumir projetos mais modernos, preocupava aqueles que compreendiam a importância histórica dos vestígios da colonização portuguesa. Em meio a essa guerra de narrativas, o geógrafo e antropólogo Raimundo Lopes sai em defesa da reinvenção dos ornamentos dos velhos sobradões proposta pelo neocolonial, e que tinha como um dos seus principais representantes Ricardo Severo.⁵ Assim, em artigo pioneiro sobre o neocolonial no Maranhão, Lopes exalta a simplicidade das “velhas fachadas de azulejo [que] oferecem conjuntos agradáveis, guardando uma feição pitoresca, tradicional que, se raro tem propriamente valor arquitetônico, tem o da expressão estética geral na fisionomia urbana” (LOPES, 1924, p. 14).

Partidário de um pensamento visionário, o jornalista e fotógrafo Miércio Jorge (1938, p. 6) avança na discussão sobre a proteção das cidades históricas coloniais considerando que, assim como Ouro Preto, “[...] São Luís, merece igualmente as honras de monumento histórico nacional, porque é uma das mais antigas cidades brasileiras e nela ainda sobrevivem reminiscências da civilização ibérica”. Para o jornalista a função cautelar do recém-criado Sphan⁶ era a saída mais viável para a

5. O arquiteto português Ricardo Severo da Fonseca e Costa (1869-1940) é considerado por diversos autores como o precursor do neocolonial no País, e se destaca pelos escritos sobre a arquitetura tradicional portuguesa e suas manifestações no Brasil (MELLO, 2006).

6. De acordo com a cronologia institucional utilizaremos nesse trabalho as siglas SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) que corresponde a atuação do órgão até 1946; DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), entre 1946 e 1970; DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), entre 1946 e 1970; IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), compreendido entre 1970 e 1979 (REZENDE, 2015).

chamar a atenção do “[...] poder público para a frequência com que se mutilam, em nome do progresso mal dirigido a sua febre, muita beleza que deverá ser preservada na grande e honrosa capital histórica de São Luís”. Desde os primeiros anos de sua criação, o tombamento, instituto jurídico de proteção, passou a ser celebrado por parte dos intelectuais locais como a melhor ferramenta política para a legitimação dos valores histórico e artístico do conjunto arquitetônico de São Luís. Quando os ventos modernistas finalmente começaram a soprar em São Luís, em meados da década de 1950, os projetos de arquitetura residencial moderna de Cleon Furtado e Braga Diniz ganharam gradualmente a simpatia dos habitantes da cidade (SÃO LUÍS-SEVILHA, 2008, p. 92). Assimiladas também pela administração municipal e estadual, as propostas modernistas orientaram construções que adotaram:

As Influências do Movimento Moderno [que] chegam a São Luís a partir da década de 50, quando foram inseridos dentro do conjunto tombado alguns edifícios modernistas para abrigar sedes dos órgãos públicos governamentais de instituições federais. Tais projetos modernistas difundiram a nova linguagem nas diferentes regiões do País. Neste contexto, foram construídos o edifício sede do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) ou Edifício João Goulart, com projeto do arquiteto Pedro Alcântara na Praça Pedro II (Construtora Caiçara, 1957), o edifício sede do Banco do Estado do Maranhão na Rua do Egito, a sede do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), em 1957, na Rua Jansen Muller; e o Edifício Sulacap na Rua de Nazaré (SÃO LUIS-SEVILHA, 2008, p. 91).

O embate entre a conservação dos sobrados de azulejos e o consumo de formas mais modernas de arquitetura impulsionaram o pedido de tombamento que deu início ao processo

de patrimonialização do conjunto arquitetônico paisagístico de São Luís. Preocupado com o avanço do concreto armado, o arcebispo de São Luís Dom José Medeiros Delgado (1951-1963) elabora, em 1952, uma petição para o tombamento da Igreja de São José do Desterro, indicando que o templo tinha “características coloniais, pois ali começou a cidade, e constitui hoje o único ponto de atração de vários turistas que vagueiam naque-*las plagas*” (IPHAN, 1951, fl. 5). Considerado o marco de aber-*tura* do processo de tombamento do conjunto, o conteúdo do pedido do religioso nos fornece pistas sobre a síntese do pen-*samento* da época, que orientava as ações de diversas agências e agentes engajados na preservação do patrimônio. A análise desse universo de atuações deve considerar por um lado que o reconhecimento dos valores histórico e artístico do conju-*to* arquitetônico e paisagístico de São Luís do Maranhão não seguiu, a priori, a rigidez burocrática exigida pelo expediente institucional da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Por outro lado, é necessário compreender o papel dos agentes público engajados no debate durante o pro-*cesso* de tombamento, o que ocasionou a adoção de direciona-*mentos* diferenciados ao longo dos quase 20 anos de instrução do processo.

A Igreja Católica e seus membros sempre cultivaram prá-*ticas* de preservação de monumentos e objetos de arte, o que incluía o vasto patrimônio edificado que estava sobre sua tutela. No entanto, a atuação do Estado nesse processo de acautela-*mento* gerou diversas tensões e conflitos de interesses entre as perspectivas de atribuição de valor e formas de deliberação do tombamento. Segundo Gomes e Martins (2017, p. 74), as lide-*ranças* eclesiásticas sempre se colocaram como protagonistas

nas negociações de patrimonialização dos espaços de culto, o que evidencia a manutenção de uma identidade cristã na representação desses bens culturais. No caso do tombamento da Igreja do Desterro, o envolvimento do clero foi crucial na produção de narrativas que acabaram concorrendo com os pareceres emitidos por técnicos e representantes locais do DPHAN. O Monsenhor Arthur Lopes Gonçalves, reitor da igreja em questão, foi o responsável por fornecer ao órgão de preservação as informações históricas sobre edificação, evidenciado em seu texto a antiguidade do templo que datava da invasão holandesa da cidade de São Luís, em 1641, “[...] guardando reminiscências de uma época histórica e conservando nas suas linhas arquitônicas traços marcantes do período colonial” (IPHAN, 1951, fl. 5). Dispensando o detalhamento dos elementos artístico, Monsenhor Arthur concentra sua argumentação na autenticidade e antiguidade da igreja, evocados como marca da identidade histórica da cidade.

Responsável pela primeira avaliação do processo, Edgar Jacinto da Silva, Chefe da Seção de Arte da DPHAN, emite parecer afirmado que “esta igreja não tem interesse artístico para tombamento [...], entretanto convinha ainda obter-se documentação fotográfica das capelas transversais, indicadas na foto do interior da igreja” (IPHAN, 1951, p. 6). Em uma segunda etapa de apreciação, Carlos Drummond de Andrade, Chefe da Seção Histórica, avalia o mérito do pedido de tombamento recorrendo a um antigo texto de Raimundo Lopes⁷, que elucida o contexto histórico e artístico de edificação do monumento:

7. Raimundo Lopes da Cunha ocupou entre os anos de 1938 e 1941, data do seu falecimento, uma cadeira no Conselho Consultivo do Sphan (CHUVA, 2009, p. 226).

A Igreja do Desterro tem fama de ser a mais antiga do Estado, mas essa anciãade é ainda mais discutível que a da Conceição pois, se a ermida antiga remonta aos primeiros tempos da capitania, o atual edifício é já da época romântica, do Império, quer pelas datas conhecidas, quer pelas características arquitetônicas tais como as formas – aliás variadas – de arcos das janelas, e o próprio frontão bulboso. O interesse é modesto e sem beleza. No caso, o que é antigo e interessante não é a igreja, primariamente, e sim o bairro que o rodeia, com suas velhas casas (IPHAN, 1951, p. 6v).

Considerando a descrição acima, o autor de Macunaíma inicia uma averiguação da possibilidade de tombamento do conjunto arquitetônico que servia de ambiência ao templo, solicitando que a partir de então o processo seguisse uma rotina institucional. Para Márcia Chuva (2009, p. 235), os pareceres técnicos representavam “o *locus* de ação do Sphan”, onde se expressava “uma racionalidade administrativa”, bem como uma “autorrepresentação dos seus membros”, que analisavam os processos de acordo com os preceitos institucionais vigentes. Assim, “os pareceres técnicos, na maioria das vezes emitidos pelos arquitetos, caracterizavam-se por serem descriptivos das características físicas do objeto [...] e por demonstrarem um conhecimento específico das técnicas construtivas e do universo de bens do qual ele fazia parte” (CHUVA, 2009, p. 235).

Descartada a originalidade setecentista da Igreja do Desterro, o processo seguiu com a possibilidade de enquadramento dos quarteirões assobradados, que se constituíam como exemplares característicos da arquitetura dos séculos XVIII e XIX. Considerando o disposto acima, podemos afirmar que o rito do tombamento do acervo arquitetônico seguiu a lógica de interpretação técnica proposta pelo arquiteto Lúcio Costa em seu

Plano de Trabalho para a Divisão de Estudos e Tombamento da DPHAN, escrito em 1949. O documento descrevia a necessidade das análises dos processos de tombamento serem fundamentadas pelo máximo de fontes documentais e fotográficas, cumprindo uma classificação sistemática. Nesse sentido, Rodrigo de Melo Franco, então presidente do órgão, solicita aos religiosos que “[...] enviassem de São Luís a esta repartição (DPHAN) documentação fotográfica, principalmente, das fachadas laterais e elementos interessantes do interior, bem como croquis e plantas baixas, a fim de habilitar a Divisão competente desta Diretoria a opinar a respeito” (IPHAN, 1951, fl. 4). O registro fotográfico detalhado do templo religioso cumpriria, portanto, o enquadramento da arquitetura civil proposto por Lúcio Costa, que classificava as edificações “[...] por sistemas de construção, por época, por finalidade e função, por elementos construtivos do programa, por elementos estruturais e acabamentos, por características regionais, por particularidades de estilo, como-dulação e modenatura” (PESSÔA, 1999, p. 70).⁸

Observando a evolução do processo de tombamento da cidade de São Luís podemos afirmar que Lúcio Costa foi um dos primeiros agentes institucionais da DPHAN a pensar uma estratégia de preservação em conformidade com o perfil do acervo arquitetônico de São Luís. Entre 1952 e 1959, o arquiteto e então Diretor da Divisão de Estudos e Tombamento do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional emitiu pareceres sobre “[...] o tombamento alvitrado do maior número possível de logradouros, sequências de casas

8. “Comodulação é o confronto harmônico das partes entre si e com relação ao todo [...] e modenatura é o modo particular como é tratada, plasticamente, cada uma dessas partes” (COSTA, 2018).

e casas isoladas a fim de preservar e marcar melhor a unidade urbanística peculiar de São Luís” (PESSÔA, 1999, p. 144). Foi justamente a adequação da arquitetura civil portuguesa ao traçado urbanístico luso-espanhol que despertou o interesse inicial da DPHAN para a demarcação de uma área de preservação na cidade.⁹ Após a resolução de tombamento do conjunto arquitetônico do bairro Desterro, iniciaram-se tentativas de definição do conteúdo a ser protegido, como indica um documento de inspeção emitido em 11 julho de 1951 pela DPHAN, que resumiu em poucas linhas o que seria considerado a partir de então uma espécie de “normativa” do vocabulário arquitetônico de São Luís, caracterizado pelo:

Predomínio do tipo de sobrado do século XIX, de fachadas azulejadas, sacadas guarnecidadas de gradis de ferro em variadíssimos desenhos, e em alguns casos, com portadas de cantaria (portuguesa) [...] com relação ao traçado urbanístico tradicional, que ainda existe em certos trechos da cidade, verificamos a ocorrência de arruamentos com várias soluções; todas se acomodando a topografia local [...] que contribuem com variada perspectiva para a fisionomia urbana tradicional (IPHAN, 1951, fl. 36).

Esse vocabulário se repetiu em outros documentos, cartas, requerimentos e pareceres, que fizeram parte da jornada do tombamento da área que correspondia ao antigo núcleo colonial de São Luís. Pautado nas classificações estabelecidas por Lúcio Costa, o debate sobre o enquadramento estilístico da arquitetura de São Luís recaia sobre sua inadequação aos

9. Apesar de ser caracterizada como uma cidade colonial predominantemente portuguesa, o primeiro traçado urbano de São Luís foi projetado pelo engenheiro militar português Francisco Frias Mesquita, em 1615, período em que os Estados do Brasil e do Maranhão estavam sob domínio do rei espanhol Felipe II de Portugal ou Felipe III de Espanha (1598-1621) (SÃO LUÍS-SEVILHA, 2008).

parâmetros do século XVIII, como aqueles intrínsecos as cidades de Ouro Preto e Salvador. Foi essa premissa que afastou a chance de tombamento da Igreja do Desterro, colocando em cena a possibilidade de verificação dos valores inerentes aos sobrados maranhenses. Nesse sentido, a visita do arquiteto Paulo Thedim Barreto à capital, por ocasião do tombamento da cidade de Alcântara em 1948, nos fornece indícios da definição de um padrão estilístico da arquitetura colonial de São Luís. Sua definição de morada maranhense indica uma tendência maior para a apreciação do valor artístico dos conjuntos de sobrados, uma vez que o tombamento isolado de edificações também não se justificava na maioria dos casos (BARRETO, 1938, p. 190).

Em 1953, Pedro Guimarães Pinto, representante da DPHAN no Maranhão, submeteu a Seção Histórica o pedido de tombamento da “[...] coluna de mármore que serve de base ao monumento ao Poeta Máximo da Raça Brasileira, com medalhão de outros intelectuais maranhenses, que talvez mereça estudo par que seja feita inscrição no Livro do Tombo” (IPHAN, 1951, fl. 17). Em análise ao pedido, Carlos Drummond emite parecer que elucida várias questões sobre os critérios adotados pela DPHAN na concessão de medidas protetivas pois, para o chefe da Seção de História:

Não parece cabível o tombamento da coluna de mármore que sustenta a estátua de Gonçalves Dias [pois], isoladamente, não oferece, a nosso ver, o ‘excepcional valor artístico’ exigido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, para inscrição de uma coisa no Livro de Belas Artes, muito embora se afigure justo menciona-lo como homenagem expressiva ao grande poeta americano (IPHAN, 1951, fl. 19).

Mais uma vez foi considerado o alcance que o significado de uma obra de arte ou edificação deveria ter nacionalmente. Drummond avalia que antes de considerar o valor artístico da coluna seria mais plausível inscrever no Livro de Belas Artes “o conjunto urbanístico da praça Gonçalves Dias, antigo Largo dos Remédios, em que se fazem notar as belas palmeiras, o sobradão do antigo arcebispo e o sobrado da Escola Normal” (IPHAN, 1951, 21). As práticas de atribuição de valor artístico e histórico, paradigma dos julgamentos feitos pelos técnicos do órgão, contribuiu, ao longo dos 50 anos iniciais de atuação do Iphan, para a formatação de molduras específicas de classificação que eram determinadas por postulados de uma identidade nacional. Hanna Levy assinala que essa distinção entre valores “interessa muito diretamente a todas as instituições que, como o Sphan, tem por missão conservar, proteger, descobrir, explicar, descrever, etc., tudo quanto constitua valor histórico ou valor artístico” (LEVY, 1940, p. 185). No caso do tombamento da Praça Gonçalves Dias, assim como do Largo do Desterro, tanto o valor histórico como o artístico são justificados pela composição do conjunto arquitetônico, representativa das formas urbanísticas coloniais, não se destacando, portanto, edificações isoladas ou detalhes ornamentais.

O tombamento de grupos de sobrados ou de quadras que apresentavam um número significativo de edificações ainda íntegras, determinou o regime patrimonial de São Luís até meados da década de 1960. Nesse sentido, o padrão de identificação da tipologia arquitetônica da cidade foi definido por dois elementos essenciais: o traçado urbano característico das cidades portuguesas setecentistas, e o sobrado do século XIX, caracterizado pelas “[...] fachadas azulejadas, sacadas guarnecididas

por gradis de ferro em variadíssimos desenhos, e em portadas de cantaria portuguesa” (IPHAN, 1951, fl. 36). Definidores da arquitetura tradicional maranhense, esses elementos serão retomados em diversas narrativas que tentavam estabelecer fundamentos para a consagração da cidade colonial. Partindo desse cenário, o deputado federal Raul Cunha Machado apresentou ao Senado Federal, em 1955, o Projeto de Lei nº 88, que concorreu para a proteção do máximo de edificações e ruas tradicionais, através da elevação de São Luís à categoria de monumento nacional. O projeto foi reconhecido como primeiro texto normativo a considerar o tombamento em conjunto da capital maranhense, a partir da demarcação de uma área, ou zona, de proteção que abrangesse todo o antigo núcleo de colonização portuguesa. Para o Deputado, era necessária a aplicação de uma lei federal específica para o conjunto arquitetônico de São Luís – o que incluiria a criação de um distrito ou secretaria da DPHAN no Maranhão – para “preservá-la da destruição ou mutilação de seus edifícios, verdadeiras obras de arte do período colonial e, principalmente, da época do Primeiro Império” (IPHAN, 1951, fl. 18).

Embalado pelo projeto do deputado Cunha Machado, Rodrigo Melo Franco apresenta ao Conselho Consultivo da DPHAN uma proposta de revisão e ampliação do Projeto de Lei nº 88, com ênfase na atualização de critérios normativos que orientassem a delimitação de uma área específica de preservação. O Presidente da DPHAN, em parecer de análise sobre o projeto do dep. Cunha Machado, ponderava que “[...] colocar sob regime de proteção especial, senão todas as edificações existentes numa grande cidade como São Luís, pelo menos aquelas compreendidas em trechos extensos de sua área urbana”, era uma

medida extremamente radical. Tendo em vista as perspectivas de crescimento populacional e anseios de modernização urbana do centro de São Luís, apresentadas pela administração do governador Eugênio de Barros (1951-1956),¹⁰ Melo Franco ponderava que a proposta de Cunha Machado poderia “paralisar um centro populoso que é a capital do Estado – por mais elevados que sejam os motivos inspiradores da medida” (IPHAN, 1951, fl. 38). Melo Franco cita também que o representante da DPHAN no Maranhão já tinha emitido um alerta, em 1954, sobre a urgência de elaboração de uma proposta de tombamento do conjunto, pois “[...] devido às transformações econômicas a cidade tradicional portuguesa sofre com a demolição dos ‘pequenos palácios’ em linhas horizontal, para dar lugar aos bangalôs apertados e às platibandas de modernistas” (IPHAN, 1951, fl. 37).

Os receios de Rodrigo Melo Franco quanto à fragilidade dos efeitos legais do tombamento dos conjuntos de sobrados, em sua maioria localizados nas praças, se confirmaria ainda em 1955. A imprensa local deu publicidade à batalha mais expressiva entre a narrativa da preservação da arquitetura tradicional maranhense, e os primeiros investimentos de consolidação da proposta do concreto armado. O foco da disputa recaiu sobre o pedido de demolição dos sobrados números 167 e 177 – de propriedade da Sociedade Líbano Maranhense – inscritos em 1955, no Livro do Tombo de Belas Artes, como integrantes do conjunto arquitetônico da Praça João Lisboa. Alegando avançado

10. O Governo de Eugênio de Barros é marcado por drásticas mudanças na dinâmica urbana da capital do Maranhão, incluindo sua inserção na ampliação do Plano Rodoviário de São Luís, cujo reflexo mais imediato seria a demolição de edificações da área central para a abertura de novas ruas e avenidas (BURNETT, 2001, p. 65).

estado de ruína e descaracterização das edificações, a Sociedade iniciou – juntamente com a Prefeitura de São Luís – uma longa querela judicial que deixou em evidência a atuação dos agentes envolvidos em disputas de interesse local e federal. Disposto o cenário, coube a Pedro Guimarães Pinto, representante da DPHAN, argumentar em defesa do vigor do Decreto-lei nº 25 de 1937, tendo em contrapartida a representação do prefeito José Waquin, que também ocupava o cargo de presidente da Sociedade Sírio Libanesa.

O cenário da disputa judicial foi narrado pelos jornais locais. Em edição do dia 2 de fevereiro de 1956 do *Jornal do Dia*, Pedro Guimarães Pinto (1956, p. 1) publicou um artigo com o título *Duelo azulejo versus concreto*, onde os envolvidos na questão apresentaram argumentos que identificam os fundamentos da política de preservação do patrimônio histórico em São Luís. Guimarães Pinto relembrava aos leitores que a DPHAN era o órgão de competência nacional, responsável pela preservação dos monumentos que representavam a história da sociedade e que para isso havia leis específicas de âmbito federal. Acrescentava que o julgamento do caso dos sobrados da Praça João Lisboa “[...] não se resumia ao mérito artístico (entre o tradicional e o moderno), mas se tratava do cumprimento da lei [...] podemos adotar a arquitetura moderna, mas aquela tradicional e harmoniosa” (PINTO, 1956, p. 1). A declaração do representante da DPHAN demonstra que o debate sobre a implantação de políticas de preservação se passava em um contexto de total desconhecimento dos critérios de fixação dos valores históricos, o que refletia a falta de identificação da população com esse passado colonial. Em defesa da arquitetura de linhas modernas, o escritor

e jornalista Nonnato Masson (1956, p. 1) escreveu um pequeno editorial, publicado no jornal *A Pacotilha – Globo*, em 1956, criticando as medidas autoritárias da DPHAN que impediam a construção de um edifício de seis andares – que serviria de sede ao Banco da Lavoura de Minas Gerais – no local onde estavam implantados os sobradinhos 167 e 177. O jornalista relembrava que as edificações, que antigamente abrigavam a sede do periódico *Diário de São Luís*, já estavam abandonadas há muito tempo, e que a situação foi agravada em 1951, após um incêndio que as deixou em completo estado de ruína.

O caso dos sobradinhos da Praça João Lisboa revela um quadro de conflitos de regimes patrimoniais que despontam no período da definição dos limites e da natureza do conjunto arquitetônico da cidade de São Luís. Relatando a omissão do órgão competente pela preservação patrimonial de São Luís, Masson registra sua indignação com a negativa dada ao pedido de demolição feito pela Sociedade Líbano Maranhense, “[...] proprietária do prédio sinistrado, cujo único valor ‘histórico’ era ter a fachada de azulejo” (MASSON, 1956, p. 2). A normativa estabelecida pela administração municipal emprestou um tom jurídico aos argumentos do jornalista que evocava o disposto no art. 2º do Decreto n. 474, de 01 de julho de 1943 – conhecido como Lei dos Azulejos – que especificava “[...] não se acharem compreendidas nesta proibição as casas que, por suas condições de higiene e salubridade, não satisfaçam as exigências do Regulamento de Saúde Pública e do Código de Posturas do Município” (MARANHÃO, 1944, p. 5). Também foi retomada a Lei nº 395, de 31 de julho de 1953, a qual “fixa em cinco, no mínimo, o número de pavimentos dos edifícios comerciais a serem construídos ou remodelados

nas praças João Lisboa, Benedito Leite, Avenida Pedro II e rua Joaquim Távora [...]” (MASSON, 1956, p. 4).

As narrativas construídas em oposição ou apoio à demolição dos sobrados do antigo Diário de São Luís ecoaram em diversas instâncias até recair, em 1956, na pasta do Procurador Regional da República no Maranhão, José de Albuquerque Alencar. Em uma peça judicial, o Procurador preparou uma ampla defesa das competências da DPHAN, observando que a prática da preservação do patrimônio não competia apenas nos Poderes Públicos da União, mas também sob a municipalidade que “não deve permitir a demolição ou descaracterização dos bens ou obras arquitetônicas que nos legaram nossos antepassados” (IPHAN, 1951, fl. 97). Em resposta à citação da ação cominatória proposta contra a Sociedade Líbano, José Waquim solicitou um parecer técnico ao Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão que era, segundo o prefeito, “o único órgão categorizado a emitir conceitos em assuntos, como o presente, que envolvem a pesquisa histórica e a arte decorativa tradicional” (IPHAN, 1951, fl. 102). O documento elaborado pelo IHGMA coloca em pauta diferentes concepções sobre o valor histórico e artístico do patrimônio, além de discutir os limites das prerrogativas da DPHAN que, em face da disputa judicial, havia agilizado o tombamento da Praça João Lisboa. César Alexandre Aboud, escritor e autor do parecer, afirmava ser “[...] um inominável abuso de poder, como é adotar-se uma medida que soube ser antipática e atentatória ao progresso da cidade, e não assenta em legítimas razões históricas e estéticas” (IPHAN, 1951, fl. 102). Em meio às várias iniciativas e debates sobre essa gênese do acervo arquitetônico colonial maranhense, a originalidade das adaptações das técnicas construtivas às condições climáticas locais

passou a ser compreendida pelo órgão de preservação federal como principal argumento para o tombamento do conjunto. Por outro lado, os notáveis do IHGMA passavam um atestado contrário ao tombamento do conjunto da Praça João Lisboa, baseados na falta de autenticidade dos sobrados que:

Na atualidade, nada tinham de portentoso em matéria e arquitetura ou de arte decorativas tradicionais. Tudo ali, a tal respeito, está desconfigurado, confuso, amalgamado, ao ponto de não se conseguir reconhecer, no risco e linhas dos seus edifícios, o que é fatura antiga, colonial, tradicional, e o que é moderno, recente, sofisticadamente reformado” (IPHAN, 1951, fl. 102-103).

A fase dos tombamentos isolados de quadras assobradadas, inseridas majoritariamente nas praças de São Luís, foi encerrada com a inscrição do conjunto arquitetônico da João Lisboa no Livro do Tombo de Belas Artes, em 2 de junho de 1958. Em parecer ao Ministério da Educação e Cultura, Rodrigo Melo Franco explicou que a inscrição do conjunto “visou a preservar a fisionomia peculiar e tradicional de apenas alguns pontos mais característicos daquela cidade no tocante à unidade de estilo e à coerência urbanística” (IPHAN, 1951, fl. 105). A orientação quanto à preservação do patrimônio edificado de São Luís passou no final da década de 1950 por uma mudança significativa, adentrado na lógica da conservação de sítios históricos em detrimento da individualidade do valor artístico do monumento (FONSECA, 1997, p. 23). Compreendendo a realidade das demandas de urbanização, o Presidente da DPHAN conclui que o tombamento das praças atendia, momentaneamente, à crescente “[...] ameaça de desaparecimento de seus sobrados mais típicos para dar lugar a edifícios de grande altura,

que comprometeriam irremediavelmente a bela composição do logradouro” (IPHAN, 1951, fl. 105). Assim, superada a fase de tombamento dos trechos de sobrados isolados, foram iniciados, na década de 1960, os primeiros estudos para a demarcação do perímetro de tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico de São Luís que, inicialmente, seria orientada pela especificidade do traçado urbano e da tipologia dos sobrados coloniais.

Referências

- AL ASSAL, Marianna Ramos Boghosian. Arquitetura como meio para a construção indentitária: o estilo Neocolonial nas Escolas Práticas de Agricultura do Estado de São Paulo. In: Anais...Campinas, UNICAMPI, 2008, p. 3-13. **Encontro de História da Arte**, 4., 2008.
- BARRETO, Paulo Thedim. O Piauí e sua arquitetura. In: **Revista do SPAN**, Rio de Janeiro, n° 2, pp. 187-225, 1938.
- BURNETT, Frederico Lago. **São Luís por um triz**: escritos urbanos e regionais. Disponível em: <chrome-extension://oemmndcbldboiebfnladdacbfmadaadm/http://www.secid.ma.gov.br/files/2014/09/S%C3%A3o-Luis-por-um-triz-escritos-urbanos-e-regionais.pdf>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2019.
- COSTA, Lúcio. **Iniciação Arquitetônica**. Disponível em: <http://www.arq.ufmg.br/rcesar/pmdvw/piaup1/luciocosta.html>. Acesso em: 30 de outubro de 2018.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc-Iphan, 2005.
- GOMES, Edlaine de Campos; MARTINS, Andrea Damacena. Estratégias de preservação do patrimônio religioso cristão edificado em dois contextos europeus. In: **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 37, pp.71-100, 2017.

IPHAN. **Processo de Tombamento n. 454.** Conjunto Arquitetônico, Urbano e Paisagístico da Cidade de São Luís, Estado do Maranhão, v. 1, Seção Histórica, 1951

JORGE, Miércio. São Luís, cidade-monumento. **A Pacotilha**, 1 de setembro de 1938.

LEVY, Hanna. Valor artístico e valor histórico: importante problema da História da Arte. In: **Revista do IPHAN**, Rio de Janeiro, nº 04, pp. 181-193, 1940.

LISBOA, Aquiles. A peste bubônica, meios e evitá-la. Conselhos à população. In: **Diário de São Luís**, 10 de novembro de 1921.

LOPES, José Antônio Viana. **São Luís, capital moderna e cidade colonial:** Antônio Lopes da Cunha e a preservação do patrimônio cultural ludo-vicense. São Luís: Editora Aquarela, 2013.

LOPES, Raimundo. Alcântara, uma cidade tradicional. In: **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, 7 de junho de 1924.

MASSON, Nonnato. São Luís, “cidade assassinada”. In: **Pacotilha – O Globo**, 25 de janeiro de 1956.

MELLO, Joana. Da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)**, São Paulo, nº 43, pp. 69-98, 2006. Disponível em: <chrome-extension://oemmndcbldboiebfnladdacbfmadaadm/https://www.revistas.usp.br/rieb/article/download/34544/37282>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2019.

PESSÔA, José (Coord.). **Documentos de Trabalho**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

PINTO, Pedro Guimarães. Duelo Azulejo versus Concreto: retificações que impõem na longa série de entrevistas. In: **Jornal do Dia**, 2 de fevereiro de 1956.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. In: _____. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copdoc, 2015. (verbete).

RIBEIRO, José Otacílio Saboya. Conferência do Dr. Saboya Ribeiro na sede do Sindicato da Imprensa. In: **O Imparcial**, 25 de fevereiro de 1937.

SÃO LUÍS-SEVILHA. **São Luís, Ilha do Maranhão e Alcântara:** guia de

arquitetura e paisagem. Prefeitura de São Luís/ Junta de Andaluzia, 2008.

SÃO LUÍS. Decreto n. 474, de 01 de julho de 1943. Proíbe a demolição e reforma de casas de mirantes ou revestidas de azulejo. In: **Coleção de decretos-leis e decretos, de janeiro a dezembro de 1943**. Maranhão: DEIP, 1944.

O sistema normativo de proteção dos bens patrimoniais edificados de Pelotas: o caso do Grande Hotel

Priscila Maria Dias Bertoncini¹¹

Introdução

A evolução urbana de Pelotas está diretamente relacionada com a atividade charqueadora que se desenvolveu na região sul do País. A disponibilidade do gado originado das estâncias da zona da campanha; o acesso aos mercados do centro e do norte do País e o escoamento da produção do charque e de seus derivados; além de mão de obra escrava abundante, contribuíram para o avanço econômico e, consequente, desenvolvimento da vila (CRUZ, 1992). Em 1835 teve a elevação do título para cidade.

A riqueza alavancada pela exploração e exportação do charque, somada aos lucros obtidos com o comércio e com o setor de serviços, permitiu que a elite local financiasse esse novo modelo de viver, copiado do mundo europeu. A partir de 1870 até 1931, as novas edificações assumiram características da linguagem eclética (SANTOS, 2014).

Nesse contexto foi formada a Companhia Grande Hotel de Pelotas, em 1922, tendo como membros fundadores a elite social da cidade. O objetivo era a “construção de um estabelecimento que acordasse com o progresso e com o cosmopolitismo da cidade (...)” (CALDAS, 2013, p. 102). No entanto, enquanto boa parte do Brasil buscou se industrializar, a produção charqueadora

¹¹. Mestranda do Programa de Memória Social e Patrimônio Cultural – PPGMP/ UFPel. Bolsista Capes. E-mail: priscilabertoncini@gmail.com

permaneceu ligada ao trabalho escravo e nos meios ultrapassados de produção, resultando no enfraquecimento da economia local.

Quando inaugurado em 26 de abril de 1928, o edifício já não fazia mais parte da Companhia, tendo sido adquirido pela municipalidade e arrendado para Caetano Bianchi. Posteriormente, de 1940 a 1953, foi alugado para a empresa de Pedro Zabaleta, o qual o comprou em 1962 – nesse período já não era mais sinônimo da opulência inicial, sofrendo com o desgaste do tempo e pouca manutenção. No ano 2000 o Hotel foi fechado e adquirido novamente pela Prefeitura Municipal em 2002. Já em 2011 foi doado à UFPEL, autorizado através da Lei nº 5.855.

Dito isso, o objetivo deste trabalho é elencar o sistema normativo de proteção dos bens patrimoniais edificados de Pelotas, relacionando quais destes incidem na edificação do Grande Hotel e a maneira como foram seguidos nas intervenções ocorridas em 2004 e 2010. Espera-se averiguar se a gestão da conservação protege o bem e suas características arquitetônicas.

O sistema normativo de proteção dos bens patrimoniais edificados

Para De La Mora (2012, p. 115), a gestão da conservação do patrimônio é uma “especialidade da gestão pública voltada especificamente para a formulação, implementação e gestão de políticas, programas e projetos de conservação do patrimônio, integradas às demais dimensões do desenvolvimento urbano”.

Por mais que não haja um Plano de Gestão de Preservação sendo aplicado pelos órgãos responsáveis, entende-se que as

ações direcionadas para esse fim fazem parte de um mesmo contexto e valem ser analisadas com um todo.

Assim, inicia-se esta análise com o I Plano Diretor de Pelotas de 1968, fundamentado nos princípios do movimento moderno, em que as características urbanas advindas do ecletismo foram consideradas inadequadas para a constituição de uma cidade moderna. A partir daí a paisagem urbana pelotense se transforma com o novo perímetro urbano e com ele o estímulo à verticalidade através da liberação do gabarito, inserção de parâmetros construtivos (índice de aproveitamento e taxa de ocupação), e aumento da testada mínima das edificações, além da obrigatoriedade no uso de marquises; entre outras.

Em contrapartida, na década de 1970, os Tombamentos Federais do Teatro Sete de Abril, em 1972, e dos casarões nº 2 (Casarão Barão de Butuí), nº 6 (Casarão Barão de São Luís) e nº 8 (Casarão Barão de Cacequi), em 1977, foram essenciais para a preservação da linguagem eclética na cidade.

No ano seguinte foi elaborada a Carta de Pelotas, datada de 21 de abril de 1978, que visava à conscientização da importância das esferas públicas nas políticas de preservação do patrimônio cultural.

A partir daí o poder público municipal de Pelotas mobilizou seu aparato com o fim de rever o seu conjunto normativo. Manifestações coletivas, através das solicitações de tombamentos e da leitura da Carta de Pelotas, provocaram o início da sistematização das políticas públicas municipais em relação ao patrimônio material; essas ações foram primordiais para a instituição, em 1980, do II Plano Diretor do Município, nele inovações teóricas e conceituais preservacionistas foram adotadas, principalmente, com a declaração da necessidade da criação das zonas de preservação [...] (RIBEIRO, 2013, p. 46).

As zonas definidas como de Preservação Ambiental foram elencadas no artigo 12: Zonas de Preservação Paisagística Cultural (ZPPC); Zonas de Preservação Paisagística Natural (ZPPN); Zonas de Preservação Permanente Legal (ZPPL); Zonas de Preservação Permanente Ecológica (ZPPE). Especificamente as ZPPC's, o artigo 14 as discrimina como:

Aquelas destinadas a preservar a memória histórica e cultural ou arquitetônica, no Município, para o que:

- a) serão cadastrados as zonas e prédios de interesse histórico, cultural ou arquitetônico;
- b) serão tombadas as edificações de reconhecido valor histórico, cultural ou arquitetônico.

§ 1º – Os bens tombados, e aqueles que, mesmo sem tombamento, constituírem elemento característico da Zona, deverão ser conservados, não podendo ser demolidos, destruídos, mutilados ou alterados em seus elementos característicos.

§ 2º – As obras de restauração e conservação dos bens referidos no parágrafo 1º só se farão após a autorização do Município.

§ 3º – É proibida a execução de obra nas vizinhanças dos bens referidos no parágrafo 1º, quando impeça ou reduza sua visibilidade ou quando não se harmonize com as características dos mesmos (PELOTAS, 1980).

No entanto, para Almeida e Bastos (2006, p. 100), os índices de aproveitamento e gabaritos estipulados para a Zona de Comércio Central (ZCC) na verdade “geraram um acelerado processo de destruição do acervo histórico-cultural registrado através da arquitetura, provocando a substituição de construções residenciais de um ou dois pavimentos por edifícios em altura”.

As ações da municipalidade no início da década de 1980 conseguiram, de certa maneira, frear o avanço da especulação

imobiliária no Centro Histórico, refletido no acervo de edificações históricas. Foi instituído o Tombamento Municipal e criado o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (Comphic), através da Lei nº 2.708 de 1982. “Tal documento legal correspondia a um antigo anseio de parte da comunidade pelotense que defendia a necessidade da implementação de uma política local de preservação, integrada à política nacional, definida em 1970” (SCHLEE, 2008, p. 8).

Em 1983, foi aprovado o regimento interno do Comphic, para a realização do primeiro Inventário do Patrimônio Arquitetônico e Urbano de Pelotas – parceria da Prefeitura Municipal; da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente; da Universidade Federal de Pelotas (Curso de Arquitetura e Urbanismo); e da Fundação Nacional Pró-Memória. Neste levantamento foram catalogados vários prédios de considerável valor histórico e artístico ao conjunto arquitetônico do Município.

Em outubro de 1986 a fevereiro de 1987 foi desenvolvido o segundo inventário – ‘Inventário da Área Central de Pelotas’ ou ‘Estudo de Preservação da Área Central de Pelotas’, com o apoio da equipe da Assessoria de Projetos Urbanísticos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente e o Comphic.

No entanto, a Lei nº 3.128, de 1988, conhecida como a “Lei do Destombamento”, veio como um grande retrocesso com a diminuição dos poderes dados ao Comphic através da criação do Conselho de Revisão e a predileção para o tombamento de bens públicos. Porém, eram os edifícios de propriedade privada que necessitavam de maior proteção (RIBEIRO, 2013) – como já era o caso do Grande Hotel. Tal medida implicou na efetivação do tombamento de apenas 16 edificações, dentre os 236 prédios tombados provisoriamente em 1987 (ALMEIDA e BASTOS, 2006).

Posteriormente, através da Lei Municipal nº 3.484, de 1992, foi criada a Fundação de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo de Pelotas (Fundapel), e, posteriormente, a Lei nº 4.093, de 25 de julho de 1996, que criou o Conselho Municipal de Cultura (Concult).

Entretanto, somente através da Lei Municipal nº 4.568, do ano 2000, foram instituídas as ZPPC's – delimitadas seguindo o processo de formação e desenvolvimento urbano de Pelotas (Figura 01) – e a realização do Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas – resultando em cerca de 1.7000 edificações cadastradas.

A Lei também trouxe o foco da preservação para as características das fachadas e da volumetria dos bens inventariados, liberando o interior para qualquer tipo de modificação. Em seu artigo quinto, define os tipos de intervenção possíveis nos bens constantes no Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas. Já os artigos sexto, sétimo e oitavo trazem as implicações pecuniárias, no caso de descaracterização.

Em 2001, a Lei nº 4.630 criou a Secretaria Municipal de Cultura (Secult), tendo suas atribuições atualizadas pela Lei nº 6.389, de 28 de novembro de 2016, que instituiu o Sistema Municipal de Cultura de Pelotas (SMC).

A isenção do IPTU, Lei nº 4.878, de 2002, atual Lei nº 5.196, de 2005, veio para fortalecer a preservação dos imóveis tombados, inventariados ou incluídos em declaração como integrantes do patrimônio cultural, constantes na lista oficial, se devidamente conservados ou restaurados; mesmo ano dos investimentos do Programa Monumenta para reformas e restaurações em edificações, como o Grande Hotel, o sobrado do Barão de Butuí, a Prefeitura Municipal, a Fonte das Nereidas e o Mercado Público.

Em 2008 foi lançado o “Manual do Usuário de Imóveis Inventariados”, produto do Programa, que tem na conservação preventiva “uma das melhores formas de preservar a edificação histórica” (MANUAL DO USUÁRIO, 2008, p. 13).

O atual Plano Diretor de Pelotas, promulgado pela Lei nº 5.502, de 11 de setembro de 2008, define as Áreas Especiais de Interesse Ambiental Cultural e o nivelamento de proteção a ser definidos pela Secult. Inclui também alguns instrumentos de planejamento necessários para assegurar a sua efetiva implementação, como os programas de preservação e de conservação do patrimônio cultural.

Quanto à análise preliminar das edificações escolhidas para a dissertação, verificou-se algum tipo de descaracterização arquitetônica. Neste artigo, conforme já exposto, é apresentado o caso do Grande Hotel e a investigação realizada através dos dados disponíveis nos órgãos de proteção e em trabalhos acadêmicos; da análise das características atuais; e a comparação com o sistema normativo.

O Grande Hotel de Pelotas

A edificação de linguagem eclética está implantada na esquina da Praça Coronel Pedro Osório com a Rua Anchieta, projetada pelo arquiteto gaúcho Theóphilo Borges de Barros, ganhador do concurso público aberto para referido fim.

Seguindo a linha das construções parisienses da época, um torreão cilíndrico que culmina em uma cúpula metálica marca a esquina e a entrada principal do Grande Hotel, além de abrigar a circulação vertical (escada e elevador social). O restante da caixa mural é composto por elementos decorativos

característicos da linguagem, sendo mais elaborados na fachada voltada à Praça (Figura 01).



Figura 01: Grande Hotel.

Fonte: Própria, 2018

Internamente, o programa de necessidades do Hotel foi distribuído entre o subsolo, andar térreo, andar nobre (primeiro pavimento), outros dois andares com as demais unidades de habitação (segundo e terceiro pavimento) e cobertura (a caixa d'água ficou escondida na cúpula). Primeiro, segundo e terceiro pavimentos são dispostos ao redor de um vão central, e uma cobertura em estrutura de ferro e vidros coloridos, que protegia o hall de convivência e o primeiro pavimento.

No subsolo, que proporciona imponência em relação à rua e ao pedestre, foram instaladas as áreas de serviço (cozinha, adega, despensa, frigorífico, depósito de lenha), mais as centrais das instalações da rede elétrica e de calefação.

No térreo, o salão de refeições, os toaletes, um “bar americano” (com entrada independente na fachada voltada para a Praça) e a recepção compunham, com o hall de convivência, as áreas coletivas do andar. Os demais ambientes eram a administração, uma pequena loja, a copa de auxílio ao refeitório e os acessos de serviço para os outros pavimentos.

Para o primeiro pavimento foram destinadas as melhores instalações de hospedagem, com sete apartamentos com banheiros privativos, sendo que alguns tinham mais de um dormitório, totalizando 19 acomodações. O andar nobre era o único com visão para o hall de convivência no térreo, através da varanda de circulação interna.

O ambiente formado pelo grande hall de convivência e circulação pode ser classificado como o coração, a essência estética do interior desse edifício. É ali que o usuário tem o primeiro contato com o edifício após o pequeno hall de entrada. A sensação de acolhimento – essencial para a sua função – percebida nesse espaço, deve-se ao conjunto do ambiente, corpo em que a cobertura de ferro e vidros coloridos é parte fundamental (CALDAS, 2013, p. 117).

No segundo e terceiro pavimentos a circulação era feita por um corredor central que dividia as unidades habitacionais voltadas para a rua e as para o vão central – garantindo iluminação e ventilação. No total, esses dois andares tinham 29 dormitórios e os banheiros eram coletivos (um para cada dois ou três quartos) (CALDAS, 2013).

O sistema construtivo escolhido foi o cimento armado para a estrutura geral e barrotes de madeira para a base e divisão entre os pavimentos. Os assoalhos foram confeccionados em madeira, enquanto que os forros foram de estuque e também

de madeira. A técnica do estuque também foi aplicada nas divisórias dos ambientes.

As ações relacionadas à preservação da edificação do Grande Hotel iniciaram com o Tombamento Municipal, em 1986, através da Lei nº 2.708, de 1982. Em 2000, houve a delimitação das ZPPC's (Lei Municipal nº 4.568) e por conta da sua localização no segundo loteamento ficou na ZPPC 2 e foi inventariada (Inventário Cultural de Pelotas).

Com esse conjunto de proteção, as características arquitetônicas estariam asseguradas, pois envolvem a preservação tanto do exterior quanto do interior. No entanto, obras tidas como de restauração realizadas em 2004 e 2009, que receberam incentivos do Programa Monumenta, apresentaram modificações na identidade original do prédio.

A restauração de 2004 projetou um novo uso – um Centro Administrativo que abrigaria algumas Secretarias Municipais e um conjunto de serviços de atendimento à população. Neste momento, as modificações ficaram na restauração da estrutura em madeira da cobertura e todo o telhado, o escoamento pluvial; nos rebocos, ornamentos, esquadrias e gradis dos vãos da fachada; e na revitalização da calçada (CALDAS e SANTOS, 2013).

A intervenção de 2009 foi mais drástica internamente com a alteração do uso do prédio para um Hotel-Escola. Através da dissertação de Caldas (2013) e de investigação *in loco*, as principais modificações realizadas foram:

- Modificações no hall: cobertura de ferro e vidro, que originalmente cobria a área central do térreo e do primeiro pavimento, foi alçada ao alto do último andar da construção. O pé direito de 9 metros passou para aproximadamente 12 metros, tornando o ambiente – antes

aconchegante e convidativo – frio e escuro. Houve modificação na volumetria original, mesmo que não seja perceptível ao nível do pedestre (Figuras 03 e 04);

- Introduziram-se passarelas metálicas para a nova circulação interna;
- Criaram-se novos corredores para dar acesso às áreas das novas unidades habitacionais, que não possuíam banheiro privativo;
- No primeiro pavimento, foi preservado apenas um apartamento original, a fim de instalar um “espaço da memória”;
- Cerca de 85% do primeiro pavimento foi alterado: as paredes estruturais erguidas através da técnica do estuque foram retiradas, substituídas por superfícies murais de gesso acartonado;
- A nova distribuição espacial modificou o sistema de divisão dos pavimentos, substituindo a técnica de barroteamento por pré-laje.



ESQUERDA

Figura 03: Cobertura original do hall.

Fonte: MOURA e SCHLEE, 1998.

DIREITA

Figura 04: Vista do hall após alteração da cobertura.

Fonte: Própria, 2018

A análise demonstra que a última obra de restauração não correspondeu às instruções da Lei nº 2.708 de 1982, que trata do tombamento municipal. O artigo 16, referente à alteração das características da edificação, não foi obedecido. Também não se adequou à definição de restauração que a Lei traz, no artigo 17, inciso III.

Art. 16 – Uma vez tombado, provisória ou definitivamente, os bens não poderão ser destruídos, demolidos ou mutilados, nem ter suas características alteradas.

Art. 17 – As obras de conservação, reparação e restauração, devem ser executadas somente mediante autorização do Comphic, que poderá dar assistência técnica aos interessados ou promovê-las por outros órgãos da Prefeitura.

Parágrafo Único – Para os efeitos desta lei, considera-se:
I – obra de conservação à intervenção de natureza preventiva, que consiste na manutenção do estado preservado do bem cultural;

II – obra de reparação à intervenção da natureza corretiva, que consiste na substituição, modificação ou eliminação de elementos integrantes, visando à permanência de sua integridade ou o estabelecer a sua conformidade com o conjunto edificado;

III – obra de restauração é intervenção, também de natureza corretiva, que consiste na reconstituição de sua feição original, mediante a recuperação da estrutura afetada e dos elementos destruídos, danificados ou descaracterizados, ou do expurgo de elementos estranhos (PELOTAS, 1982).

Quanto à Lei Municipal nº 4.568 de 2000, que trata da preservação do Patrimônio Cultural de Pelotas, há uma atualização nos tipos de intervenções possíveis, no entanto ressalta-se que o objeto é a fachada e o volume. Neste sentido, não há contrariedade com a Lei mesmo verificando a descaracterização interna, pois teria passado por uma reciclagem.

Art. 5º – Poderão ser realizados, nos bens constantes do Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas, os seguintes tipos de intervenção:

I – conservação: a intervenção, de natureza preventiva, que consiste na manutenção do estado preservado do bem cultural;

II – reparação: a intervenção, de natureza corretiva, que consiste na substituição, modificação ou eliminação dos elementos integrantes visando à permanência de sua integridade, ou estabelecer a sua conformidade com o conjunto;

III – restauração: a intervenção, de natureza corretiva, que consiste na reconstituição de sua feição original, mediante a recuperação da estrutura afetada e dos elementos des-truídos, danificados ou descaracterizados, ou do expurgo de elementos estranhos;

IV – consolidação: a intervenção de natureza corretiva que consiste na obtenção de estabilidade estrutural de bem cultural;

V – reciclagem: a intervenção que consiste no reaproveita-mento do bem cultural, adaptando-o para usos compatíveis com sua tipologia formal e características ambientais, sem prejuízo de sua linguagem ou natureza, mediante atitudes de conservação, reparação e restauração acrescentan-do ou não novos elementos necessários à nova utilização (PELOTAS, 2000).

A Secult classificou a edificação do Grande Hotel em nível 1, no nivelamento trazido pela Lei Municipal nº 5.502, de 2008 (III Plano Diretor de Pelotas). Verifica-se a importância, bem como a preservação de suas características internas e externas, havendo assim um descompasso com o que foi averiguado na última intervenção.

I – Nível 1: Inclui os imóveis componentes do Patrimônio Cultural que ensejam a preservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas internas e externas.

Os bens enquadrados neste nível não poderão, em hipótese alguma, serem destruídos, descaracterizados ou inutilizados, podendo vir a ser tombados. Sua preservação é de extrema importância para o resgate da memória da cidade.

O “Manual do Usuário de Imóveis Inventariados” ressalta a diferenciação das medidas protetivas. “Em edificações tombadas deve-se manter a integridade das características internas e externas. No caso de edificações inventariadas são permitidas intervenções internas com a manutenção das características externas” (MANUAL DO USUÁRIO DE IMÓVEIS INVENTARIADOS, 2008). Mas, neste caso, a edificação é contemplada com os dois tipos de proteção, e por ser mais restritiva o tombamento deveria ser o mais respeitado.

Conclusão

Após a averiguação do sistema normativo de proteção dos bens patrimoniais edificados de Pelotas, e quais incidem no Grande Hotel, nota-se que, mesmo sendo na esfera municipal, a edificação tem dois tipos de proteção: o Tombamento e o Inventário – denotando a sua importância para o contexto histórico e social da cidade.

Ao mesmo tempo deixa a medida mais restritiva em desvantagem, não sendo seguida, resultando na valorização apenas das características estéticas da caixa mural. Essa postura de proteção conflita com as principais teorias de conservação, pois técnicas construtivas e características linguísticas são perdidas por só estarem presentes internamente.

As intervenções realizadas no Grande Hotel foram duramente criticadas, pois a preservação do bem não está apenas

em manter as características da linguagem arquitetônica, mas também os elementos compositores e arquitetônicos de determinada época, nisso inclui os métodos e fazeres desse período, como por exemplo a técnica de estuque.

Outra questão relevante está na demonstração dos diferentes momentos temporais por qual passou a edificação; nesse caso, o uso de materiais diferenciados é válido, como as passarelas metálicas, fazendo com que diferencie o novo do antigo.

Entende-se que o patrimônio não deve ser rígido ou desconsiderar as necessidades atuais dos usos e usuários, como adequação com as novas tecnologias ou acessibilidade. No entanto essa visão projetual acaba por considerar o novo uso em detrimento da originalidade, que também é composta pelas características internas.

Referências

- ALMEIDA; Liciane Machado; BASTOS, Michele de Souza. A experiência da cidade de Pelotas no processo de preservação patrimonial. In: **Revista CPC**, São Paulo, v.1, n.2, mai/out 2006, p. 96-118.
- CALDAS, Karen Velleda. **Contrapontos entre teoria e prática da conservação/restauração do patrimônio edificado: o caso do Grande Hotel de Pelotas/RS**. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.
- CALDAS, Karen Velleda; SANTOS, Carlos Alberto Ávila. **Cartas patrimoniais, legislação e a restauração do Grande Hotel de Pelotas**: Breves Considerações. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/viewFile/3049/2605>>. Acesso em: 18 jun 2018.
- CRUZ, Glenda Pereira da. Pelotas Espaço Construído no Início da República. In: WEIMER, Günter (org.). **Urbanismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Prefeitura de Porto Alegre, 1992.
- DE LA MORA, Luis. A gestão da conservação do patrimônio e seus

- instrumentos. In: LACERDA, Norma; ZANCHETTI, Sílvio. (Orgs). **Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos**. Olinda: Centro de estudos avançados da conservação integrada, 2012.
- MOURA, Rosa Maria; SCHLEE, Andrey Rosenthal. **100 imagens da arquitetura pelotense**. Pelotas: Pallotti, 1998.
- PELOTAS. **Lei nº 2.565 de 1980**. Institui o II Plano Diretor de Pelotas.
- PELOTAS. **Lei nº 2.708 de 1982**. Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural do município de pelotas e dá outras providências.
- PELOTAS. **Lei nº 4.568 de 2000**. Declara área da cidade como zonas de preservação do patrimônio cultural de pelotas – ZPPCs – lista seus bens integrantes e dá outras providências.
- PELOTAS. **Lei nº 4.630 de 2001**. Altera a redação de dispositivos da Lei nº 3.381 de 1991, criando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a Secretaria Municipal de Obras, a Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental – SQA, a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – Seurb, a Secretaria Municipal da Cultura – Secult, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Cidadania e Assistência Social, altera a competência da Procuradoria Geral do Município, cria cargos em comissão.
- PELOTAS. **Lei nº 4.878 de 2002**. Introduz alterações no código tributário municipal, Lei nº 2.758 de 1982, relativas ao IPTU.
- PELOTAS. **Lei nº 5.196 de 2005**. Disciplina a cobrança do IPTU, estimula a criação de loteamentos, e dá outras providências.
- PELOTAS. **Lei nº 5.502 de 2008**. Institui o III Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no Município de Pelotas, e dá outras providências.
- PELOTAS. **Manual do usuário de imóveis inventariados**. Prefeitura Municipal de Pelotas, Secretaria de Cultura. Pelotas: Nova Prova, 2008.
- RIBEIRO, Francine Morales Tavares. **Políticas públicas referentes ao patrimônio cultural edificado na cidade de Pelotas, RS: o caso da isenção do IPTU**. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.
- SANTOS, Carlos Alberto Ávila. **Ecletismo em Pelotas: 1870 – 1931**. Pelotas: Editora Universitária/Universidade Federal de Pelotas, 2014.

SCHLEE, Andrey Rosenthal. Pela Memória de Pelotas. Como sempre! In: **Anais do I Colóquio sobre história e historiografia da arquitetura brasileira**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://sites.google.com/site/coloquiohho8> acesso em 10/10/2009. Acesso em: 24 fev de 2018.

Potencialidades dos Sistemas de Informação Geográficos para o Estudo e a Preservação do Patrimônio Cultural

Leandro Infantini¹²

Introdução

Os Sistemas de Informações Geográficas, conhecidos pelo acrônimo SIG ou GIS (*Geographic Information System*), foram desenvolvidos a partir dos anos 60, devido a necessidades relacionadas com a gestão do território e seus recursos (LONGLEY et al, 2013).

Sistemas de Informação Geográfica podem ser definidos como “um sistema computacional para o armazenamento, gestão, análise e visualização de dados geoespaciais” (CHANG, 2018).

“O termo Sistemas de Informação Geográfica (SIG) é aplicado para sistemas que realizam o tratamento computacional de dados geográficos e recuperam informações não apenas com base em suas características alfanuméricas, mas também através de sua localização espacial; oferecem (...) uma visão inédita de seu ambiente de trabalho, em que todas as informações disponíveis sobre um determinado assunto estão ao seu alcance, inter-relacionadas com base no que lhes é fundamentalmente comum – a localização geográfica. Para que isto seja possível, a geometria e os atributos dos dados num SIG devem estar georreferenciados, isto é,

12. Mestrado em Geomática (Análises de Sistemas Ambientais) e Mestrado em Arqueologia (Teoria e Métodos da Arqueologia) pela Universidade do Algarve – UAlg (Portugal); Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel); Bolsista CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior); E-mail: leandroinfantini@gmail.com

localizados na superfície terrestre e representados numa projeção cartográfica.” (CÂMARA, DAVIS, MONTEIRO, 2001, p. 3-1).

Os SIG’s, embora possam indicar alguma simplicidade funcional, são ferramentas poderosas e altamente complexas, realizando uma miríade de atividades e aplicações em todo o globo. Embora seja uma tecnologia recente, com pouco mais de quatro décadas, progrediu de tal forma que impacta várias outras ciências e evolui de forma a ter seu próprio campo teórico-metodológico, constituindo-se como campo científico.

Devido as suas características inter e multidisciplinares, os SIG’s são utilizados por diferentes campos científicos, tanto em Ciências Naturais quanto em Ciências Sociais, nos mais variados contextos, refletidos pelo aumento no número de publicações. A partir dos anos 2000, houve uma verdadeira proliferação de artigos científicos de SIG e Ciência da Informação Geográfica em múltiplas áreas do conhecimento. Até 1995, o número de artigos relacionados a *GIS* e *Giscience* na *Scopus* não chegava a 1000 por ano, enquanto que, a partir de 2005, ultrapassou a marca de 4000/ano, e em 2010 atingiu a marca dos 6000/ano (EGENHOFER et al, 2016).

Essa amplitude de aplicações, em diferentes campos científicos, provém da demanda de conhecimento atual. A quase totalidade das atividades humanas, incluindo as científicas, demanda o conhecimento sobre o lugar (planeta) no tempo (passado, presente ou futuro) (LONGLEY et al, 2013). Neste sentido, os “dados geográficos vinculam lugar, tempo e atributos” (LONGLEY et al, 2013), ou seja, é preciso levar em conta, além das propriedades descritivas de um atributo, tanto as dimensões espaciais quanto temporais.

Os dados geográficos são os elementos, eventos ou fatos mais básicos sobre o mundo. Os dados geográficos utilizados em ambiente SIG são representações do mundo real, e vinculam a localização, o tempo e seus atributos. Os atributos podem se referir a entidades físicas, ambientais, socioeconômicos, entre tantas, como por exemplo altitude, temperatura, cor, importância. Dessa forma, pode existir uma vasta gama de atributos, podendo estes serem classificados conforme sua natureza (LONGLEY et al, 2013).

Assim, o Patrimônio tem uma ligação estreita com os SIG's devido as suas dimensões temporais e espaciais. Segundo a UNESCO¹³:

“Patrimônio é o nosso legado do passado, o que vivemos hoje e o que transmitiremos às gerações futuras. Nossa herança cultural e natural são fontes de vida e de inspiração insubstituíveis. Locais únicos e diversificados [...] formam a herança de nosso mundo”.

Portanto, o contributo dos SIG's para o patrimônio e áreas adjacentes é ampla e complexa, constituindo uma excelente ferramenta de investigação, gestão e proteção do Patrimônio Cultural e Natural.

História dos SIG's

A história dos SIG's está ligada à evolução da ciência cartográfica e da cartografia digital durante o século xx. A partir da Segunda Guerra Mundial, com a necessidade de se automatizar e gerir um grande volume de informações, foi criado um conjunto de *hardwares* e *softwares* para a assistência das atividades

¹³. UNESCO World Heritage. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/about/>>. Acesso em: 01 Fev. 2019

cartográficas (MELO et al, 2015). A guerra fria contribuiu para o desenvolvimento técnico dos SIG's a partir do sensoriamento remoto e dos sistemas de posicionamento por satélites (LONGLEY et al, 2013).

Em meados dos anos 60, foi criado o primeiro Sistema de Informação Geográfica, conhecido por CGIS, ou Canada Geographic Informations System, com o desenvolvimento de projetos semelhantes na Europa e nos EUA (LONGLEY et al, 2013; TOMLINSON, 1968). Tal sistema (CGIS) executava a recolha, armazenamento de informações, manuseio, análise e saída de dados (TOMLINSON, 1968).

No Brasil, os SIG's se desenvolvem a partir da década de 70, através do projeto Radambrasil (1975), desenvolvido pelo Ministério de Minas e Energia, resultando no desenvolvimento do Siga (Sistema de Informação Geo-Ambiental). Na década de 80, surgiram ainda o Saga (Sistema de Análise Geo-Ambiental) na Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Sitim/SGI (Sistema de Tratamento de Imagens / Sistema de Informações Geográficas) desenvolvido pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Nos anos 90, foram ainda desenvolvidos o Sagre da Telebrás, e o Spring (Sistema para Processamento de Informações Geográficas) do Inpe. (AVELINO, 2004; CAMARA, DAVIS, MONTEIRO, 2001; MELO et al, 2015).

A popularização da utilização dos SIG's ocorre a partir da década de 1980, em consonância com a popularização dos computadores, permitindo o desenvolvimento e utilização de softwares por diferentes atores e agências (governamentais e não governamentais) (LONGLEY et al, 2013). A partir da internet, o desenvolvimento e utilização de SIG's e a partilha de dados geográficos cresce de forma exponencial

Ciência da informação geográfica

Ao contrário do que as definições mais comuns dos Sistemas de Informação Geográfica sugerem, os SIG's não constituem apenas um conjunto de técnicas e ferramentas, mas, sim, fazem parte de um campo científico com teoria e metodologia própria, denominado como Ciência da Informação Geográfica (CIG), ou *Giscience*.

Segundo Mark (2003), a Ciência da Informação Geográfica é o campo de pesquisa que busca redefinir conceitos geográficos e seu uso no contexto específico do campo, assim como reexaminar temas fundamentais em campos espacialmente orientados, como geografia, cartografia e geodesia, sendo considerado pelo autor como um ramo da Ciência da Informação. Além disso, é por definição o campo do conhecimento que busca o desenvolvimento e a utilização de teorias, métodos, tecnologias e dados para o entendimento dos processos geográficos, relações e padrões, tendo como importância central a transformação dos dados geográficos em informação útil (UCGIS, 2002 *apud* Mark, 2003, p.2).

Nesse sentido, a Ciência da Informação Geográfica apresenta características interdisciplinares e multidisciplinares, dependendo do enfoque. Esse campo científico pode se basear em outros campos científicos díspares, como, por exemplo, o campo da ciência da computação, da estatística, das ciências políticas ou da antropologia, contribuindo para o progresso de todos os campos envolvidos (MARK, 2000). Desta forma, esse campo se estende desde as ciências sociais às ciências naturais, de forma pura ou aplicada (LONGLEY et al, 2008). A *Giscience* também examina a reciprocidade dos impactos dos SIG's na sociedade e nos indivíduos, assim como as influências destes nos SIG's e seus campos de estudo (MARK, 2000).

O termo *GIScience* foi cunhado nos anos 90 dentro de um contexto de discussões acerca da importância e do impacto dos SIG's nas ciências e na sociedade em geral. Goodchild (1992; 2009) evidenciou que esses sistemas já apresentavam características e problemas únicos. Nos anos seguintes, as discussões sobre a ontologia, natureza e interações da ciência da informação geográfica se acentuam. Segundo Mark (2003), os componentes dessa Ciência podem ser elencados em cinco grupos, subdivididos em 15 temas, que podem ser inter-relacionados (Tabela 1).

Tabela 1: Esquematização dos componentes de estudo e suas subdivisões da Ciência da Informação Geográfica, segundo Mark (2003).

Ontologia do domínio Geográfico	Ontologia e representação	GIScience	
Representação formal do fenômeno geográfico			
Raciocínio espacial qualitativo	Computação		
Geometria computacional			
Indexação, recuperação e pesquisa eficientes em data bases geográficas			
Estatística espacial			
Outros tópicos geocomputacionais			
Modelos cognitivos dos fenômenos geográficos	Cognição		
Interação humana com a informação geográfica e a tecnologia			
Aquisição dos dados geográficos	Aplicações, Instituições e Sociedade		
Qualidade da informação geográfica			
Análises espaciais			
Informação geográfica, instituições e sociedade	Temas transversais		
Tempo			
Escala			

Por fim, o NCGIA (us National Center for Geographic Information and Analysis) criou uma estrutura conceitual do campo da Ciência da Informação Geográfica. Trata-se de um triângulo (Fig 1), representando o núcleo da ciência da IG, e seus três vértices representando os domínios do computador, do usuário individual e da sociedade. Cada um dos tópicos de pesquisa teria diferentes proporções de combinação entre estes três domínios (LONGLEY et al, 2008: GOODCHILD, 2010).

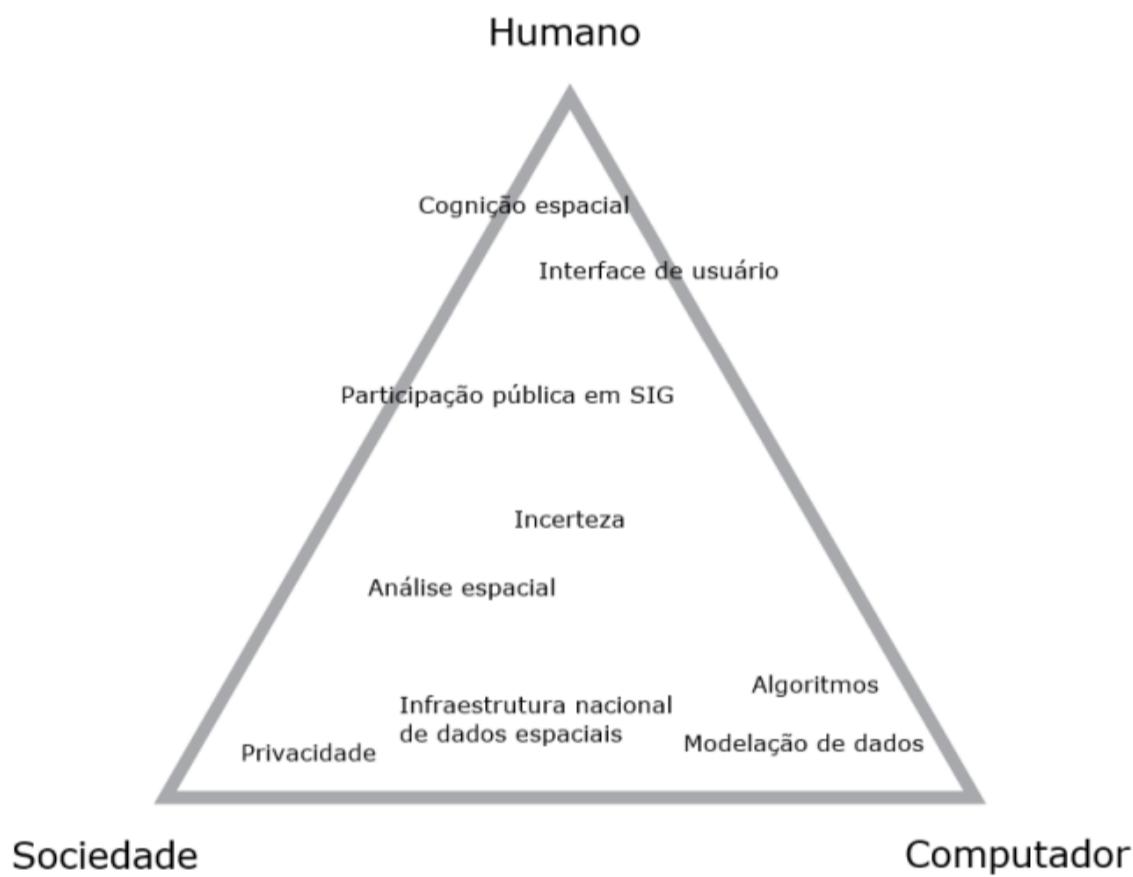


Figura 1: Estrutura conceitual da Ciência da Informação Geográfica. Adaptado de GOODCHILD, 2010. Tradução livre.

Patrimônio cultural

É notória a rápida evolução da Ciência da Informação Geográfica, desde o início da década de 90 até os dias atuais. Os enfoques iniciais em relação aos temas vão se tornando mais amplos,

abarcando não apenas os métodos e técnicas, mas também o corpo teórico e sua relação com a sociedade. Nesse diálogo, as questões patrimoniais tomam particular interesse e se transformam em um importante tema de diálogo entre a *GIScience* e a sociedade.

A Constituição Brasileira de 1988, em seu 216º artigo (BRASIL, 1988), define patrimônio cultural como os “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória”, que incluem, por exemplo, as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver, assim como os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Além disso, a convenção de Paris (UNESCO, 1972) destaca a relação entre Patrimônio Cultural e Natural. Os artigos 1º e 2º consideram como Patrimônio Cultural os Monumentos, Conjuntos e Locais de Interesse, e como Patrimônio Natural as formações físicas e biológicas, as formações geológicas e fisiográficas e os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas.

Já para o ICOMOS (2005) a compreensão, documentação e interpretação dos entornos é de suma importância para a definição e avaliação da relevância da respectiva edificação, sítio ou área, demandando uma abordagem multidisciplinar e a utilização de diversas fontes, como acervos documentais, arquivos, fontes orais, topografia, valores do meio natural, usos, entre outros.

Neste contexto, torna-se clara a necessidade de se entender o território através de uma dupla dimensão – Natural e Cultural – compreendendo ser esta última o resultado de uma interação

entre a ação humana e as respectivas condições naturais. Desta forma, o ordenamento do território necessita de uma gestão racionalizada dos seus respectivos valores naturais e culturais presentes, baseando-se nos seus objetivos, no conhecimento adequado da realidade e do tempo (FERNANDES, 2014).

Nesse sentido, a totalidade de potenciais utilizações de sistemas de informações geográfica em Patrimônio Cultural podem ser ainda agrupadas em quatro categorias principais interrelacionadas (Fig. 2). São elas: 1) **Identificação**: Corresponde aos trabalhos de identificação do patrimônio e de todos os dados e informação disponível acerca deste item; 2) **Gestão**: A correta gestão patrimonial é essencial para a preservação, e se vale da integração com os diversos atores sociais e agências governamentais e não-governamentais; 3) **Predição**: A partir de informações dos itens anteriores e de outras fontes, e com recurso a modelos geoespaciais e preditivos, pode-se indicar outras possíveis ocorrências patrimoniais, assim como ocorrências de fenômenos ambientais que podem impactar na gestão patrimonial; 4) **Disseminação**: A disseminação das informações levantadas, geridas e previstas, através de mídias ou redes sociais, assim como artigos científicos e fóruns apropriados, é fundamental para a transparência e para a participação popular e da comunidade científica.

Tal contexto torna clara a importância de implementação de Sistemas de Informação Geográfica para a proteção e gestão do Patrimônio, entendido como um recurso territorial, não renovável, integrando as dimensões espacial e temporal. Contudo, é preciso uma avaliação cuidadosa dos tipos e modelos de dados, das necessidades e dos objetivos relacionados ao projeto. Conforme exposto anteriormente,

há inúmeras aplicações em relação aos SIG's, mas também necessidades, tanto na gestão de dados e próprio SIG, quanto relacionado a aspectos técnicos.



Figura 2: Quatro categorias principais de projetos de SIG em Patrimônio Cultural.

Conclusão

Os Sistemas de Informação Geográfica são ferramentas de grande importância na atualidade, podendo atuar em quase todos os campos científicos. Essa inter e multidisciplinaridade permitiu a evolução da área para um campo científico sólido e recente. De fato, desde sua criação há cinco décadas e da discussão em torno da Ciência da IG, houve uma intensa evolução de conceitos e integração com outras áreas. Os SIG's nascem em torno de uma necessidade de gerir o território (e o tempo?), em um ambiente de grandes inovações tecnológicas e de revolução digital, que permitiram esse intenso progresso nas áreas científicas e sociais.

Dentro deste contexto, os SIG's estiverem presentes em trabalhos na área do patrimônio e em áreas relacionadas, tendo

grande impacto nas áreas de patrimônio cultural. Os SIG's atuam na identificação, interpretação, proteção e gestão de sítios nas mais variadas esferas. Vários Estados investiram e continuam investindo em sistemas amplos e complexos para a gestão do território e do seu patrimônio (PETRESCU, 2007)

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoios, no Brasil, da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) – Código de Financiamento 001 – pelo financiamento do projeto de doutorado denominado *Cartografia da Memória: Georeferenciamento e Arqueologia no contexto das charqueadas da bacia do canal de São Gonçalo, RS (1780-1888)*, do LEICMA (Laboratório de Estudos Interdisciplinares de Cultura Material) – UFPEL (Universidade Federal de Pelotas), e do projeto “*O Pam-
pa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)*”, coordenado pelo dr. Lucio M. Ferreira.

Em Portugal, o presente trabalho teve como apoio a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), através de projetos de investigação e Bolsa de Doutoramento (BD – SFRH/BD/47538/2008), e do ICAREHB (Interdisciplinary Center for Archaeology and Evolution of Human Behaviour) – UAlg (Universidade do Algarve), coordenado pelo dr. Nuno F. Bicho.

Referências

AVELINO, P. H. M. A trajetória da tecnologia de sistemas de informação geográfica (SIG) na pesquisa geográfica. In: **Revista Eletrônica da**

- Associação dos Geógrafos Brasileiros.** Três Lagoas, v. 1, n. 1, p. 21-37, 2004. Disponível em: <<http://seer.ufms.br/index.php/RevAGB/article/download/1334/849>>. Acesso em: 01 Fev. 2019.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Brasília: 1988.
- CÂMARA, G., DAVIS, C., MONTEIRO, A. M. V. Introdução à Ciência da Geoinformação.** São José dos Campos: DPI/INPE, 2001.
- CHANG, KANG-TSUNG. Introduction to Geographic Information Systems.** New York: McGraw-Hill Education, 5º Ed., 2018.
- EGENHOFER, M., CLARKE, K., GAO, S., QUESNOT, T., FRANKLIN, R., YUAN, M., COLEMAN, D. Contributions of GIScience over the Past Twenty Years. In: ONSRUD, H., KUHN, W. **Advancing Geographic Information Science: The Past and Next Twenty Years**. Needham: GSDI Association Press, p. 9-34, 2016.
- FERNANDES, D., ALONSO, J., JULIÃO, R. P., LOURENÇO, J. M., RAMOS, R. A. R. O uso de SIG no património cultural: O caso do Alto Douro Vinhateiro. In: **Revista Engenharia Civil**. Universidade do Minho: nº48, p. 7 – 21, 2014. Disponível em: <<http://www.civil.uminho.pt/revista/revistas>>. Acesso em: 01 Fev. 2019.
- GOODCHILD, Michael F. Geographical Information Science. In: **International Journal of Geographical Information Systems**, 6:1, p. 31-45, 1992.
- GOODCHILD, Michael F. Geographic Information Systems and Science: Today and tomorrow. In: **Annals of GIS**, vol. 15:1, p. 3-9, 2009.
- GOODCHILD, Michael F. Twenty Years of Progress: GIScience in 2010. In: **Journal Of Spatial Information Science**. Number 1 (2010), p. 3–20, 2010. Disponível em: <<https://www.josis.org/index.php/josis/article/view/32>>. Acesso em: 01 Fev. 2019.
- ICOMOS. Declaração de Xi'an sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural.** Xi'an: 2005. Disponível em: <<https://www.icomos.org/xian2005/xian-declaration-por.pdf>> Acesso em: Acesso em: 01 Fev. 2019.
- LONGLEY, Paul; GOODCHILD, Michael; MAGUIRE, David; RHIND, David. Geographic Information Science. In: MADDEN, Marguerite. **Manual of Geographic Information Systems**. Bethesda: American Society for Photogrammetry and Remote Sensing, 2008. p. 19-23.

- LONGLEY, Paul; GOODCHILD, Michael; MAGUIRE, David; RHIND, David. **Sistemas e Ciência da Informação Geográfica**. Porto Alegre: Bookman, 3ºed, 2013.
- MARK, D. M. Geographic Information Science: Critical issues in an emerging cross-disciplinary research domain. In: **Journal of the Urban and Regional Information Systems Association**, 12 (1), p. 45–54, 2000. Disponível em: <<https://www.urisa.org/clientuploads/directory/Documents/Journal/vol12no1.pdf>>. Acesso em: 01 Fev. 2019.
- MARK, D. M. Geographic Information Science: Defining the field. In: DUCKHAM, M; GOODCHILD, M. F.; WORBOYS, M. F. **Foundations of Geographic Information Science**. New York: Taylor and Francis, , 2003. p. 1-18.
- MELO, D. H. C. T. B.; SILVA, H. M.; BRITO, P. L.; MENEZES, L. A. Sistema de Informação Geográfica: uma análise sobre o desenvolvimento técnico, tecnológico, acadêmico e conceitual. In: **Revista Mundogeo**. Curitiba, ano 17, n. 83, 2015.
- PETRESCU, F. The use of GIS Technology in Cultural Heritage. In: **Proceedings of xxI International CIPA Symposium**. Athens: 2007
- TOMLINSON, R. F. A Geographic Information System for regional planning. . In: STEWART, G.A. (ed.): **Symposium on Land Evaluation, Commonwealth Scientific and Industrial Research Organization**. Melbourne, p. 200-210, 1968.
- UNESCO. **Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural**. Paris: 1972
- UNESCO. **World Heritage**. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/about/>>. Acesso em: 01 Fev. 2019
- WANSLEEBEN, M. Applications of Geographical Information Systems in Archaeological Research. In: RAHTZ, S.P.Q. (ed.), **Computer and Quantitative Methods in Archaeology 1988**. CAA88 (BAR International Series 446 (ii)). Oxford: B.A.R., 1988. p. 435-452.
- WESTCOTT, K. L. Introduction. In: WESTCOTT, K.L., BRANDON, R. J (org). **Practical Applications of GIS for Archaeologists: A Predictive Modeling Kit**. London: Taylor & Francis, 2000. p. 1-5.

Patrimônio em risco: reflexões para sua salvaguarda

Micheli Martins Afonso¹⁴

Juliane Conceição Primon Serres¹⁵

O presente artigo pretende realizar uma reflexão sobre o patrimônio cultural em risco e os diversos vieses que fazem parte dos sistemas de preservação. O patrimônio cultural atualmente possui diversas definições e linhas de pesquisa que se apoiam em teóricos nacionais e internacionais do campo das ciências humanas, antropologia, história, dentre outros, o que permite uma amplitude de definições do conceito. O termo cresceu além das terminologias primitivas que inicialmente o limitavam à noção de “herança de um povo” ou à “propriedade herdada do pai” baseados na palavra derivada do latim *“patrimonium”*. O anseio pela preservação dos bens culturais tem origem em civilizações antigas, como Roma e Grécia, a partir de ações e normas que visavam à manutenção de bens culturais e monumentos históricos que atualmente consideramos como práticas preservacionistas. Até o século XVIII se utilizava o termo monumento histórico que evoluiu com o tempo para Patrimônio cultural. Essa mudança abriu as barreiras para aprofundar as discussões que se tinham, até o momento, centradas nos bens imóveis. Ainda no século XVIII há uma valorização crítica dos

14. Mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural/UFPel. Doutoranda no PPGMP/UFPel. Bolsista Capes. E-mail: mimafons@gmail.com

15. Doutora em História. Professora da Universidade Federal de Pelotas nos cursos de Museologia e no Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. E-mail: julianeserres@gmail.com

monumentos e objetos que compõem o passado antigo ascendendo às discussões sobre o tema. Nessa época, os críticos que refletiam sobre o tema conquistam uma maturidade teórica e científica ao ponto de buscar e apontar signos culturais que pudessem fortalecer a identidade de uma nação, tendo em vista que nesse ponto questões sobre memória e identidade também cresciam nas discussões.

O marco estabelecido para o aparecimento do termo Patrimônio cultural é a Revolução Francesa, em 1789 (CHOAY, 2006). Mais do que isso, é um momento no qual surgem concretamente ideias sobre a elaboração de leis, normas administrativas, jurídicas e técnicas para a proteção do legado cultural de uma nação. Após a Revolução Francesa, as coleções e os bens culturais, que até então eram de desfrute apenas da nobreza, passam também a ser disponibilizados ao prestígio de outros setores da sociedade, fator que culminou para a criação de diversos museus na Europa e na América. Nesse período, se tem a inauguração do primeiro Museu Nacional aberto ao público: o Museu do Louvre em 1793. Antes dele, entretanto, com um caráter mais acadêmico, o Ashmolean Museum, existente desde 1683, abrigava coleções de história natural, arqueologia, entre outros, e estabelecia como missão preceitos que são indicados até hoje: “educar e conservar” (HERNÁNDEZ, 2001, p.65).

Françoise Choay (2006) coloca que “Patrimônio” tornou-se uma palavra-chave da nossa sociedade “midiática”, sendo um elemento revelador das questões que a cerca, assim como depende da visão de mundo que um grupo possui para ser valorizado e preservado. Choay define patrimônio como um:

[...] bem de usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, contribuído pela acumulação

contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos. [...] “patrimônio histórico” tornou-se uma das palavras-chave [...] remete a uma instituição e a uma mentalidade. (CHOAY, 2006, p. 11).

A preservação do patrimônio cultural abarca um eixo multidisciplinar, justamente porque atualmente se observa o tema como “mentalidade” (CHOAY, 2006), uma “categoria de pensamento” (GONÇALVES, 2003) social. O Patrimônio Cultural material ou imaterial contribui como eixo fortalecedor para uma constante construção de redes identitárias, alavancando diversas outras áreas sociais. Os bens culturais atuam como ponto de partida para uma ativação memorial, não apenas da memória vivida, como também da memória criada a partir de contos e histórias (HALBWACHS, 2003). É no presente que as lembranças são ressignificadas e que há um fortalecimento ou não do sentimento de identidade de uma sociedade. Segundo Bergson, as experiências de vida e os momentos experimentados no presente moldam a memória e o esquecimento e nesse contexto o patrimônio cultural tem papel fundamental.

Nossa duração não é um instante que substitui outro instante: nesse caso, haveria sempre apenas presente, não haveria prolongamento do passado no atual, não haveria evolução, não haveria duração concreta. A duração é o progresso contínuo do passado que rói o porvir e incha à medida que avança. (BERGSON, 2006, p. 47).

A preservação dos bens culturais e dos signos identitários de uma sociedade, que constituem o patrimônio cultural, está veementemente atrelada e é fator determinante para a

manutenção da memória coletiva. Consequentemente é imperativo que se ampliem as perspectivas de salvaguarda, visando a alternativas sustentáveis e duradouras de conservação (VIÑAS, 2003). Neste sentido, o papel social é fundamental e necessita ser mais bem explorado e incluído em ações práticas da conservação-restauração.

As situações de emergência, em maior ou menor proporção, são frequentes em instituições de guarda, ainda que pouco divulgadas e documentadas. Sinistros, como incêndios, roubo de acervo, degradação severa de objetos por condições ambientais inadequadas, incidentes diversos, dentre outros, são a realidade diária de diversas instituições museais brasileiras e estrangeiras. É necessário que se ampliem as discussões sobre a gestão de riscos, já que no Brasil esse tópico avança vagarosamente, principalmente no que concerne ao debate sobre a implantação de modelos sustentáveis e efetivos de preservação.

O patrimônio cultural possui diversos sistemas de proteção que variam de acordo com o grau de valoração do acervo, tipo de instituição, tutela, etc. Além disso, existem as políticas públicas de proteção dos bens culturais que estão centradas na materialidade ou imaterialidade do patrimônio cultural e que auxiliam na manutenção desses bens. Lamentavelmente, ainda que haja políticas de preservação vigentes, casos como o recente incêndio do Museu Nacional (UFRJ) no Rio de Janeiro, em setembro de 2018, ainda são comuns, fator que denota uma lacuna na preservação das instituições museais brasileiras e do patrimônio cultural como um todo. Quais os desafios enfrentados na preservação dos bens culturais que nem mesmo os bens que estão amparados pelas leis de proteção sobrevivem? Quais

lacunas na conservação-restauração são necessárias preencher para cumprir com o compromisso social de preservação?



Figura 1: Divulgação do incêndio no Museu Nacional do RJ no Jornal El País: vista da fachada.

Foto: Marcelo Sayão (EFE) **Fonte:** El País¹⁶

O caso do Museu Nacional no Rio de Janeiro é um caso emblemático desse sistema limitado de gestão e de conservação do patrimônio cultural que se necessita sanar. O Museu Nacional foi fundado por Dom João VI, em 1818, teve seu edifício tombado em 1938, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e possuía tutela da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O edifício que abrigava o Museu Nacional foi moradia de personagens importantes para a história do Brasil,

¹⁶. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/03/album/1535940297_655202.html#foto_gal_1

como D. Pedro I e a Imperatriz Leopoldina, assim como foi cenário para o nascimento de D. Pedro II e da Princesa Isabel. O então Museu Real foi criado com a intenção de estimular o desenvolvimento socioeconômico do Brasil a partir da pesquisa, educação, ciência e da cultura. Após 200 anos o que sobrou foram apenas algumas peças e o registro digital de toda herança cultural que o Museu abrigava.

O Museu Nacional possuía um diverso e vasto acervo com mais de 20 milhões de itens que constituíam um importante registro da memória e da cultura brasileira, tanto quanto de outras partes do mundo. O sinistro que sucumbiu com parte do acervo e do edifício do Museu Nacional denota o quanto fragilizada está a cultura no Brasil e como a conservação-restauração necessita urgentemente ser respeitada e incluída nas atividades de gestão do patrimônio cultural.

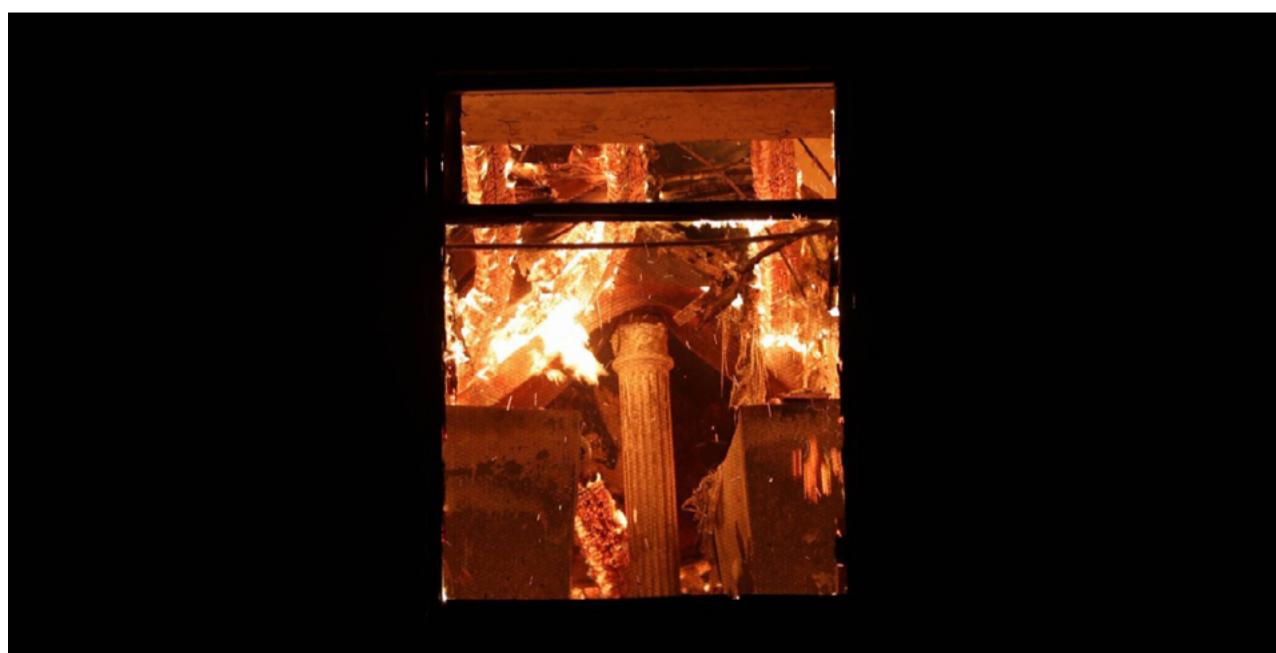


Figura 2: Divulgação do incêndio no Museu Nacional do RJ no Jornal El País: degradação interna.

Foto: Marcelo Sayão (EFE) **Fonte:** El País¹⁷

¹⁷. Idem 3.

O déficit na preservação extrapola os esparsos recursos materiais, técnicos e humanos os quais são apontados recorrentemente. Para além, são questões que incluem a administração, a utilização do capital financeiro, das aptidões e qualificações da equipe, dentre outros, para que atuem de maneira sustentável e eficiente. Saber lidar com o risco constante a que os bens culturais estão sujeitos, prevendo e criando protocolos que ajudem os gestores dos bens culturais a solucionar os problemas, minimizando os danos, é imprescindível para uma boa conservação. As políticas públicas de proteção do patrimônio cultural, que incluem métodos de tombamento, inventário, registro, dentre outros, são importantes meios de preservação, mas é preciso que se pesquise e se debata também sobre as políticas culturais, tendo em vista que influenciam na tomada de decisão para a preservação.

A Política Cultural no Brasil é um campo multidisciplinar que atualmente ainda fomenta muitos questionamentos e discussões a pesquisadores da área. Na década de 1930/40, com a Era Getúlio Vargas, foram alavancados alguns projetos neste campo com a criação do Departamento de Cultura de São Paulo. O eixo cultural passou por transformações durante a Ditadura Militar na década de 1970, com a Política Nacional de Cultura, mas foi a partir da década de 1980, com a criação do Ministério da Cultura, que as diretrizes culturais começaram a ser mais bem planeadas e desenvolvidas.

Uma importante contribuição para alargar as discussões sobre cultura se deu a partir da iniciativa das Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que em 1969 publicou o texto sobre o tema denominado “*Cultural policy: A preliminary study*”, que fez parte da coleção *Studies*

and documents on cultural policies. Para tanto, este documento direcionado aos países membros define política cultural como:

[...] (a) a soma total dos usos conscientes e deliberados, ação ou falta de ação em uma sociedade, visando a atender a certas necessidades culturais através da ótima utilização de todos os recursos materiais e humanos disponíveis para essa sociedade em um determinado momento; (b) que determinados critérios para o desenvolvimento cultural devem ser deliberados e que a cultura deve estar vinculada à manutenção da identidade e do desenvolvimento econômico e social [...]. (UNESCO, 1969, p. 10)¹⁸

O arquivo da Unesco, que em 2019 completa 50 anos da sua publicação, ainda hoje é muito atual, embora muitas de suas diretrizes não sejam praticadas em totalidade por diversos países, como é o caso do Brasil. O documento também indica que a cultura está atrelada ao desenvolvimento social e econômico e que tem efeito positivo sobre os meios produtivos, o homem e o bem-estar social. Argumenta que a medida do progresso de uma sociedade se averigua através do seu desenvolvimento cultural e que para isso é necessário que a educação e a ciência estejam fortalecidas e vigentes, neste contexto.

A questão sobre política cultural é densa e não é intenção neste artigo esgotar as reflexões sobre o tema e como este impacta na preservação dos bens culturais. Pretende-se, ao abordar o assunto, fomentar a sua pesquisa que muitas vezes

18. Tradução da autora. Texto original: (a) that 'cultural policy' should be taken to mean the sum total of the conscious and deliberate usages, action or lack of action in a society, aimed at meeting certain cultural needs through the optimum utilization of all the physical and human resources available to that society at a given time; (b) that certain criteria for cultural development should be delbed, and that culture should be linked to the fullilment of personality and to economic and social development.

está muito distante do campo da preservação. As definições para Política Cultural são múltiplas, entretanto o conceito criado por Nestor Canclini chama a atenção por incluir a participação social neste processo, o qual define o tema como:

Conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social. Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad. (CANCLINI, 2005, p. 78).

Alguns autores, como Barbalho (2005), defendem que a política cultural se encontra em uma área interdisciplinar e que está ligada às ciências humanas, não necessitando de matéria específica para estudá-la. Indica que os conceitos sobre política cultural ainda se mesclam com o que se entende por gestão cultural, já que uma política cultural trata dos princípios e dos meios indicadores da ação, enquanto a gestão cultural ficaria responsável por administrar e organizar esses recursos. Ainda que não definida em totalidade a área e o conceito sobre a política cultural, é necessário que se investigue e se entenda melhor não só este mecanismo de proteção e gestão da cultura, como outros conhecidos, com intuito de preencher as diversas lacunas que existem na aplicação da gestão de riscos, metodologia que quando utilizada corretamente evitaria sinistros como o do Museu Nacional (RJ).

A gestão de riscos consiste em uma metodologia científica interdisciplinar, quali-quantitativa, capaz de contribuir de maneira significativa com a política de preservação da

instituição museal, a partir de uma análise global e/ou específica do museu, acervo e entorno. Nesse processo há uma qualificação e quantificação dos potenciais riscos ou fragilidades que ameaçam o museu, baseado nos chamados dez agentes de degradação¹⁹ e em uma série de elementos que podem oferecer risco ao acervo. Quando se analisa e se trata um risco, de maneira geral, deve-se levar em consideração que “o risco não está ligado apenas à fatores físicos relacionados ao território (características geográficas e/ou climáticas), mas também aos fatores socioculturais e econômicos” (IBRAM, 2013, p.11-12).

Conforme avançam as pesquisas em gestão de riscos, maior é a inclinação em ligar a sustentabilidade desse campo à memória, à identidade e às políticas de gestão e preservação culturais, buscando encontrar alternativas viáveis para a Conservação. O patrimônio cultural, mais especificamente as instituições museais, depende de como a sociedade se apropria e usufrui deste bem. Os laços identitários (CANDAU, 2011) que um povo possui com o seu patrimônio cultural são fundamentais para que os processos de gestão, quando existem, funcionem de maneira adequada. Para tanto é necessário que a cultura seja oferecida e desfrutada por todos como um direito social estabelecido e legitimado. Bourdieu afirma que o desejo de participação e apropriação cultural é fomentado ou esmorecido pela frequência social nesta ação. Sendo assim, quanto maior for a inserção social em instituições

19. Foram listados até o momento dez agentes de degradação dos bens culturais, a constar: 1. Forças físicas diretas; 2. Roubo, vandalismo, perda involuntária; 3. Fogo; 4. Água; 5. Pragas; 6. Contaminantes; 7. Radiações; 8. Temperatura incorreta; 9. Umidade relativa incorreta (MICHALSKI, 2007, p. 54-55); 10. Dissociação (CATO; WALLER, 2013). Os agentes de degradação são responsáveis pela degradação dos bens culturais, a gestão de riscos quando planejada e aplicada torna-se uma barreira contra esses danos.

museais, mais imprescindível serão esses organismos culturais para o grupo que dele usufrui.

[...] se é incontestável que nossa sociedade oferece a todos a possibilidade pura de tirar proveito das obras expostas no museu, ocorre que somente alguns têm a possibilidade real de concretizá-la. Considerando que a aspiração à prática cultural varia como a prática cultural e que a necessidade cultural reduplica à medida que esta é satisfeita, a falta de prática é acompanhada pela ausência do sentimento dessa privação. (BOURDIEU; DARBEL, 2003, p. 69).

Por mais abundantes que sejam os recursos técnicos, humanos e financeiros, são mínimas as perspectivas de salvaguarda do patrimônio cultural caso não haja um sentimento coletivo e questionador em relação ao envolvimento social nas atividades culturais. Neste sentido a funcionalidade da metodologia da gestão de riscos também depende desse trabalho em grupo.

A gestão de riscos é uma disciplina difundida por vários autores que utilizam metodologias testadas para avaliar os potenciais riscos que podem colocar em prática o patrimônio cultural. A matéria trabalha com um planejamento estratégico elaborado para reconhecer, eliminar ou mitigar quaisquer eventos ou ações (intrínseca, extrínseca ou antrópica) que ponham em risco ou deteriorem os bens culturais. Para tanto indica que se deve ter em conta os recursos humanos, técnicos e financeiros disponíveis, para que se criem procedimentos de trabalho, protocolos de manutenção e mecanismos de detecção, eliminação ou mitigação dos agentes de degradação diante de uma situação de emergência.

Ainda que haja diversas sistematizações e métodos para analisar os riscos para os bens culturais, o que se observa é que existe uma dificuldade muito grande entre as instituições

museais de aplicar na prática esses recursos técnicos e científicos. No Brasil, enquanto algumas instituições estão visivelmente avançadas no que tange ao tema, trabalhando em equipe de forma multidisciplinar, avaliando as questões museais em conjunto, buscando alternativas para sanar as falhas administrativas e orçamentárias, aprimorando os conhecimentos que possuem sobre conservação preventiva, etc.; outras instituições nem sequer conhecem a matéria da gestão de riscos.

Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) em sua publicação de 2011, *Museus em Números*, se observa como a gestão de riscos é assunto novo na maioria dos museus brasileiros, já que “menos da metade dos museus existentes possui planos de segurança e emergência – as ações de segurança implementadas são o Plano de combate a incêndio, seguido do Plano contra roubo e furto” (IBRAM, 2013, p. 14). No que tange ao conhecimento e interação da equipe institucional como um todo, sobre os métodos de proteção do patrimônio cultural, o Ibram destaca que “o treinamento de profissionais para atuação em situações de emergência e a existência de brigadas contra incêndio são as estratégias menos empregadas em todas as regiões do País” (IBRAM, 2013, p. 15). Os dados levantados pelo Ibram são de 2011, mas pouco mudou em relação a esta realidade, mesmo com todo empenho do órgão em criar manuais e solicitar, às instituições que administra, medidas e projetos de conservação.

A ameaça iminente de perder os bens culturais institucionalmente “preservados”, confirmada de maneira dolorosa e irreversível pelo já citado incidente no Museu Nacional do Rio de Janeiro, gera também uma possibilidade de perda de referencial simbólico e afetivo que uma sociedade possui. O incidente

com o Museu Nacional do Rio de Janeiro não foi um fato isolado, mas sim um caso pragmático de como uma fagulha de fogo pode crescer e acabar por consumir anos de história e de herança cultural. A falha na preservação desses potenciais instrumentos de ativação memorial e identitários, como são os museus e os monumentos históricos, direciona a questionamentos sobre a importância não apenas do estudo aprofundado da teoria que trabalha a gestão de riscos, como também de como colocar em prática essa metodologia.

Muitas instituições museais não conseguem elaborar planos efetivos de gestão de riscos porque, muitas vezes, em seu quadro de colaboradores não existe nenhuma pessoa com formação ou especialização na área da conservação-restauração e possuem dificuldades de entender e aplicar a metodologia. Ainda que o referencial teórico não seja largo, publicações realizadas por Stefan Michalski, pesquisador do Instituto Canadense de Conservação, permitem que o método de gestão de riscos seja mais claro e fácil de ser aplicado. O pesquisador brasileiro José Luiz Pedersoli Jr. uniu-se a Michalski e trabalha na mesma linha há anos, apresentando importantes referências bibliográficas para o campo do patrimônio e para a gestão de riscos. A pesquisa em instituições museais revela que os museus que possuem projetos elaborados de gestão de riscos muitas vezes não conseguem ativá-lo durante situações práticas de emergência como, por exemplo, um início de incêndio, inundação, um vandalismo em andamento ou qualquer outro tipo de risco aos quais os bens culturais estão expostos. Desta forma, é necessário que se pesquise além da metodologia apresentada pela gestão de riscos para que se entendam quais processos estão interferindo na atuação prática dos profissionais e da sociedade na preservação do patrimônio cultural.

Conclusão

Como discutido durante o texto, não se tem a intenção de esgotar as questões relativas às perspectivas de salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro. Entende-se que há muitas reflexões sobre o tema, e que estão apoiadas em distintos autores e críticos do campo patrimonial. É uma questão complexa principalmente porque sempre acaba esbarrando nos profissionais da conservação-restauração que atualmente, no Brasil, não possuem espaço institucionalizado, já que a profissão não é regulamentada e que a maioria das instituições museais não possui pessoas formadas ou especializadas na área. Além disso, ainda existe uma dificuldade em realização de trabalhos multidisciplinares, ainda que este não seja nenhuma novidade ou exceção no âmbito museal. O patrimônio cultural possui uma gama de políticas e ações de preservação institucionalizadas por órgãos competentes na preservação, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), mas ainda assim tragédias como a que atingiu o Museu Nacional do Rio de Janeiro, em setembro de 2018, são rotinas no nosso País. O que falta para que a cultura seja realmente legitimada, utilizada e protegida pela sociedade como sua verdadeira herança?

Referências

- BARBALHO, Alexandre. Política cultural. In: RUBIM, Linda (org.) **Organização e produção da cultura**. Salvador: EDUFBA, 2005, p. 33-52.
- BERGSON, Henri. **Memória e vida**. Tradução: Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. **O amor pela arte**: os museus de arte na Europa e seu público. São Paulo: Edusp/Zouk, 2003.

- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**. São Paulo: edusp, 2006.
- CANCLINI, Nestor Garcia. Definiciones en transición. In: MATO, Daniel (org.) **Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales em tiempos de globalización**. Buenos Aires: Clacso, 2001, p. 65.
- CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução Luciano Vieira Machado. 3^a Edição. São Paulo: UNESP, 2006.
- GONÇALVES. José Reginaldo S. O patrimônio como categoria do pensamento. In: **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Regina Abreu e Mário Chagas (orgs.). Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro Editora, 2003.
- HERNÁNDEZ, Josep Ballart. **Gestión del patrimonio cultural**. 3^a edición. España: Ariel Patrimonio, 2007.
- IBRAM. **Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro**. Brasília: Ministério da Cultura, 2013.
- IBRAM. **Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro**. Brasília: Ministério da Cultura, 2013.
- VIÑAS, Salvador Muñoz. **Teoría contemporánea de la restauración**. Madri: Editorial Síntesis, 2003.
- UNESCO. **Cultural policy: a preliminary study**. Paris: UNESCO, 1969.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E URBANIZAÇÃO

Políticas de memória em âmbito municipal: um estudo de caso a partir de Porto Alegre

Carlos Artur Gallo²⁰

Introdução

O final de regimes autoritários, sejam eles as ditaduras de inspiração nazifascistas europeias, sejam as ditaduras de Segurança Nacional instaladas no Cone Sul no contexto da Guerra Fria, tem sido acompanhado pela intensificação na formulação de demandas por memória, verdade e justiça. Há 20 ou 30 anos, não era frequente utilizar termos como “justiça de transição” e “políticas de memória” para abordar o tema dentro e fora da academia. Hoje, a realidade é diferente, tendo se consolidado uma agenda de pesquisas que problematiza as diferentes medidas e estratégias que vêm sendo implementadas em países que passaram por regimes autoritários para lidar com o saldo da repressão e estabelecer uma memória sobre estes períodos.

Em linhas gerais, este estudo realiza uma reflexão sobre a dinâmica das políticas de memória em âmbito municipal. Para fazê-la, foi selecionado para análise um caso ocorrido na cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, em 2014. Trata-se da mudança de nome de uma das principais vias de acesso à cidade, que até então fazia homenagem a um dos ditadores-presidentes

20. Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com Estágio Doutoral realizado na Faculdade de Ciéncia Política e Sociologia da Universidade Complutense de Madri (UCM). Professor do Departamento de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Contato: galloadv@gmail.com

que governou o País durante a ditadura (o ditador Castelo Branco), bem como das reviravoltas do caso, ocorridas recentemente, a partir de agosto de 2018, via decisão judicial.

Organizado em três seções, o capítulo apresenta, na primeira delas, elementos teórico-conceituais essenciais à reflexão sobre o tema proposto. Na segunda parte, são descritos os fatos envolvendo a mudança de nome do logradouro, identificando-se como e quando surge a iniciativa, bem como os caminhos e descaminhos percorridos na sua realização. Na terceira seção, finalmente, analisa-se os elementos apresentados, buscando entender os motivos pelos quais a disputa se intensificou nos últimos anos, ocorrendo, via Poder Judiciário, a volta do nome antigo para a avenida.

Justiça de transição e políticas de memória: uma tarefa pendente na construção das novas democracias

Lembrar e esquecer são atos cotidianos. Todos e todas lembram e esquecem de algo, deliberadamente ou não, no dia a dia. Em termos analíticos, o que significa falar da memória e do esquecimento? Qual o seu significado para pensar a dinâmica política? O debate e análise sobre as medidas implementadas em contextos políticos iniciados após regimes autoritários estão diretamente relacionados à compreensão de três aspectos teórico-conceituais: uma compreensão do que significa memória, o enquadramento da memória nos marcos do conceito “justiça de transição” e a análise daquelas que podem ser consideradas como “políticas de memória”.

Uma reflexão sobre o conceito de memória e seus significados históricos, culturais, sociais e políticos pode ser feita

a partir do estudo do sociólogo francês Maurice Halbwachs (2006). Um primeiro aspecto a ser destacado da análise de Halbwachs seria a ideia de que não existe, propriamente, uma memória, no singular, mas sim memórias, no plural, que coexistem. Existem memórias individuais, coletivas e históricas. Todas elas são construídas de modo relacional, isto é, representam as interações humanas em torno da disputa sobre o que vai ser lembrado, como e por qual razão.

Parciais, todas as memórias o são, visto que não seria possível representar o todo. Mas, ainda conforme Halbwachs, e, embora o próprio autor reconheça os limites da categoria por ele esboçada, a memória histórica se diferencia essencialmente das demais (a individual e a coletiva) por uma razão: ela representa aquilo que é fixado, oficializado, através da atribuição de significados, e unificada mediante o estabelecimento de versões a priori incontornáveis de um fato ou de um conjunto de fatos. Memórias individuais e coletivas, portanto, são mais fluidas que a memória histórica.

Qual o significado disso para pensar a política? Em linhas gerais, é possível dizer que a fixação de sentidos sobre o passado ou, em outras palavras, e retoma-se aqui a análise de Paul Ricoeur (2007), a tensão entre memória e esquecimento, constitui um dilema político resolvido constantemente. O que se lembra, como, quem decide e como decide o que será oficializado sobre determinada conjuntura política, são perguntas que evidenciam o processo de lutas pelo passado descrito por Elizabeth Jelin (2017). Objetos de lutas, disputas sociais e políticas, as memórias (e o esquecimento) envolvem processos subjetivos de construção de significados e, conforme a autora, é importante observar quem são os atores que dão sentido ao passado.

Quando fala sobre os atores sociais e políticos que, envolvidos nas disputas em torno da memória sobre um período, dão sentido ao passado, Jelin (2017, p. 15-17) comenta que as lutas travadas são realizadas por pessoas e instituições. Pessoas que podem ser testemunhas oculares do que se quer atribuir sentido. Pessoas que podem não ter vivenciado aquilo que se quer narrar. Instituições públicas, que precisam estabelecer uma versão sobre o que ocorreu. É a compreensão, precisamente, do papel desempenhado pelas instituições nas disputas pelas memórias de um período, que pode ser realizada a partir do enquadramento do tema no conceito de “justiça de transição” ou “justiça transicional”.

O que é a justiça de transição? Em linhas gerais, a justiça de transição é um conceito recente, criado na década de 1990 pela pesquisadora Ruti Teitel, e que foca no uso, na instrumentalização do direito em circunstâncias excepcionais, se referindo à justiça (e seus mecanismos) adaptada para sociedades que tenham passado ou estejam passando por períodos marcados pela violência política (neste sentido: AMBOS, 2009; QUINALHA, 2013). Dito de outra forma, se refere ao Estado e suas instituições atuando com vistas à promoção dos direitos humanos e ao fortalecimento de instituições e práticas democráticas.

Complexa, a justiça transicional constitui uma tarefa bidimensional. É retrospectiva e, ao mesmo tempo, prospectiva. Retrospectiva, porque abrange mecanismos criados para resgatar a memória de um período marcado por violações aos direitos humanos, recompondo o passado, estabelecendo aquilo que de fato ocorreu e que, muitas vezes, foi não só silenciado por um regime autoritário, mas também adulterado em seu nome. É também prospectiva, na medida

em que busca fixar as bases para a apuração de responsabilidades, para o julgamento daqueles que estão envolvidos com a repressão praticada, e, em última análise, para a não repetição.

Intimamente relacionada ao conceito de justiça de transição, encontra-se a concepção de “políticas de memória”. O que são políticas de memória? De uma maneira bastante objetiva, pode-se dizer, seguindo o estudo de Juan Mario Solís Delgadillo (2015), que elas são políticas públicas através das quais governos lidam com problemas relacionados à memória. Sendo mais específico, políticas de memória se referem às instituições políticas sendo responsáveis por dirimir conflitos relacionados a um período histórico determinado (SOLÍS DELGADILLO, 2015, p. 39).

Podendo ser, portanto, consideradas como uma resposta do sistema político para satisfazer as demandas por memória, verdade e justiça que são encabeçadas sobretudo por movimentos de vítimas da repressão, essas políticas conciliam: os direitos das vítimas (a ideia de reparação), os direitos da sociedade (a ideia de que todos e todas têm o direito a saber, conhecer o passado), a importância da estabilidade democrática e do Estado de Direito (SOLÍS DELGADILLO, 2015, p. 42-45). Políticas de memória, assim, podem ser medidas implementadas em qualquer nível da federação. Seja em âmbito nacional, seja em âmbito estadual ou municipal.

Políticas em âmbito nacional, e, pensando-se no caso brasileiro para apresentar exemplos, podem ser a Comissão Nacional da Verdade, assim como leis que previram a concessão de reparação às vítimas da ditadura (Lei nº 10.521/2002) ou aos seus familiares (Lei nº 9.140/1995). Medidas em

âmbito local podem, à primeira vista, parecer menos tangíveis, mas, na prática, podem ser visualizadas na implementação de medidas bastante variadas, abrangendo desde construção de um memorial, uma praça ou qualquer espaço que faça alusão ao período autoritário, até a troca do nome de uma rua ou instituição de ensino que fora batizada em homenagem a alguém responsável por violações aos direitos humanos.

Avenida da Legalidade e da Democracia: a construção de uma política de memória em âmbito local

Como foi visto na seção anterior, políticas de memória fazem parte das medidas de justiça de transição que vêm sendo implementadas em países que tenham passado por um regime/ período autoritário e/ou marcado por massivas violações aos direitos humanos, podendo variar bastante no tocante ao seu formato. Isto é, podem envolver reparação pecuniária (financeira sob diferentes formas, tais como o pagamento de indenizações em parcela única, a fixação de uma pensão entre outras), podem constituir medidas simbólicas, entre outras.

Uma medida simbólica, no sentido mencionado, é a alteração da denominação de logradouros e lugares públicos que tenham sido batizados para homenagear pessoas ou eventos relacionados a um período autoritário. Numa perspectiva abstrata, pode-se dizer que medidas como as referidas podiam ser realizadas desde o fim das ditaduras e o retorno à democracia. Bastaria, para tanto, que os governos que se sucederam ao regime autoritário formulassem políticas com vistas ao tratamento do tema, bem como que setores

interessados na sua realização se articulassem demandando algo neste sentido do sistema político²¹.

Na Argentina, por exemplo, medidas em âmbito local vêm sendo implementadas desde a década de 1990. Lá, em várias cidades do país, existem praças e ruas batizadas em homenagem às vítimas da ditadura, bem como homenageando os principais grupos articulados em torno do tema, como a Associação das MÃes da Praça de Maio ou as Avós da Praça de Maio. No Brasil, algo semelhante já ocorreu antes dos anos 2000, mas, a partir de dezembro de 2009, quando ocorreu o lançamento da 3^a edição do Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-3), pode-se observar uma mudança de paradigma no tocante ao modo como se lida com o tema²².

Na nova edição do PNDH-3, elaborado no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2006-2010), houve uma expansão no que tange ao tratamento do tema da memória da repressão política no País, sendo destinado ao mesmo um Eixo específico do documento: o Eixo Orientador vi – Direito à Memória e à Verdade. Sobre políticas de memória em âmbito

21. Em Portugal, após a Revolução dos Cravos ter sido iniciada, no dia 25 de abril de 1974, a ponte sobre o Tejo que liga as cidades de Lisboa e Almada foi rebatizada. De “Ponte Salazar”, uma homenagem ao ditador português, a estrutura sobre o rio passou a ser denominada “Ponte 25 de Abril”, simbolizando a mudança de perspectivas políticas para o país, que passara por décadas sob um regime autoritário.

22. A publicação da nova versão do PNDH, em dezembro de 2009, gerou uma série de polêmicas a respeito de alguns eixos do documento. Disposições sobre o aborto, tratado como uma questão de saúde pública, sobre direitos para a população LGBT, e, especialmente, recomendações em torno do tema da ditadura civil-militar no País, entre as quais a previsão da criação de uma Comissão Nacional da Verdade, foram duramente atacadas na opinião pública nos primeiros meses do ano de 2010. Como resultado das pressões e polêmicas, o Governo Lula recuou e alterou o texto original do PNDH-3. Maiores detalhes podem ser encontrados em: Gallo, 2015.

local, e, após alterações realizadas na redação original do Programa (via Decreto 7.177, de 12 de maio de 2010), foi previsto:

Art. 5º As ações programáticas “c” e “d” do Objetivo Estratégico I – Suprimir do ordenamento jurídico brasileiro eventuais normas remanescentes de períodos de exceção que afrontem os compromissos internacionais e os preceitos constitucionais sobre Direitos Humanos – da Diretriz 25: Modernização da legislação relacionada com promoção do direito à memória e à verdade, fortalecendo a democracia, do Anexo do Decreto nº 7.037, de 2009, passam a vigorar com as seguintes redações:

“c) Fomentar debates e divulgar informações no sentido de que logradouros, atos e próprios nacionais ou prédios públicos não recebam nomes de pessoas identificadas reconhecidamente como torturadores.

.....” (NR)

“d) Acompanhar e monitorar a tramitação judicial dos processos de responsabilização civil sobre casos que envolvam graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988.

.....” (NR)

Com o PNDH-3 constituía-se uma mudança no sentido de que a implementação de medidas locais deixava de ser uma possibilidade abstrata, dependente da boa vontade dos governantes e da capacidade de articulação dos movimentos sociais. Passava a ser uma possibilidade mais concreta, já que tais medidas passavam a ser consideradas não uma obrigação, mas algo recomendável, inseridas num plano de metas para os direitos humanos.

Em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, existe uma avenida que dá acesso ao centro da cidade, considerada a principal via de acesso tanto para quem se desloca

pela região metropolitana, como para quem se desloca desde cidades do interior. Oficialmente batizada Avenida Presidente Castelo Branco, e, popularmente, chamada apenas de “Castelo Branco”, esta avenida teria sua denominação tornada alvo de disputas e polêmica a partir de 2011, quando a bancada do PSOL ingressou com uma primeira tentativa, sem êxito, de mudança do nome do logradouro.

No ano de 2014, marcado pela passagem dos 50 anos do Golpe de 1964, ou seja, em um contexto no qual ganharam destaque as memórias sobre o período ditatorial, os vereadores Pedro Ruas e Fernanda Melchionna (ambos do PSOL/RS), apresentaram o Projeto de Lei (PL) 001/2014, com vistas à alteração do nome do logradouro para Avenida da Legalidade e da Democracia. Seria uma homenagem ao movimento liderado por Leonel Brizola em 1961, quando, após a renúncia do presidente Jânio Quadros, houve uma tentativa, por setores da direita, de impedir a posse do vice-presidente João Goulart no cargo²³.

Em linhas gerais, o PL 001/2014, além de fazer referência expressa às disposições da Diretriz 25 do PNDH-3, apresentava a seguinte justificativa para a troca de nome da avenida:

Em contraponto à exaltação dos abusos cometidos no passado, o exercício de rememoração deve auxiliar na consolidação de nossa incipiente democracia, valorizando as lutas em sua defesa e resgatando a consciência histórica. A ressignificação de espaços públicos possui o condão de reafirmar o compromisso com os valores democráticos vigentes e sinaliza, de forma consciente, a ideia de não repetição dos abusos cometidos durante a ditadura civil-militar.

23. O texto do PL 001/2014, com sua exposição de motivos para aprovação, pode ser lido em: <http://200.169.19.94/processo_eletronico/000462014PLL/000462014PLL_PROJETO_51699036_578.pdf>. Acesso em 23 jan. 2019.

O processo legislativo visando à alteração do nome da avenida foi marcado por tensões entre os vereadores que apoiavam o projeto, vinculados essencialmente a partidos políticos situados à esquerda e ao centro do espectro político partidário (o projeto angariou apoio de vereadores do PT, PCdoB, PDT, PTB, PMDB, PSD entre outros), e aqueles que foram contrários à medida, os vereadores de partidos como o PP, DEM e PSDB, cujas bancadas votaram contra a aprovação do PL.

Após meses em trâmite, o PL 001/2014 foi aprovado pela maioria dos vereadores na Câmara Municipal de Porto Alegre em 27 de agosto de 2014 (21 votos favoráveis, 5 contrários). A sanção do PL foi realizada em 1º de outubro pelo presidente da Câmara, o vereador Mauro Pinheiro (PT/RS), visto que o prefeito José Fortunati (PDT/RS) optou por não se posicionar nem a favor nem contra a medida. Acompanharam a sessão na qual foi promulgada a lei, comemorando o resultado, vítimas da ditadura e militantes políticos de organizações que lutam pelos direitos humanos e pelo resgate da memória do período²⁴.

Longe de ser encerrada com a aprovação do PL, que passou a vigorar com a promulgação da Lei Ordinária 11.688/2014, a polêmica sobre a troca do nome persistiria nos anos seguintes. Em fevereiro de 2016, a vereadora Mônica Leal (PP/RS), ainda inconformada com a alteração, apresentou o PL 040/2016 propondo a revogação da Lei aprovada em 2014²⁵. A justifica-

24. Detalhes sobre o trâmite do PL 001/2014 e sobre sua aprovação podem ser conferidos em reportagem veiculada pelo portal de notícias Sul21: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2014/10/111projeto-de-lei-e-promulgado-e-avenida-castelo-branco-da-lugar-a-avenida-da-legalidade-e-democracia/>>.

25. Ver, no sentido mencionado, além da exposição de motivos do PL 040/2016, notícia divulgada no site da Câmara de Vereadores, disponível em: <<http://> ▶

tiva da vereadora, em síntese, era a de que a troca do nome havia sido concretizada descumprindo procedimentos técnico-jurídicos do regimento interno da Câmara de Vereadores. Conforme consta na exposição de motivos do PL, a vereadora afirmava que:

Considerando que a Avenida Presidente Castelo Branco é uma via de acesso a Porto Alegre já institucionalizada e do conhecimento da população, a modificação de seu nome significa a descaracterização de um importante ponto de referência para os porto-alegrenses e para todas as pessoas que adentram a nossa Capital utilizando essa alternativa viária.

É verdade sabida que os movimentos históricos fazem parte de toda e qualquer sociedade. As figuras emblemáticas que influenciaram a construção do Brasil e de nossa Capital devem e precisam ser lembradas. O que foi consolidado ao longo do tempo não pode ser apagado de nossos livros e alijado de nossa biografia por razões ideológicas ou político-partidárias.

Fora da arena legislativa municipal, e, antes da apresentação do PL que visava à revogação da troca do nome da avenida, a vereadora Mônica Leal, acompanhada pelos vereadores João Carlos Nedel (PP/RS) e Reginaldo Pujol (DEM/RS), ingressou com uma ação na justiça estadual gaúcha, alegando irregularidades no processo legislativo que resultou na aprovação da Lei 11.688/2014. Após tramitarem recursos e chegar até o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, sediado em Porto Alegre, a causa foi encerrada recentemente. Nela, foi ratificado pela maioria dos desembargadores que participaram do julgamento o argumento de que o projeto que deu origem à

► www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/projeto-revoga-troca-de-nome-da-castelo-branco-para-avenida-da-legalidade. Acesso em 23 jan. 2019.

mudança na denominação do logradouro havia descumprido, em 2014, exigências técnicas previstas no regimento da Câmara de Vereadores (teria sido descumprido o quórum mínimo para a votação, entre outras questões). Com a decisão dada em segunda instância, em setembro de 2018, o nome da avenida voltou a ser Avenida Presidente Castelo Branco²⁶.

Sai a democracia, volta o Castelo: considerações sobre o caso porto-alegrense

Inseridas num contexto de medidas que têm sido enquadradas nos estudos sobre justiça de transição, as políticas de memória visam a contribuir para que, após um período autoritário e/ou marcado por massivas violações aos direitos humanos, seja possível estabelecer as bases para um regime democrático estável, que repare as vítimas da violência praticada pelo Estado e preserve a memória sobre tais atos. Embora ganhem destaque as medidas implementadas em larga escala, ou seja, aquelas cuja abrangência se dá em nível nacional, medidas locais contra o esquecimento dos crimes cometidos durante ditaduras também existem e podem contribuir para o fortalecimento de um regime político pautado na defesa dos direitos humanos. A mudança no nome de logradouros ou instituições públicas que fazem alusão e/ou homenageiam fatos e pessoas vinculadas a um regime autoritário, como visto, constitui uma política de memória possível de ser realizada em âmbito local.

26. Sobre a decisão do Tribunal de Justiça gaúcho, ver a notícia: <<https://gau-chazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/08/tj-confirma-que-avenida-da-legalidade-e-da-democracia-voltara-a-ser-chamada-de-castelo-branco-c-jlhaon9no5q001qkictn1837.html>>. Acesso em 23 jan. 2019.

A partir dos fatos ocorridos na cidade de Porto Alegre entre 2014 e 2018, acredita-se ser possível realizar algumas reflexões que podem auxiliar no entendimento de algumas questões importantes. Para além das justificativas técnico-jurídicas, o que explica as reviravoltas no caso descrito na seção anterior deste estudo, fazendo com que a denominação Avenida da Legalidade e da Democracia tenha sido revogada? O que há ou havia de diferente no cenário político de 2014 e 2018 que pode ter influenciado na tomada de decisão sobre o tema? Por qual razão os vereadores de Porto Alegre sentiram-se confortáveis para seguir se insurgindo contra a mudança de denominação, insistindo para que o Poder Judiciário garantisse que a homenagem ao ditador-presidente Castelo Branco fosse mantida? Qual a relação do que foi exposto neste estudo com o processo de transição à democracia levado a cabo no contexto brasileiro?

Respondendo parcialmente aos questionamentos formulados acima, acredita-se que os fatos envolvendo o processo legislativo que havia alterado a denominação de uma das principais vias de acesso à capital dos gaúchos podem ser analisados considerando-se: 1) duas constatações sobre políticas de memória, 2) o processo de transição à democracia no Brasil e seu impacto na construção da nova ordem política, 3) as mudanças de conjuntura política de 2014 a 2018.

No tocante às constatações sobre políticas de memória, os acontecimentos descritos na seção anterior evidenciam dois aspectos inerentes às medidas deste tipo, mas que, via de regra, podem passar despercebidos. Isto é, e, primeiramente, pode-se observar que políticas de memória são, em essência, políticas públicas que, embora possíveis de serem concretizadas, muitos governos não consideram uma tarefa essencial a ser

cumprida por suas gestões. Isto fica visível, no caso porto-alegrense, quando se observa que a lei que alterava o nome da avenida foi sancionada pelo presidente da Câmara de Vereadores, uma vez que o prefeito da cidade optou por não se manifestar sobre o PL que havia sido aprovado.

Um segundo aspecto que, com frequência, passa despercebido no que tange às políticas de memória, se relaciona a uma possibilidade que, apesar de dramática, é factível: políticas de memória não constituem conquistas irrevogáveis. Por mais que seja improvável que em alguns contextos medidas que resgatem, preservem e promovam a memória de acontecimentos traumáticos sejam revogadas, é possível que isto ocorra. Seja por ação encabeçada pelo Poder Executivo. Seja por iniciativa do Poder Legislativo, com a mobilização de parlamentares. Seja via Poder Judicial, algo que será comentado adiante.

Feitas estas duas constatações, parece oportuno reformular e sintetizar parte dos questionamentos apresentados, perguntando-se, então: o que explica que governos optem por não se comprometer com a implementação de medidas com vistas ao tratamento de demandas por memória, verdade e justiça? Ainda que parcialmente, é possível responder a tais perguntas considerando-se, como mencionado, tanto o modo como ocorreu o fim da ditadura no País como as mudanças conjunturais no cenário político recente.

A transição à democracia brasileira, realizada entre os anos de 1974 e 1985, é conhecida como um dos processos transitórios mais longos dos países que foram redemocratizados no contexto da 3^a onda de democratizações (HUNTINGTON, 1994). Lenta, gradual e segura, conforme arquitetada pelos setores civis-militares que estavam no poder desde o golpe de 1964, a

transição no País foi iniciada por integrantes do regime autoritário que se anteciparam a uma série de fatores que poderiam abalar a manutenção da ditadura (neste sentido, dentre outros fatores, pode-se mencionar a crise internacional do petróleo, que abalaria o chamado “milagre econômico”), e, propondo uma distensão controlada, conseguiram determinar os rumos do processo político, ainda que não pudessem prever todos os seus acontecimentos (conforme ARTURI, 2001; CODATO, 2005; GUGLIANO; GALLO, 2013).

Justamente devido ao alto controle que os setores alinhados à ditadura tiveram sobre o processo transicional, observa-se que a capacidade de ruptura que se realiza entre práticas e instituições influenciadas pelo autoritarismo na construção da nova democracia foi bastante reduzida. Como consequência, uma série de legados autoritários se mantiveram no cenário político brasileiro, influenciando os rumos da política mesmo passadas décadas desde que o último dos ditadores-presidentes encerrou seu mandato (ver, no sentido mencionado, GALLO; GUGLIANO, 2014).

São legados que se manifestam dentro das instituições democráticas quando, por exemplo, vereadores filiados ao PP e ao DEM, ambos herdeiros da Arena (partido político de sustentação da ditadura), não satisfeitos com a derrota na votação do PL apresentado pelos vereadores do PSOL, encabeçam as tentativas de revogação da lei aprovada na Câmara Municipal de Porto Alegre. É algo bastante sintomático, uma vez que, com o fim da ditadura, políticos que atuavam em nome do regime simplesmente continuaram exercendo seus mandatos e filiaram-se em novos partidos, como se não houvesse qualquer diferença ser parlamentar numa democracia ou numa ditadura.

A vereadora Mônica Leal (PP/RS), cabe mencionar, é filha de um militar que esteve do lado dos setores responsáveis pela deposição do presidente João Goulart e apoiou a ditadura iniciada a partir de 1964. A participação de pai e filha na política brasileira pós-redemocratização serve para demonstrar a força de alguns legados da ditadura, uma vez que, como parte dos pactos que foram articulados durante o processo transicional, às elites militares e políticas que sustentaram o regime autoritário foi garantida sua sobrevivência como atores com poder de voto no novo contexto político (ARTURI, 2001).

Legados autoritários se manifestam, ainda, na forma como as polêmicas foram conduzidas em torno da aprovação da lei. A tentativa de barrar a aprovação da medida se dá, num primeiro momento, mediante a instrumentalização de elementos discursivos típicos de uma cultura autoritária que se manteve mesmo com o fim da ditadura. O apelo que é feito pelos vereadores contrários à mudança de nome da avenida, neste sentido, é baseado tanto na ideia de que o passado não pode ser modificado por interesses ideológicos assim como na defesa de que o Governo Castelo Branco (1964-1967) impediu que o País entrasse em colapso. É a reprodução, 50 anos após o Golpe, de fragmentos de um discurso segundo o qual a sociedade brasileira seria ameaçada por elementos ideologicamente indesejáveis a serem combatidos.

Observando-se o modo como o Poder Judiciário tratou o tema, é possível, também, analisar a decisão pela revogação da lei que alterou o nome da avenida à luz dos legados autoritários existentes no contexto brasileiro. O campo jurídico foi bastante atingido pela ditadura, que intervém na composição dos seus quadros, alterando normas e modificando, em mais de

uma ocasião, o formato da mais alta instância judicial do país, o Supremo Tribunal Federal (PEREIRA, 2010; RECONDO, 2018). O final da ditadura, contudo, não trouxe nenhuma mudança no tocante ao Judiciário, suas instituições e seus agentes. Todos aqueles que foram nomeados para ocupar cargos durante o regime autoritário permaneceram exercendo suas atividades normalmente, assim como continuaram valendo, por anos, regras implementadas com base na Doutrina de Segurança Nacional.

Considerando-se isso, e, pensando-se num contexto posterior a 2010, quando os ministros do Supremo Tribunal Federal julgaram a ADPF 153, declarando que a Lei da Anistia havia anistiado tanto as vítimas da repressão como seus algozes, faz sentido que, via decisão judicial, o desfecho fosse ser desfavorável à troca de denominação do logradouro. É certo, cabe mencionar, que a decisão emitida pelo Tribunal de Justiça gaúcho considerou critérios técnicos no julgamento, mas não deixa de chamar a atenção que, ao mesmo tempo, a decisão tomada passe à margem de todo um contexto marcado pela crescente reivindicação da promoção da memória sobre o período autoritário, pela vigência de uma série de normas internacionais de direitos humanos e, ainda, pela vigência do PNDH-3. O resultado do julgamento não deixa de representar, de certa forma, uma opção política realizada via decisão jurídica.

O que foi dito talvez faça mais sentido se são consideradas, finalmente, mudanças de conjuntura no período de 2014 a 2018. Em 2014, quando o PL 001/2014 tramitou e foi aprovado pelos vereadores de Porto Alegre, vivia-se, apesar de todas as críticas e ponderações possíveis, um contexto de aparente normalidade democrática. Havia uma Comissão Nacional da

Verdade atuando. Era um contexto marcado, apesar dos limites no tocante a alguns temas, pelo debate sobre os 50 anos do Golpe. Em 2018, quando a lei foi revogada pelo Tribunal de Justiça, vivia-se o auge de uma conjuntura no mínimo turbulenta, longe de ser considerada como um período de “normalidade democrática”.

Era o último ano do Governo Temer (2016-2018), iniciado após a deposição, mediante golpe parlamentar, da presidente Dilma Rousseff (PT). Foi um ano no qual o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi condenado à prisão, em janeiro, num julgamento marcado por dubiedades, sendo preso no mês de abril, ficando impossibilitado de concorrer às eleições presidenciais. Foi um ano marcado, ainda, pelo aprofundamento das tensões entre setores progressistas e setores de extrema-direita. Setores estes que vinham se articulando de forma acelerada e crescente desde junho de 2013, e que nas eleições de outubro ajudariam a eleger para a Presidência Jair Bolsonaro (PSL), um político que se manifesta frequentemente contra os direitos humanos e em defesa da ditadura.

Tudo o que foi mencionado, acredita-se, ajuda a entender parte dos motivos pelos quais uma política de memória como a que havia sido implementada em Porto Alegre pode vir a ser revertida. Embora desejáveis, políticas que visam ao tratamento do saldo da repressão praticada por uma ditadura são difíceis de serem realizadas se o sistema político não está disposto a fazê-lo. A falta de incentivos e disposição para torná-las realidade talvez seja o principal alerta para o fato de que impedir o conhecimento do passado afeta direta e dramaticamente o futuro das democracias.

Referências

- AMBOS, Kai. El marco jurídico de la justicia de transición. In: AMBOS, Kai.; MALARINO, Ezequiel; ELSNER, Gisela (Ed.). **Justicia de transición**: con informes de América Latina, Alemania, Italia y España. Montevideo: Fundación Konrad-Adenauer, 2009. p. 23-129.
- ARTURI, Carlos S. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. In: **Revista de Sociologia e Política**, n.17, Curitiba, 2001, p. 11-31.
- CODATO, Adriano. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. In: **Revista de Sociologia e Política**, n.25, Curitiba, 2005, p. 83-106.
- GALLO, Carlos Artur. A Comissão Nacional da Verdade e a reconstituição do passado recente brasileiro: uma análise preliminar da sua atuação. In: **Estudos de Sociologia**, v.20, n.39, 2015, p. 327-345.
- GALLO, Carlos Artur; GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Legados autoritários, políticas de memória e qualidade da democracia no Brasil. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvana (Org.). **Entre a memória e o esquecimento**: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil. Porto Alegre: Deriva, 2014. p. 285-301.
- GUGLIANO, Alfredo Alejandro; GALLO, Carlos Artur. On the ruins of the democratic transition: human rights as an agenda item in abeyance for the Brazilian democracy. In: **Bulletin of Latin American Research**, v.32, n.3, Oxford, 2013, p. 325-338.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- JELIN, Elizabeth. **La lucha por el pasado**: cómo construimos la memoria social. Buenos Aires: SigloVeintiuno, 2017.
- PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e repressão**: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- RECONDO, Felipe. **Tanques e togas**: o STF e a ditadura militar. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- QUINALHA, Renan. **Justiça de transição**: contornos do conceito. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Editorial, 2013.

RICOEUR, Paul. **A história, a memória, o esquecimento.** Campinas: Edunicamp, 2007.

SOLÍS DELGADILLO, Juan Mario. **Los tiempos de la memoria en las agencias políticas de Argentina y Chile.** Buenos Aires: Eudeba, 2015.

Instituições participativas de tutela do patrimônio cultural – os Conselhos de Política Cultural – desafios de implementação e efetividade

Cláuber Gonçalves dos Santos²⁷

Introdução

O patrimônio cultural tem sido amplamente utilizado como instrumento para ativar transformações sociais. Tais transformações necessitam de políticas públicas que sejam promovidas com a participação social e, acima de tudo, que possam produzir resultados em maior nível.

Este artigo propõe-se a desenvolver algumas questões que estão diretamente relacionadas com a produção das políticas públicas nas localidades e regionalidades – a participação através de instituições jurídico/políticas – bem como apontar, em nível local (Pelotas), quais déficits estão presentes e que dificultam esta participação.

A participação social na formação das políticas de patrimônio vem de muito tempo sendo uma referência de diversos documentos oficiais, sejam eles normativos ou mesmo cartas patrimoniais. Estes documentos foram estabelecendo ao longo dos anos qual a importância da participação social na formação das políticas públicas, bem como a necessidade de que sejam operadas por meio de instituições permanentes, dando a estabilidade e a segurança que se espera.

²⁷. Doutor em Memória Social e Patrimônio Cultural pela UFPel. Professor Adjunto da Faculdade de Direito da UFPel. Contato: cluber.rs@gmail.com

No âmbito constitucional, por exemplo, por força das discussões da Assembleia Nacional Constituinte de 1987, pode-se perceber o quanto a participação tornou-se indispensável na formação das políticas de patrimônio, razão pela qual foi objeto de intensos debates, destacando-se a atuação dos deputados Octávio Elísio e Artur da Távola em prol da integração comunitária nos processos políticos patrimoniais (ELÍSIO, 1987; TÁVOLA, 1987), resultando num texto constitucional onde a comunidade passaria a ter um papel colaborativo com o Poder Público na proteção e promoção do patrimônio cultural. Estas tensões foram evidenciadas por Octávio Elísio em uma de suas manifestações nesta mesma Assembleia:

A estratégia política de preservação do patrimônio (...) ainda é alguma coisa autoritária, de cima para baixo, que desconhece que, naquela cidade, vivem pessoas que não podem se sentir (...) como peça de museu. Um lugar onde você não vive e não convive com a coisa que é sua. Eu não vejo outro jeito de se preservar um patrimônio, sem que a população participe, de modo efetivo, desse ato de preservação" (ELÍSIO, Anais, 1987, p. 277).

A previsão constitucional de 1988 foi aperfeiçoada em 2012, quando então a Constituição recebeu uma alteração significativa em seu texto sobre o patrimônio e a cultura, criando-se o sistema nacional de cultura (art. 216-A) onde a participação política nos processos decisórios e no controle social tornaram-se elementos essenciais na formação do sistema de cultura e na sua lógica de atuação.

A participação comunitária deixou de ter um caráter meramente auxiliar, para tornar-se indispensável na formação e execução das políticas patrimoniais. Esta participação dá-se

através de instituições participativas, pois que tais mecanismos se constituem em canais abertos para que a população possa discutir nas localidades quais políticas públicas pretende que sejam estabelecidas para o patrimônio cultural, seja através de seus representantes culturais ou mesmo diretamente.

No plano das Cartas Patrimoniais as Normas de Quito (1967), a Declaração de Amsterdã (1970), as Recomendações de Nairóbi (1976), as Declarações de Tlaxcala (1982), do México (1985) e de Sofia (1996), além das Cartas de Washington (1986), de Petrópolis (1987), de Cabo Frio (1989) e Lausanne (1990), são registros que apontam para a indissociabilidade da participação como meio de desenvolvimento social junto ao patrimônio, onde os Estados a partir das diretrizes e compromissos assumidos nas Cartas estabeleceram de forma livre como esta participação deverá ocorrer internamente.

Independentemente do modo como venha a ser realizada, tal participação tem caráter jurídico-político, pois é manifestada através de opções políticas de gestão do patrimônio cultural amparada em fundamentos constitucionais e legais, sendo importante se saber qual é o *lócus* de decisão e se as políticas patrimoniais ali decididas têm o respaldo das comunidades, pois que, ao final, irão determinar e influenciar os rumos do desenvolvimento social e comunitário das localidades e deste mesmo patrimônio.

Panorama dos conselhos culturais nos estados e municípios

Se por um lado o ambiente normativo e internacional aponta para a construção de espaços sociais onde a participação institucional se torna necessária para a formação das políticas

desenvolvimentistas do patrimônio em suas comunidades, por outro há profundos desafios colocados atualmente no Brasil e que questionam a construção e a implementação desses espaços.

No plano nacional há um baixo número de instituições participativas locais. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (IBGE, 2015), o Brasil possui tão somente 15,8% de municípios com conselhos de patrimônio e apenas 38,6% das entidades municipais contam com conselhos de política cultural. Nem todos os conselhos de patrimônio são paritários (apenas 13,8%), consultivos (11%), deliberativos (12,3%) ou tiveram pelo menos uma reunião por ano (13,4%).

No âmbito estadual e distrital apenas 1/3 das unidades federativas (Acre, Amazonas, Ceará, Paraíba, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Distrito Federal) tem Conselho de Preservação do Patrimônio e apenas os conselhos da Paraíba, de Minas Gerais e do Distrito Federal são paritários. Os demais estados tratam da temática patrimonial de forma genérica em conselhos de cultura. Dois dos conselhos de patrimônio existentes não realizaram reuniões nos 12 meses anteriores aos dados coletados pelo IBGE, Amazonas e Distrito Federal. Predominam entre os estados brasileiros conselhos consultivos, sendo deliberativos apenas os de Minas Gerais e do Distrito Federal.

Estes indicadores permitem concluir que não há interesse político por parte dos estados e dos municípios em multiplicar os espaços de decisão, já que isto implica também em compartilhamento de poder e de eleger um novo foro para as discussões sobre os temas patrimoniais que não aqueles já usualmente utilizados. A eliminação de instâncias de negociação em matéria de patrimônio cultural facilita que as políticas públicas do tipo *top down* – aquelas em que as decisões são tomadas de forma

unilateral por autoridades e por estas implementadas – sejam realizadas, pois que assim são afastadas possíveis resistências e, com isso, mantém-se certa concentração de poder, facilitando as narrativas e discursos produzidos pelos poderes públicos como versões adequadas e oficiais sobre o patrimônio e sobre como deve ser gerido este patrimônio.

Indicam também que a carência de espaços institucionais participativos é um dos maiores obstáculos a serem superados no âmbito da implantação continuada das próprias políticas de patrimônio, pois que a inexistência desses espaços ampara as políticas de desenvolvimento patrimonial baseadas em uma concepção de democracia e participação política limitada, onde a falta dos mesmos evidencia que as políticas de desenvolvimento das localidades e regionalidades ainda estão pautadas por modelos pouco democráticos e distantes das realidades sociais, comprometendo o desenvolvimento comunitário e as ativações patrimoniais porventura dali decorrentes.

Uma das razões para este baixo número de instituições está justificado também no fato de que o Estado brasileiro sempre pautou a realização de políticas públicas patrimoniais a partir da centralização da União, tanto no aspecto administrativo quanto na questão de recursos públicos. Esta centralização realizou por muito tempo um projeto de desenvolvimento do patrimônio cultural brasileiro em termos nacionais, deixando-se de lado as potencialidades locais e a valorização das identidades regionalizadas.

A previsão de espaços institucionais participativos, promovidos a partir de 2012, pela Constituição Federal baseados em um modelo sistêmico e integrado – como preconiza o sistema nacional de cultura – mostra a necessidade crescente das

comunidades locais apropriarem-se do patrimônio cultural e de sua gestão pública, pois elas são afetadas diretamente pela maneira como este patrimônio é gerido e pelo tratamento dado a ele pela normatização brasileira. Esta atuação tende a ser mais bem desenvolvida quando os municípios possuem outras instituições (secretarias específicas, conferências, audiências públicas, além dos conselhos) atuando em sintonia umas com as outras. Esta é a lógica do sistema nacional de cultura.

Segundo o então Ministério da Cultura (BRASIL, 2013), para que um município possa ter um sistema de cultura é necessário pelo menos uma secretaria de cultura, um conselho de política cultural, uma conferência periódica de cultura, um plano de cultura e um sistema de financiamento (fundo de cultura).

Com essa estrutura, o cidadão terá garantido um espaço de participação porque o sistema age por meio dos conselhos, dos fundos e das conferências, que contam com a participação da comunidade para a formulação, acompanhamento e aplicação das políticas culturais (BRASIL, 2013). A existência desses instrumentos institucionais – secretarias de cultura, conselhos de política cultural, conferências, planos e fundo de cultura estão em fase de implantação e impactam significativamente os municípios.

Segundo apuração feita pelo IBGE entre 2006 e 2014, 1.073 municípios possuíam secretarias exclusivas para a cultura enquanto que em 3.014 a cultura era administrada em conjunto com outros setores administrativos (IBGE, 2015). A gestão da cultura de forma específica (através de órgãos da administração indireta) também ficou apurada em 119 municípios.

A pesquisa também apontou que os melhores índices de instrumentos institucionais (plano de cultura, conselho de cultura,

conferência de cultura e fundo de cultura) estavam presentes nos municípios onde a gestão administrativa era feita através de secretarias exclusivas de cultura ou através de entidades da administração indireta em detrimento de outras formas e arranjos administrativos, como subordinação da cultura à outra secretaria ou mesmo subordinação direta à chefia do Poder Executivo, demonstrando que a organização institucional do Poder Público interfere na formação e na criação dos espaços institucionais de participação na formação das políticas públicas culturais e, por decorrência, na criação de conselhos e conferências e na capacidade de serem atores na formação das políticas de patrimônio.

A pesquisa também permite afirmar que onde a questão cultural é tratada conjuntamente com outras políticas (secretarias em conjunto) há uma baixa criação de mecanismos culturais, o que sugere a pouca importância dada pelos governos municipais ao desenvolvimento da cultura local.

Também evidenciam que os municípios que administram a cultura através de autarquias e fundações possuem os melhores índices de implantação do mínimo necessário para o sistema municipal, sugerindo uma maior eficiência na criação de conselhos, conferências, fundos e planos de cultura.

Estes indicadores estão bem abaixo da Meta 1 do Plano Nacional de Cultura instituído pela Lei nº 12.343/10, o qual busca alcançar 60% dos municípios com sistemas de cultura institucionalizados e implementados (3.339 cidades) até 2020, o que implica necessariamente na existência de conselhos de políticas culturais nas cidades brasileiras.

Igualmente é possível constatar que os menores índices se encontram nos municípios onde não estão presentes estruturas

específicas capazes de estabelecerem políticas públicas culturais (308 municípios), o que representa 5,52% dos municípios. A falta de órgãos gestores nas localidades (secretarias ou órgãos próprios para a cultura) é obstáculo para uma participação direta e efetiva das comunidades nos interesses de sua cultura e de seu patrimônio.

Também foi constatado que as municipalidades têm criado seus planos de cultura sem considerar os destinatários: a comunidade para a qual são dirigidos. Somente 7,5% delas elaboraram seus planos com a participação da sociedade civil. O pior índice apurado diz respeito à própria existência de planos de cultura: 80% das localidades brasileiras não possuem um planejamento cultural (ESTADIC, 2015), o que faz questionar a importância do patrimônio nas cidades e se efetivamente os Poderes Públicos locais (re)conhecem suas atribuições constitucionais.

Efetividade dos conselhos e carências administrativas e políticas do setor público

Outro obstáculo que se apresenta para a efetividade da atuação dos conselhos diz respeito ao baixo conhecimento técnico dos servidores públicos sobre as questões patrimoniais e culturais (pois que são estes servidores os executores das políticas municipais decididas nos conselhos, configurando desde o início e por vezes determinando o modo de ser de dada política pública), na medida em que boa parte dos municípios não possui infraestrutura e um quadro funcional qualificado capaz de atender satisfatoriamente às novas necessidades sociais no que diz respeito às recentes exigências culturais. O baixo investimento das municipalidades no corpo de servidores e técnicos condiciona

o sucesso das políticas públicas e não retorna à comunidade suas primárias aspirações culturais.

Esta afirmação apoia-se em dados apurados pelo IBGE (2015) a partir do tipo de capacitação de servidores para lidarem com as questões culturais. Os indicadores apontam que 23,9% dos municípios haviam feito algum curso de capacitação no ano anterior à pesquisa; 5,9% das municipalidades haviam realizado cursos de gestão de equipamentos culturais; 7,1% fizeram cursos sobre parcerias entre setor público e privado; 8,1% trataram da realização de cursos para editais culturais, 10,9% realizaram formação para atuação através de leis de incentivo à cultura, 19,2% promoveram cursos de elaboração e gestão de projetos e 17,4% fizeram cursos voltados para gestão cultural (IBGE, 2015).

Junta-se a este diagnóstico o baixo índice de municípios com algum instrumento de planejamento que permita um desenvolvimento social ordenado. Segundo o IBGE (MUNIC, 2016), apenas 55,5% dos municípios brasileiros (3.090 municípios) possuem algum instrumento de planejamento. No Brasil somente 23,7% das municipalidades possuem legislação sobre tombamento, 28% estabeleceram legislação sobre zoneamento ambiental e 21,1% dispõem de legislação sobre unidade de conservação (estas duas últimas como normas capazes de disciplinarem, ainda que de forma tangencial, questões relacionadas com a paisagem cultural).

Embora o baixo índice de produção de políticas públicas de patrimônio até agora (medido aqui pelo percentual de existência de legislação), é possível vislumbrar avanços entre 2006 e 2014. Em 2006 (ESTADIC, 2015), a preservação dos patrimônios histórico, artístico e cultural foi menos importante (36,7%) para

as municipalidades do que a dinamização das atividades culturais dos Municípios (37,4%) e da garantia da sobrevivência das tradições culturais locais (37,1%).

Estes três objetivos representavam uma política pautada em valores de uma gestão tradicional. Em 2014 (ESTADIC, 2015) observa-se uma inversão: a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural passou a ser o principal objetivo (35,4%) enquanto que dinamizar as atividades culturais nos municípios (33,4%) e garantir a sobrevivência das tradições culturais (31,1%) cederam entre os objetivos no campo cultural. A mudança de prioridades sugere certo desconhecimento sobre o significado do que é patrimônio cultural, pois a “garantia da sobrevivência das tradições culturais locais” pode ser entendida como expressão do patrimônio cultural imaterial e, assim, estar presente no indicador “preservação do patrimônio”.

Estes índices contrastam com os da democratização da gestão cultural. Em 2006 (ESTADIC, 2015) apenas 6,5% dos municípios possuíam como um dos seus objetivos a gestão cultural democrática, passando este índice para 9% em 2014.

Tais indicadores justificam o distanciamento entre a produção de políticas públicas patrimoniais e o envolvimento da comunidade local com sua memória e o patrimônio que lhe represente, na medida em que a produção de políticas públicas patrimoniais depende em grande parte dos processos de reconhecimento dos bens culturais por parte do Poder Público e da produção de legislação que estabeleça as regras a serem cumpridas para a preservação e promoção destes mesmos bens comprometendo o desenvolvimento social que daí decorre.

Também sugerem que as políticas de patrimônio, quando existentes, são elaboradas a partir de diagnósticos de planos

exclusivamente internos às Prefeituras, corroborando que a definição de uma política patrimonial local baseada sem a participação da coletividade deve ser questionada em seus valores, pretensões e discursos que a legitimam.

Breve análise da situação em Pelotas/RS

A cidade de Pelotas possui duas instituições participativas de caráter permanente: o Conselho Municipal de Políticas Culturais – Concult, criado pela Lei Municipal nº 4.093/96 e alterada pela Lei nº 5.223/06; e o Fundo Municipal de Proteção do Patrimônio Histórico Cultural – FMPPHC, instituído pela Lei nº 4.792, de 1º de março de 2002. Atualmente o FMPPHC encontra-se desativado; já o Concult possui precária atuação. Diz-se isto porque sua ingerência nas políticas de patrimônio vem sendo feita de forma paulatina e deficiente, com baixa percepção comunitária de suas prerrogativas e funções representativas.

Esta assertiva baseia-se em pesquisa realizada junto aos cidadãos pelotenses, onde buscou-se avaliar a percepção dos munícipes sobre patrimônio cultural local e as instituições político-jurídicas a ele diretamente envolvidas. A pesquisa foi realizada em junho de 2016 e usou como metodologia a técnica quantitativa probabilística aleatória, com entrevista domiciliar, pessoal (*face-to-face*), realizada nos setores censitários da cidade com tamanho de amostra de 600 entrevistas. Segundo o Instituto de Pesquisa e Opinião – IPO (2016), o Concult é apontado em 3º lugar (10,2% dos entrevistados) como o local adequado para buscar a proteção da cultura de futuras ameaças, ficando a Secretaria de Cultura – Secult, em 1º lugar (27,2% dos entrevistados), seguida pelo Ministério Público (22,7% dos entrevistados).

Surpreendentemente, a pesquisa feita pelo IPO apontou um baixo índice para o Poder Judiciário e para o Poder Legislativo, o que sugere também neste último caso uma percepção social que dissocia cultura e política. A pesquisa registrou ainda outro dado importante, onde 23,2% dos entrevistados não souberam indicar qual instituição procurar, revelando também um profundo desconhecimento entre cultura, Estado e direitos culturais.

Boa parte destes números está ancorada na percepção do que se considera patrimônio cultural em Pelotas. A mesma pesquisa mostrou que 66% dos municíipes identificam-se com o patrimônio cultural material, enquanto que apenas 1,1% identifica-se com o patrimônio cultural imaterial e 33,3% dos entrevistados sequer souberam avaliar, mostrando assim que o patrimônio material (representado principalmente pelos prédios históricos) é matéria a ser decidida pela Municipalidade (Secretaria de Cultura).

Nesta quadra, o Concult não é tido como uma instância de negociação das políticas públicas para o patrimônio dos entrevistados, sendo o Poder Executivo percebido como o principal agente de ação política e, com isso, de baixo (ou mesmo difícil) controle social. O Conselho não aparece com a visibilidade que se pretende que ele tenha nem com a força política necessária – já garantida no plano constitucional – para atuação da sociedade em favor do desenvolvimento do patrimônio cultural.

Assim, a participação política promovida através do Concult não produz resultados que aportem a legitimidade do Conselho como agente de processos decisórios das políticas públicas de patrimônio enquanto expressão dos grupos que com este patrimônio se identificam, ao contrário do que acontece com outros setores culturais.

Conclusão

Resta evidenciar que as mudanças tanto em nível nacional quanto local ainda carecem de rupturas capazes de transformarem os espaços participativos em locais onde o desenvolvimento sustentável das comunidades encontre respaldo na legitimação das ações institucionais, sejam por parte dos conselhos, seja por parte dos poderes públicos.

Um planejamento de políticas públicas carente de participação submete os sujeitos à uma adesão a projetos pressupondo que somente o Poder Público, por ser em alguns casos detentor das informações, tem condições de avaliar quais políticas públicas de patrimônio devem ou não ser implementadas, retirando o caráter de compartilhamento das decisões, típico de sociedades verdadeiramente democráticas.

A eficácia das políticas patrimoniais (implantação) guarda relação com a qualidade técnica dos servidores públicos e das instituições públicas desse setor, e podem garantir o sucesso ou o fracasso da implementação e, por conseguinte, da política pública elaborada. Estruturas administrativas precárias tendem a comprometer os resultados dessas políticas. Os indicadores municipais capturados pelo IBGE comprovam o precário tratamento institucional que o patrimônio cultural tem em um significativo número de municípios, bem como a baixa densidade de políticas públicas realmente voltadas para os interesses locais, quando existentes.

A ausência de legislação patrimonial e da participação social na elaboração das políticas patrimoniais ainda é significativa no Brasil, evidenciando o desinteresse dos entes federados em avançar no sentido de se estabelecer marcos regulatórios para o patrimônio local e, portanto, um compromisso com ações

futuras e com o passado, já que uma vez legislado o seu cumprimento ou descumprimento pode ser questionado judicialmente, atraindo para esfera jurídica o campo do político. Em que pese os avanços promovidos em Pelotas, muito ainda há que ser feito para consolidar o patrimônio local como expressão também da atuação do Conselho de Política Cultural.

Referências

- BRASIL (Município). Lei nº 4.093, de 25 de julho de 1996. Dispõe sobre a regulamentação do art. 207 da Lei Orgânica Municipal e dá outras providências. **Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Pelotas**. Pelotas, RS, Disponível em: <<https://camara-municipal-de-pelotas.jusbrasil.com.br/legislacao/491888/lei-4093-96>>. Acesso em: 17 out. 2015.
- BRASIL (Município). Lei nº 4.792, de 1 de março de 2002. Cria o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da Cidade de Pelotas – Fundo Monumenta, e dá outras providências. **Prefeitura Municipal de Pelotas**: Portal da Transparência. Pelotas, RS, Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_legislacao/leis/2002/lei_4792.pdf>. Acesso em: 23 out. 2015.
- BRASIL (Município). Lei nº 5.223, de 26 de abril de 2006. Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Cultura (CONCULT), e dá outras providências. **Prefeitura Municipal de Pelotas**: Portal da Transparência. Pelotas, RS, Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_legislacao/leis/2006/LEI_5223.pdf>. Acesso em: 19 out. 2015.
- BRASIL. **Sistema Nacional de Cultura**, 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/cultura/iniciativas>>. Acesso em: 04 abr 2013
- ELÍSIO, O. **19^a Reunião Ordinária da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes realizada em 5 de maio de 1987**. Anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1987. Brasília: Secretaria Especial de Edição e Publicações. 1987.
- ELÍSIO, O. **Anexo à Ata da 11^a Reunião Ordinária da Subcomissão da**

Educação, Cultura e Esportes. Anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1987. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações. 1987. p. 41.

ESTADIC. PERFIL dos estados e dos municípios brasileiros: cultura: 2014, Coordenação de População e Indicadores Sociais. IBGE. Rio de Janeiro. 2015. Acompanha um CD-ROM, em bolso. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Estaduais. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95013.pdf>>. Acesso em 10 de mar. de 2016.

IBGE. Perfil dos Municípios Brasileiros. IGBE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2016.

TÁVOLA, A. D. 10^a Reunião Ordinária, realizada em 9 de maio de 1987.
Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1987. [S.l.]: [s.n.]. 1987.

O Patrimônio industrial na legislação pelotense

Jossana Peil Coelho²⁸

Francisca Ferreira Michelon²⁹

Introdução

Pelotas é uma cidade gaúcha do sul do estado que teve seu começo, por volta do início do século XIX, vinculado às primeiras charqueadas no Rio Grande do Sul. Resultado de diversas divisões de terras, as charqueadas foram localizadas principalmente ao longo da margem do Arroio São Gonçalo, chegando a aproximadamente 30 estabelecimentos, o que proporcionou um grande desenvolvimento econômico, criando, assim, condições para a organização e construção de um núcleo urbano. Um historiador pelotense atribui, ao tipo de indústria, a saladerial, que é sazonal, ou seja, um tempo de ócio para os charqueadores, que com a riqueza adquirida fizeram com que desenvolvesse uma sociedade disposta para a sociabilidade (MAGALHÃES, 1999, p.45). “Os ricos charqueadores buscaram construir uma cidade onde pudessem propiciar o desenvolvimento de uma vida cultural social” (PELOTAS, 2008, p. 21). Diante disso, eles investiram em construções suntuosas, as quais se mantiveram ao longo do tempo e, hoje, fazem parte do que é denominado centro histórico.

28. Mestra e Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas; Pesquisa financiada pela Capes. E-mail: jopeilc@gmail.com

29. Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora da Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas e Pró-Reitora de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: fmichelon.ufpel@gmail.com

No entanto, essa fartura durou cerca de 100 anos, pois já no início do século XX as charqueadas começam a falir, devido ao fim da escravatura anos antes, mão de obra amplamente utilizada pelos charqueadores, e à concorrência que surgiu com os frigoríficos. Assim, “A aristocracia do charque desapareceu, mas deixou herança significativa em termos de patrimônio arquitetônico e cultural, que Pelotas se esforça para conservar [...]” (MONUMENTA, 2007, p. 7).

Esse período histórico é bastante explorado na literatura e textos científicos, como também em livros didáticos, o que pode ser observado nas publicações organizadas pela Secretaria Municipal de Cultura em 2009 intituladas *Somos! Patrimônio Cultural de Pelotas* e *Pelotas: Uma história Cultural*, ambos voltados para alunos do ensino fundamental, sendo o primeiro livro para os anos iniciais e o segundo livro para os anos finais, os quais apresentam a história da cidade no contexto do patrimônio cultural, focando na fundação de Pelotas e fazendo referência a conceitos e normativas referentes ao patrimônio.

O mesmo acontece com mais duas publicações sobre patrimônio da Secretaria de Cultura, como em *Patrimônio Vivo, Pelotas-RS*, que atribui à riqueza do patrimônio pelotense uma herança das charqueadas, fato realmente mostrado pela história; assim como o *Manual do Usuário de Imóveis Inventariados*, que apresenta aspectos da história do município, citando o desenvolvimento das charqueadas como responsável pela urbanização de Pelotas.

A fase econômica após as charqueadas foi marcada pelo crescimento das fábricas de transformação³⁰, em sua maioria

³⁰. A indústria de transformação compreende as atividades que envolvem a transformação física, química e biológica de materiais, substâncias e compo-

localizadas na zona portuária, e também pela implementação na região da rizicultura e a pecuária. “Foi a cultura racional e técnica da terra, juntamente com a pecuária, a industrialização de frutas de clima temperado, fábricas de tecidos, de sabão e velas e algumas outras indústrias, que permitiram, depois de 1931³¹, a recuperação econômica de município” (MAGALHÃES, 1999, p.73).

Entende-se que, obviamente, as ações propulsoras do município estejam em destaque na historiografia pelotense, como pode ser conferido na breve história da cidade no site da Prefeitura³². No entanto, Pelotas continuou o seu percurso, logo novas formas de economia apareceram e se desenvolveram, como as indústrias, apesar desse período ainda pouco ser abordado na história da cidade, mesmo com quase 100 anos.

De acordo com os resultados do Censo Industrial de 1950, realizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e

-
- ▶ nentes com a finalidade de se obterem produtos novos. Os materiais, substâncias e componentes transformados são insumos produzidos nas atividades agrícolas, florestais, de mineração, da pesca e produtos de outras atividades industriais. As atividades da indústria de transformação são, frequentemente, desenvolvidas em plantas industriais e fábricas, utilizando máquinas movidas por energia motriz e outros equipamentos para manipulação de materiais. [...] Os produtos novos de um estabelecimento industrial podem estar prontos para consumo ou semiacabados, para serem usados como matéria-prima em outro estabelecimento da indústria de transformação. [...] As indústrias de transformação, em geral, produzem bens tangíveis (mercadorias). Algumas atividades de serviços são também incluídas no seu âmbito, [...]. Os serviços industriais (serviços de acabamento em produtos têxteis, tratamento de metais, etc.) constituem parte integrante da cadeia de transformação dos bens e exigem equipamentos, técnicas e habilidade específica características do processo industrial, e tanto podem ser realizados em unidades integradas como em unidades especializadas. [...]. Fonte: <https://cnae.ibge.gov.br/?view=secao&tipo=cnae&versaosubclasse=9&versaoclasse=7&secao=C>. Acesso em: 30 outubro 2018.

31. Ano que o Banco Pelotense fecha, causando um abalo na economia da cidade. (MAGALHÃES, 1999, p.72)

32. <http://www.pelotas.com.br/cidade/historia>

Estatística), Pelotas aparece como o segundo centro de maior produção industrial do estado, ficando atrás apenas de Porto Alegre. Destas indústrias, 68% referem-se à produção de gêneros alimentícios, sendo assim a principal indústria de Pelotas nesse ano. (IBGE, 1955).

Em 1958, outra publicação do IBGE, informa que

a agricultura e a pecuária contribuem para que Pelotas seja importante Município industrial do Rio Grande do Sul: na indústria de produtos alimentares, principal ramo da indústria local, as maiores parcelas são devidas respectivamente ao beneficiamento do arroz e a fabricação de conservas de carnes e de produtos de salsicharia. Pelotas é o segundo Município industrial do Estado do Rio Grande do Sul; ocupa a mesma posição quanto à indústria estadual de produtos alimentares; coloca-se ainda em terceiro lugar na indústria química e farmacêutica sul – rio-grandense, em sétimo na de vestuário, calçados e artefatos de tecidos e em quinto na têxtil. (IBGE, 1958, p. 8).

Nos anos 1970, Pelotas passou pelo momento de maior crescimento industrial, com a implementação, em 1971, do distrito industrial. Nessa década, houve a ampliação da capacidade energética com a criação da usina do Porto.

Destaca-se, também nessa época, o crescimento da indústria conserveira de frutas e legumes, a qual começou a fomentar a economia junto com o beneficiamento de arroz e outros tipos de fábricas. Para exemplificar, tem-se a Laneira Brasileira S.A., que, no período, contribuía com volumosa produção de lã do Brasil, pois nessa década Pelotas “era o maior centro de comercializações de lãs do Brasil” (SILVEIRA, 2008, p. 58). Para esse aumento significativo de espaços fabris, além dos pontos já citados, houve incentivos da Prefeitura Municipal e de bancos de desenvolvimento.

Deve-se salientar que esse crescimento fabril, de indústrias maquinizadas, as quais remetem hoje ao nosso imaginário quando se fala em fábrica, acarretou em uma crise no setor de compotas de pêssego na zona rural, chegando a contar com cerca de 40 pequenas fábricas em 1966/67, as quais tinham uma indústria quase artesanal e administrações familiares. Porém, incentivos fiscais, por parte do Governo Federal na década de 1970, para pomares empresariais, também contribuiu para fechamentos desse tipo de fábrica, que muito contribuiu para a imagem de Pelotas como produtora de pêssegos (BACH, 2016).

Nota-se que a industrialização voltou a crescer na segunda metade do século XX, mas – no fim desse mesmo século, nos anos 1980 – as indústrias pelotenses entram em declínio, tendo como causa vinculada ao processo a situação pela qual o País estava passando, ou seja, o encolhimento do chamado “milagre brasileiro”³³, que ocasionou um processo de desestabilização financeira, inflação, diminuição do poder de compra dos brasileiros e etc.

Como exemplo:

Em 1981 o número de indústrias de conserva em Pelotas não passava de 40, empregando cerca de 4.300 trabalhadores permanentes e 17 mil safristas, produzindo cerca de 48 milhões latas pêssego ao ano. Em 1995, o número de empresas foi de apenas 18, com 730 trabalhadores diretos, produzindo uma média de 17 milhões latas pêssego ao ano. (BRITTO, 2011, p. 79).

Diante disso, Pelotas perde importância como centro industrial do estado, tornando-se, nos anos 2000, a décima cidade industrial do Rio Grande do Sul. Assim, o município

33. Período de expressivo crescimento econômico entre 1968 e 1973.

[...] passa por um processo contínuo de degradação econômica, social e ambiental [...]. O Fechamento e deslocamento das indústrias fazem com que se aprofunde uma série de mazelas socioespaciais, como desemprego, poucos investimentos em equipamentos e infraestrutura urbana, redução do orçamento do município e, sobretudo, na depreciação dos ambientes urbanos, onde os surgimentos dos prédios vazios nas antigas zonas industriais revelam as mudanças na economia e seus reflexos na organização espacial. (BRITTO, 2011, p. 81).

Atualmente, muitos prédios que abrigaram fábricas, desde o tempo das charqueadas e dos anos de grande crescimento dessa economia, encontram-se vazios ou com diferentes usos. São edifícios, em maioria, de grande porte que se destacam em suas paisagens e são evocadores de diversas memórias nos pelotenses.

Quanto à preservação desses patrimônios em potencial, é notável a preocupação com as charqueadas. Como já visto, esses espaços estão presentes nos discursos da história e do patrimônio pelotense, e também na legislação municipal de preservação do patrimônio cultural, diferentemente do período de crescimento da industrialização de transformação que não se encontra nas publicações da Secretaria de Cultura, e aparecem de forma implícita na legislação de Pelotas, como se pode observar a seguir.

A legislação municipal de preservação do patrimônio cultural

A preocupação de Pelotas com a preservação do seu patrimônio cultural começa a aparecer na sua legislação da década de 1980 com o II Plano Diretor de Pelotas, lei instituída em 26 de agosto de 1980 que

Destaca a necessidade de criação de zonas de preservação; tombamentos de alguns exemplares arquitetônicos; elaboração do cadastro de prédios de interesse patrimonial e a preocupação com o entorno dos prédios históricos; ações voltadas à preservação da memória histórica e cultural ou arquitetônica do Município.

Embora tenha sido, para a época da lei, uma inovação na legislação quanto à preservação do seu patrimônio, apenas duas décadas após é que realmente essas ações foram postas em prática. Mesmo com outras leis sendo instituídas durante esses 20 anos, colaborando para o patrimônio, como a lei de criação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (Comphic) em 1982, foi preciso em 1996 a lei de criação do Conselho Municipal da Cultura, para retornar o esforço no sentido da preservação do patrimônio (PELOTAS, 2008).

Nos anos 2000, quando a legislação começa a ser seguida, novas leis nesse sentido são criadas, colaborando de fato para a preservação patrimonial. A principal delas é a Lei nº 4.568 de 2000, que define a delimitação das Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural (ZPPC's) e institui a proteção dos bens integrantes do inventário. Foram delimitadas quatro ZPPC's: 1º Loteamento, 2º Loteamento, Porto e Caieira. Importante destacar as duas últimas zonas, a do Porto e a Caieira, por apresentarem significativos imóveis fabris, apesar da legislação apresentar as suas delimitações, mas nenhum tipo de caracterização.

Em 2002, duas leis provocaram alterações na lei nº 4.568/00, uma acrescentava um parágrafo que determinava que a exclusão ou inclusão de bens no inventário do patrimônio cultural fosse feita mediante Decreto do Poder Executivo Municipal (Lei nº 4.778/02); e a segunda (Lei nº 4.803/02) permitindo

adaptações em prédios inventariados e tombados para promover a acessibilidade física.

Também, em 2002, houve uma revisão no Código Tributário do Município, quando ficou prevista a possibilidade de isenção do IPTU aos imóveis inventariados, sendo alterada pela Lei nº 5.146/05, mas que não altera tal determinação, incentivando promover a conservação dos imóveis do patrimônio cultural do Município. Nesse sentido, em 2007 foi criada a Lei que autorizava o Poder Executivo a colocar placas nos imóveis integrantes do Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural com objetivo de promover a notoriedade do valor histórico e cultural dos imóveis inventariados, e a educação patrimonial da população (PELOTAS, 2007). Cabe destacar que as placas ainda não foram colocadas nos prédios.

A lei, hoje, mais significativa quanto à preservação do patrimônio é o III Plano Diretor (PD), Lei nº 5.502, instituída em 11 de setembro de 2008, substituindo o II PD (2565/80), a qual reforça a preservação do patrimônio cultural, apresentando 11 (onze) Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural (AEIAC), as quais apresentam Focos de interesse, que são pontos “com características peculiares que denotam maior relevância sob o aspecto cultural” (PELOTAS, 2008).

Quanto ao patrimônio industrial, nenhuma dessas leis citam essa tipologia específica, mas no III PD encontram-se termos e características como citam algumas edificações que podem ser consideradas como uma forma implícita de preservação em potencial do patrimônio em questão.

Assim, analisando o III PD com o objetivo de perceber como os patrimônios industriais estão incorporados nessa lei, dentre as AEIAC's, pode-se citar quatro que apresentam algum ponto

sobre esse tipo patrimonial. A primeira é a AEIAC –ZPPC, a qual reforça a Lei nº 4.568/00, compreendendo exatamente as quatro zonas de preservação dessa lei, além de dois FEIC's que interessam ao que se analisa, o FEIC Zona Portuária, caracterizado pela presença do Porto, obviamente, e a “singularidade na relação entre espaços construídos e abertos, percebida através do conjunto de edificações industriais [...] e pelo conjunto de unidades arquitetônicas com potencial de reciclagem” (PELOTAS, 2008, p. 27). E o FEIC – Estação Férrea, caracterizado pela “existência do prédio sede da antiga estação férrea, [...] e constitui cenário peculiar formado pelo Largo de Portugal, espaço aberto com visual ao fundo do prédio da estação como elemento referencial e existência de trilhos do trem como um marco urbano” (PELOTAS, 2008, p. 28). Nota-se aqui dois focos caracterizados pela presença de edificações e estruturas ligadas ao transporte, que podem ser enquadrados em patrimônio industrial, como define a Carta de Nizhny Tagil³⁴, os quais englobam além de edifício e máquinas, também, por exemplo, oficinas, minas, armazéns e meios de transporte.

Essa área apresenta, diferentemente das demais, eixos de ligação, vias que possuem atributos merecedores de destaque quanto à questão cultural. Ao que se refere ao patrimônio industrial, dos sete eixos listados, citam-se três, o primeiro é o Eixo Rua Dom Pedro II: entre Rua Quinze de Novembro e Largo de Portugal, por se apresentar como “via de características peculiares pelo importante visual da Estação Férrea, a

34. Principal documento sobre Patrimônio Industrial, elaborado durante a reunião do TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (Comissão Internacional para a Conservação do Património Industrial), em julho de 2003 na Rússia.

partir do Largo de Portugal, apresentando um trecho íntegro de patrimônio arquitetônico” (PELOTAS, 2008, p. 34). O segundo é o Eixo Rua Benjamin Constant (entre Rua Quinze de Novembro e o Cais do Porto), que abrange a Praça Domingos Rodrigues, por possuir um visual do cais do porto. Por fim, o Eixo Avenida Saldanha Marinho (entre o Largo de Portugal e Praça Cipriano Barcellos) por “sua importância que se dá em função das características arquitetônicas diferenciadas – edificações térreas e tipo galpão – e da configuração da via que possui um largo canteiro central com arborização, interligando dois focos importantes: o Largo de Portugal e a Pça. Cipriano Barcellos” (PELOTAS, 2008, p. 35).

A segunda área é a AEIAC – Zona Norte, caracterizada por ser o terceiro loteamento de Pelotas com a presença de imóveis bastante variados como de “tipologias arquitetônicas industriais ociosas – galpões” (PELOTAS, 2008, p. 22), que por si acabam por ser um FEIC chamado de Antigos Engenhos, justamente por ser um “conjunto de unidades arquitetônicas de características peculiares – galpões, construídos como engenhos de arroz, atualmente desocupados ou substituídos por outras atividades” (PELOTAS, 2008, p. 31). Importa salientar que nesse espaço, delimitado pela lei, fica evidente a presença de patrimônios industriais em potencial, pois são apresentados como locais de indústria, embora destacados apenas pelo seu valor de reciclagem “devido às características tipológicas e pelas boas condições de infraestrutura e proximidade da área central” (PELOTAS, 2008, p. 31).

Outra AEIAC, a qual merece destaque, refere-se ao Sítio Charqueador, pelos fatos históricos já apresentados e por ser composta pela sede de treze (13) charqueadas, além da caixa

d'água e a chaminé presentes na sede de uma delas, além de possuir dois FEIC's com grande potencial de patrimônio industrial, um é o FEIC Engenho São Pedro e sua vila operária, e o outro é o FEIC Ponte Passos dos Negros³⁵.

Por fim, cita-se a AEIAC – Parque Linear Bairro Fragata, onde se evidencia o FEIC Fábrica de Chapéus, que se caracteriza

por ser referência histórico-cultural, com conjunto arquitetônico que compreende o prédio da antiga Fábrica de Chapéus e sua vila operária, casas em fita que mantêm seu uso tradicional sem conflitos com entorno, prédio da antiga fábrica e demais galpões do entorno compondo um conjunto de unidades arquitetônicas com potencial de reciclagem. (PELOTAS, 2008, p. 33).

Nota-se que o FEIC Fábrica de Chapéus possui grande potencial para ser enquadrado como um patrimônio industrial, pois há uma edificação como centro de uma antiga fábrica e seu entorno com a vila operária e galpões.

Deve-se atentar que dos seis (6) focos de interesse cultural apresentados, três deles (Zona Portuária, Antigos Engenhos e Fábrica de Chapéus) apresentam, em sua caracterização colocaada pelo Plano Diretor, a indicação do potencial de reciclagem. Esse tipo de intervenção é colocado na Lei nº 4.568/00 como

a intervenção que consiste no reaproveitamento do bem cultural, adaptando-o para usos compatíveis com sua tipologia formal e características ambientais, sem prejuízo de sua linguagem ou natureza, mediante atitudes de conservação, reparação e restauração acrescentando ou não novos elementos necessários à nova utilização. (PELOTAS, 2000, p.3).

35. O FEIC Ponte Passos dos Negros é incluído pela lei 6636 de outubro de 2018, que faz alterações no III Plano Diretor.

Nesse sentido, entendendo esses espaços como patrimônio industrial, qualquer tipo de intervenção, até mesmo as reciclagens, devem ser bem avaliadas para que os bens não percam suas características essenciais com adaptações, acréscimos e/ou reparações que não levem todos os seus valores em consideração.

Vale destacar, ainda, mais dois FEIC's que podem ser considerados patrimônios industriais em potencial, embora não sejam edificações fabris, como o FEIC – Praça Piratinino de Almeida, da AEIAC ZZPC, assim caracterizado devido à presença da Caixa d'Água com tombamento m nível federal. E o FEIC – Cacimba da Nação, da AEIAC – Parque Linear Avenida Domingos de Almeida, considerado um foco pela existência “das poucas obras públicas construídas pela mão de obra escrava ainda remanescente” (PELOTAS, 2008, p.33), a antiga “cacimba”.

Depois de instituído o III Plano Diretor, em 2008, mais duas leis foram criadas quanto à preservação do patrimônio cultural. A primeira, em 2013, Lei nº5.989 que institui o Programa Permanente de proteção e conservação do Patrimônio Imaterial do Município; após, em 2016, a Lei nº6.311 que autoriza o Poder Executivo a conceder permissão administrativa para o uso criativo, revitalização e restauração dos imóveis públicos que fazem parte do Patrimônio Histórico e Cultural do município. Nenhuma das duas leis faz qualquer referência ao patrimônio fabril.

Conclusão

A partir do levantamento da legislação pelotense de preservação do seu patrimônio cultural, e buscando nela identificar o

lugar do patrimônio industrial, fica nítido que a tipologia patrimonial possui um potencial muito grande na cidade, embora os bens fabris não sejam identificados com essa terminologia.

Da legislação, aqui citada, a que possui maior destaque quanto à preservação do patrimônio cultural de forma ampla é o III Plano Diretor, pois é a lei que estabelece as diretrizes e propostas de ordenamento e desenvolvimento do território pelotense. Nessa diretriz, encontram-se termos e referências ao patrimônio fabril. É possível, nos trechos destacados nesse texto, perceber que há, na cidade, locais e imóveis que se destacam e acabam por receber tal tratamento e indicação da preservação, confirmando um potencial do patrimônio industrial em Pelotas.

Cabe fazer uma observação que edificações, como a Estação Férrea e elementos da urbanização, são citados pontualmente no III PD, mas áreas que possuem elementos fabris não são citadas, porém alguns desses elementos fazem parte da lista do Inventário, protegidos pela Lei nº 4.568/00, sendo, hoje, em torno de 14 indústrias localizadas na zona urbana e inventariadas. Esse número não é preciso, visto que na lista do inventário consta apenas o endereço, sendo necessário primeiro identificar o imóvel e depois conferir se está presente na listagem, podendo, dessa forma, ainda ter espaços industriais os quais não foram identificados como tal, mas já possuem proteção legal.

Assim, fazendo um recorte nesses patrimônios em potencial, considerando a história da cidade inicialmente apresentada, as charqueadas são, devidamente, protegidas legalmente, assim como indústrias de transformação. No entanto, o que deve ser destacado é que esses bens são considerados patrimônios pelos

seus valores arquitetônicos, de paisagem e, em alguns casos, históricos. Porém, conforme já visto, para ser considerado um patrimônio industrial há diversos valores envolvidos que, no caso dos patrimônios aqui citados, deveriam ainda ser buscados e estudados, como os valores técnicos e, principalmente, os valores sociais, os quais incluem a comunidade que trabalhou e ou que possui qualquer tipo de envolvimento com o espaço fabril, e tem em suas memórias uma importante ferramenta para a valorização de um patrimônio industrial.

Pelotas apresenta, mesmo de forma implícita, a intenção da preservar o seu legado fabril, e por ser, no passado, o segundo centro de maior produção industrial do estado, possui um potencial de valorização desses bens, o qual pode ser agregado ao seu discurso preservacionista, identificando e reconhecendo esses bens como patrimônio industrial e agregando todos os seus valores: arquitetônico, paisagístico, técnico e social, fortalecendo, dessa forma, a identidade sociocultural da população pelotense.

Referências

- BACH, Alcir Nei. **O patrimônio industrial rural: as fábricas de compotas de pêssego em Pelotas – 1950 à 1970.** Dissertação de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2009.
- BRITTO, Natália Daniela Soares Sá. **Industrialização e desindustrialização do Espaço Urbano em Pelotas/RS.** Dissertação de Pós-graduação em Geografia – Universidade Federal de Rio Grande. Rio Grande, 2011.
- IBGE. **Pelotas:** coleção de monografias dos municípios. 1955. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/113/col_mono_n5_pelotas.pdf. Acesso em: 26 nov. 2018.

IBGE. **Pelotas**: coleção de monografias dos municípios. 2^a Edição, 1958. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/113/col_mono_n5_pelotas_2ed.pdf Acesso em: 26 nov. 2018.

MAGALHÃES, Mario Osorio. **Histórias e Tradições da cidade de Pelotas**. 3^a Edição, Pelotas: Editara Armazém Literário, 1999.

MONUMENTA, Programa. IPHAN. **Patrimônio Vivo, Pelotas-RS**. v. 7, p. 116. Brasília, DF: IPHAN/Programa MONUMENTA. Preservação e Desenvolvimento, 2007.

PELOTAS, Secretaria Municipal de Cultura. Patrimônio Cultural de Pelotas.

Manual do Usuário de Imóveis Inventariados. Pelotas:Nova Prova, 2008.

PELOTAS, Secretaria Municipal de Cultura. **Pelotas: Uma História Cultural**. Disponível em: <https://issuu.com/prefeiturapelotas/docs/seriesfinais>. Acesso em: 5 nov. 2018.

PELOTAS, Secretaria Municipal de Cultura. **Somos! Patrimônio Cultural de Pelotas**. Disponível em: <https://issuu.com/prefeiturapelotas/docs/seriesiniciais>. Acesso em: 5 nov. 2018.

PELOTAS. **Lei º 4.568, de 07 de julho de 2000**. Declara área da cidade como zonas de preservação do Patrimônio Cultural de Pelotas – ZPPCS – lista seus bens integrantes e dá outras providências. Disponível em: http://server.pelotas.com.br/interesse_legislacao/leis/2000/Lei_n_4568.pdf. Acesso em: 06 nov. 2018.

PELOTAS. **Lei º 5.365, de 29 de agosto de 2007**. Dispõe sobre a colocação de placas indicativas nos imóveis integrantes do Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas, e dá outras providências. Disponível em: http://server.pelotas.com.br/interesse_legislacao/leis/2007/lei_5365.pdf. Acesso em: 06 nov. 2018.

PELOTAS. **Lei º 5.502, de 11 de setembro de 2008**. Institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no Município de Pelotas, e dá outras providências. Disponível em: http://server.pelotas.com.br/interesse_legislacao/leis/2008/lei_5502.pdf. Acesso em: 06 nov. 2018.

PELOTAS. **Lei º 6.636, de 03 de outubro de 2018**. Altera a Lei Municipal nº 5.502 de 11 de setembro de 2008, que dispõe sobre o Plano Diretor de

Pelotas, e dá outras providências. Disponível em: http://server.pelotas.com.br/interesse_legislacao/leis/2018/LEI6636.pdf. Acesso em: 06 nov. 2018.

SILVEIRA, Ana Cristina dos Santos Amaro da. **Uma face da industrialização pelotense na década de 1970**: a gênese da Agência de Treinamento Eraldo Giacobbe, SENAI/Pelotas. Dissertação de Pós – graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2008.

TICCIH. **Carta de Nizhny Tagil sobre Patrimônio Industrial**, TICCIH, 2003. Disponível em: <http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagil-Portuguese.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2018.

O PATRIMÔNIO, ACESSIBILIDADE E ENSINO

Patrimônio para todos? Desafios da acessibilidade cultural para pessoas com deficiência nos museus federais do Brasil

Desirée Nobre Salasar³⁶

Francisca Ferreira Michelon³⁷

Introdução

No âmbito mundial, a partir da década de 80 do século XXI, importantes órgãos internacionais vêm proporcionando espaços de discussão com relação à visibilidade da pessoa com deficiência. Inúmeras leis e decretos foram criados para que os direitos dessa parcela da população sejam efetivados.

Entretanto, é importante destacar que esses órgãos só passam a discutir esta pauta a partir do movimento das próprias pessoas com deficiência, que começam a lutar pelos seus direitos. É nos anos 80 ainda que surge o Modelo Social da Deficiência (MARTINS, 2017), que, em contraposição ao Modelo Médico³⁸, direciona as questões ligadas à deficiência para a esfera dos Direitos Humanos e responsabiliza a sociedade por gerar

³⁶. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Bacharela em Terapia Ocupacional. Universidade Federal de Pelotas. Bolsista Capes. dnobre.to@gmail.com

³⁷. Doutora em História. Docente do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas. fmichelon. ufpel@gmail.com

³⁸. O Modelo Médico da Deficiência datado dos anos 60, fundamenta o conceito através das características biológicas do indivíduo. Há uma redução da capacidade produtiva da pessoa em decorrência de uma alteração nas funções do seu corpo, sua deficiência é vista como algo a ser tratado, curado ou reabilitado. É a base do assistencialismo. (MARTINS, 2017).

situações incapacitantes e barreiras que limitarão a participação social da pessoa com deficiência nos mais diversos contextos da sociedade.

Em decorrência deste modelo, as pessoas com deficiência têm garantido através das políticas públicas o direito de igualdade de oportunidade com as demais.

É no âmbito das políticas públicas inclusivas que o termo acessibilidade cultural é cunhado. O extinto Ministério da Cultura, atualmente Secretaria Especial da Cultura, já nos anos 90, através do programa Artes sem Barreiras, acabou por formar uma rede nacional de artistas com e sem deficiência. Na pessoa de Albertina Brasil, na época funcionária da Funarte/RJ, fomentou a produção artística da pessoa com deficiência em conjunto com instituições que atuavam no campo das linguagens estéticas e artísticas. “O programa oportunizou grande visibilidade para este público, bem como o fortalecimento do campo político da cidadania cultural para pessoas com deficiência”. (DORNELES; ALBERTACCI JUNIOR, 2014, p. 107 e 108).

Já nos anos 2000 a Funarte, em conjunto com a Caixa Econômica Federal, lança uma nova ação intitulada “Além dos Limites”. Entre editais e mostras, esta ação também proporcionou bolsas para artistas com deficiência. Entretanto é somente em 2008, através da Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural – SID, que as pessoas com deficiência ganham voz de fala e auxiliarão na construção de políticas públicas culturais através da oficina do “Nada sobre nós sem nós”.

Esta oficina tinha como objetivo

[...] escutar, conhecer e sistematizar as experiências no campo da interface de políticas e produção estética, artística e cultural das e para as pessoas com deficiência.

Construir, a partir de Grupos de Trabalho sobre o fomento, o patrimônio, difusão e acessibilidade, ações e diretrizes orientadoras para uma política pública cultural para pessoas com deficiência. (DORNELES; ALBERTACCI JUNIOR, 2014, p. 108).

A mudança de postura da SID com relação às pessoas com deficiência mostrou-se fundamental para que estas vozes, que durante tanto tempo estiveram caladas, ecoassem e acabassem ganhando um protagonismo, onde “Identidade, alteridade, pertencimento vão se colocando de maneira complexa, num jogo de transferências, em que escutar e escutar-se.” (BARTHES, 1990, in PEREIRA, 2012).

Estas novas vozes

chegam de outros lugares, tempos e culturas, mas que estabelecem no momento da escuta, a aproximação possível, um tocar e interagir pela escuta da voz e do corpo, onde se estabelecem vínculos comunicativos sentidos como aproximação tático e envolvente. (PEREIRA, 2012, p. 11).

São corpos que falam a partir de um novo olhar, de um novo lugar, o lugar empoderado de quem quer falar e quer ser ouvido. São “agentes ativos de suas histórias e participantes do processo de fazê-las”, como coloca Portelli (1997).

Assim, como um dos resultados deste importante momento da história brasileira, tem-se a ampliação do conceito de acessibilidade às pessoas com deficiência, que passará a ir além da gratuidade e de valores acessíveis a espetáculos e outros produtos culturais e o ampliará para o conceito de acessibilidade cultural, onde este visa à garantia do exercício da cidadania cultural em igualdade de oportunidades. Cabe ressaltar aqui que este exercício se dá ao entender-se que a cultura é um direito humano basilar de fruição, participação, expressão e produção,

ou seja, é ir além de apenas “estar” no ambiente cultural.

Desta forma, a acessibilidade cultural acaba por ser uma área interdisciplinar e complexa, onde diversos profissionais de diferentes áreas do conhecimento precisam trabalhar juntos para que o maior número de pessoas possíveis possa ter efetivado o seu direito à cultura. Somente tendo em conta este aspecto da área que o paradigma da acessibilidade cultural para pessoas com deficiência vai superar a ideia de que o acesso à cultura é garantido apenas com a reserva de lugares para cadeiras de rodas, rampas e sanitários adaptados.

Políticas públicas culturais: o estatuto dos museus

Na Constituição Brasileira, no capítulo II – que dispõe sobre as atribuições da União, o artigo 23º diz que é competência comum da União, dos Estados e dos Municípios “proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação” (inciso V).

Ainda na sessão II, porém referente à Cultura, diz a Constituição:

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais (Art. 215).

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (Art. 216).

Desta forma, pode-se perceber que mesmo antes de existir uma política museal específica, o direito ao acesso à cultura

e o patrimônio brasileiro já estava garantido pela lei maior da federação.

No Brasil, a política museal foi construída de forma participativa pelos profissionais dos museus, entretanto ela torna-se utópica no que tange à acessibilidade cultural para pessoas com deficiência na maioria dos casos, uma vez que ao utilizar termos como “universalidade do acesso” pressupõe-se que os museus buscarão adaptar-se aos princípios do Desenho Universal³⁹, pois só assim darão conta de incluir grande parte da população e respeitar a diversidade e pluralidade de um país de dimensões continentais como o Brasil.

Os princípios do Desenho Universal asseveram o novo entendimento da acessibilidade que se coloca como um meio para a inclusão. A aplicação do Desenho Universal é consequência de uma tomada de decisão que privilegia o coletivo sobre o individual. A decisão postula, por princípio, a condição “para todos”. No que tange ao museu, a adoção do conceito pode ser o diferencial em ter a inclusão como práxis e o entendimento de que patrimônio acessível se apresenta como lugar para todos.

O Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) foi oficialmente instituído através da Lei 11.906/09, como uma autarquia pertencente ao extinto Ministério da Cultura, atual Secretaria Especial da Cultura (vinculada ao Ministério da Cidadania), e tem como objetivo “suceder o Iphan nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais” (IBRAM, 2009). Assim, para além da responsabilidade pela Política Nacional de

39. Desenho Universal segundo a Lei Brasileira de Inclusão é a “concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva” (BRASIL, 2015).

Museus (PNM), o Ibram é responsável direto pela administração de 29 museus distribuídos pelo País.

Estados brasileiros com museus administrados pelo IBRAM

PE	RJ	GO	MA	MG	SP	RS	ES	SC
1	14	3	1	6	1	1	1	1

Tabela 1: Estados brasileiros com museus administrados pelo Ibram

Tipologia	Museus IBRAM
Museu Histórico	15
Museu de Arte	5
Museu Casa	4
Museu Etnográfico	3
Museu Arqueológico	2

Tabela 2: Tipologias dos museus administrados pelo Ibram

Instaurado através da Lei 11.904/09, o Estatuto dos Museus prevê em seu artigo 2º, inciso V, “a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural”. Também no artigo 35 há mais uma vez a preocupação com a inserção de todo e qualquer cidadão; “os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma de legislação vigente”.

Uma vez posto que o museu se proponha a receber diversos públicos, outro item a ser levado em conta é a inclusão de pessoas com deficiência. Para tal, faz-se necessário um Programa de Acessibilidade, que pode ser um anexo do Plano Museológico ou um documento à parte, o qual levará em conta as demandas

específicas de públicos com deficiência, os recursos de tecnologia assistiva e os tipos de acesso que o museu disponibiliza.

Embora seja fundamental que os museus tenham esse documento, muitos profissionais ainda desconhecem sua existência, uma vez que ele só foi incluído no Estatuto dos Museus após a promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão (LBI), em 2015.

Em contraposição ao Estatuto dos Museus, a LBI, Lei 11.146/15, por ser um processo autorregulatório da emancipação das pessoas com deficiência, garante que o acesso à cultura seja colocado em igualdade de oportunidade com as demais pessoas, como aponta o artigo 42.

Mesmo com os processos regulatórios controversos, dentre os equipamentos culturais mais aptos, potencialmente, a serem ambientes inclusivos, estão os museus. Santos (s.d) discute que:

Quando os visitantes entram num museu trazem consigo expectativas em relação ao espaço físico que os acolhe, às coleções que vão encontrar e à forma como irão interagir com todo o contexto que os rodeia (p. 312).

Essa autora, em consonância com Sarraf (2015), cita que a pessoa com deficiência se relaciona com os museus através de experiências sensoriais como um espaço de fruição, expressão e participação efetiva, assim faz-se necessário que o ambiente propicie a ela percepções que agucem o seu sistema somatossensorial, de forma a acionar o sistema límbico gerando emoções e comportamentos sociais que promovam um vínculo afetivo com o museu. Tal vínculo, ligado à experiência positiva, pode propiciar à pessoa com deficiência o papel de produtor de sentidos, uma vez que ao apossar-se do discurso vivido no

museu permite que o sujeito o incorpore a suas experiências e vivências.

Compete também discutir a memória no âmbito do museu, à medida que essa também, em si, é um direito. E sobre isso Considera (2015) observa que:

Com relação ao direito à memória, os museus atuam em duas direções. Primeiro, a iniciativa de se eleger um tema, e reunir um acervo “representativo” de uma memória a ser preservada, garante a um grupo o direito a ela. Mas por outro lado, o próprio processo de escolha resulta em exclusão de outras memórias, contidas nos objetos não selecionados (não “representativos”) (p.148).

Mário Chagas (2009) argumenta que a memória, quando preservada enquanto um suporte de informação, tem uma função social que permite às gerações futuras um melhor entendimento do seu passado. Assim, tanto a memória transmitida por imagens como por palavras potencializam-se na formação do sujeito que interage com o ambiente.

É através desta perspectiva da acessibilidade cultural para pessoas com deficiência, postulada na esfera dos Direitos Humanos e sob o viés da igualdade de oportunidades, que se insere o conceito de “para todos”, base para o Desenho Universal e deste trabalho.

Posto isso, faz-se necessário questionar: Tendo em vista que a Constituição Federal e o Estatuto dos Museus dialogam a respeito da universalidade do acesso aos museus e à cultura, o que é necessário para que uma pessoa com deficiência possa visitá-lo em igualdade de oportunidades frente a uma pessoa sem deficiência?

Acessibilidade cultural: entre a regulação e a emancipação

A temática da inclusão da pessoa com deficiência na área da cultura encontra-se em ascensão nas últimas décadas. Como um paradigma emergente da sociedade, que busca transformar a herança de um passado que produziu desigualdades sociais e culturais frente aos diferentes, distintas redes se articulam através de diferentes atores para que se desconstruam as barreiras impostas por séculos de exclusões culturais e sociais para as pessoas com deficiência.

Entendida como um Direito Emergente das Minorias, a Acessibilidade Cultural para pessoas com deficiência caracteriza-se como um movimento contra-hegemônico da desigualdade social e cultural. Admitindo as diferenças e em busca de um diálogo entre realidade e utopia, a área se consolida através de enfrentamentos de valores coletivos que perpassam gerações desencadeando um papel preponderante de que a pessoa com deficiência é que deve se adequar aos espaços e não o contrário.

O autor Boaventura de Souza Santos ao propor uma transição paradigmática da sociedade aponta que

Uma globalização alternativa, contra-hegemônica, constituída pelo conjunto de iniciativas, movimentos e organizações que por intermédios de vínculos, redes e alianças globais/locais, lutam contra a globalização neoliberal mobilizados pelo desejo de um mundo melhor, mais justo e mais pacífico que julgam possível e a quem sentem ter direito” (SANTOS, 2002, p. 15).

Em uma das suas mais célebres frases, o autor argumenta que “temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 2003, p. 56).

Em consonância com Santos, Bauman também assinala a relevância do convívio entre diferentes: “ser diferente é o que nos faz semelhantes uns aos outros e que eu só posso respeitar a minha própria diferença respeitando a diferença do outro” (1999, p. 249).

Assim entendidas as questões ligadas às deficiências faz-se necessário olhar para o contexto no qual elas estão inseridas e buscar aprender com o que os sujeitos têm a ensinar-nos sobre suas vivências e potencialidades, para assim construir-se sociedade com mais igualdade de oportunidades.

As reflexões acerca das diferenças são fundamentais e efetivam a possibilidade de modificar estereótipos vigentes, legitimando que um membro social marginalizado durante décadas ganhe voz e visibilidade nos mais diversos contextos nos quais ele queira se inserir.

É nesse contexto de emancipação que se encontra a Lei Brasileira de Inclusão. A Lei Brasileira de Inclusão foi uma construção social advinda do movimento das pessoas com deficiência, após a Convenção da ONU (2006). Entretanto, até que ponto este processo regulatório dá conta da realidade em que os sujeitos de direito deste estão inseridos?

Com uma perspectiva emancipatória, a LBI busca dar visibilidade e acessibilidade para a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade. Porém, este respaldo legal que garante, por exemplo, o acesso à cultura e aos ambientes culturais é uma ilegítima emancipação.

Os sujeitos de direito desse estatuto acabam por gozar de uma inclusão que ao mesmo tempo em que visa a incluir, acaba excluindo e acentuando o estigma da pessoa com deficiência enquanto um estranho, ou invisível.

No que tange aos ambientes culturais, para que a pessoa com deficiência tenha acesso em igualdade de oportunidades, como traz a lei, faz-se necessário que esse ambiente tenha sido planejado sob os princípios do Desenho Universal e que tenha passado por uma equipe interdisciplinar.

Do contrário, ter-se-á soluções que, ao invés de incluírem, serão fontes para a segregação e, até mesmo, a exclusão efetiva. Essas práticas de exclusão, em grande maioria inconscientes, são motivadas a evidenciar as diferenças entre os grupos, pelo viés do estigma das deficiências.

Ou seja, em consonância com os autores e conceitos apresentados neste artigo, esta busca pela regulação, que embora seja sensível às questões fundamentais relacionadas às deficiências, ainda carece de uma perspectiva onde o Estado tenha interesse no pleno exercício da cidadania cultural por parte da sua população.

Assim, questiona-se levando em conta que a deficiência se insere no campo da invisibilidade: Se resistir à invisibilidade é resistir à inexistência, como é possível fazê-la sem que estes espaços estejam prontos para receber a “universalidade”?

Conclusão

Nos contextos internacional e brasileiro as políticas públicas culturais vêm apresentando ganhos significativos para pessoas com deficiência. Estes provêm do início de um processo de resistência à visibilidade dos sujeitos e suas diferenças, bem como dos movimentos emancipatórios desta parcela da população.

Do ponto de vista dos processos regulatórios, as legislações deixam claro que os museus do Ibram devem servir de exemplo

para as demais instituições museais do País, uma vez que seus acervos são de interesse nacional, pois estão intimamente ligados ao patrimônio cultural e à história do Brasil.

Desta maneira, pergunta-se: Somente a criação de legislações será plausível para que a inclusão da pessoa com deficiência seja efetivada? A acessibilidade cultural dar-se-á simplesmente pelo fato da pessoa estar em um ambiente cultural?

Acredita-se que a legislação é fundamental para que se comece a trilhar os caminhos de uma sociedade mais inclusiva, que olha e vê o outro. Que entende o potencial da convivência com o diferente, que percebe o quanto as experiências multissensoriais são fundamentais a todos os seres humanos. Entretanto, apenas a regulação não dá conta. É preciso implementá-la, colocar em prática a igualdade de oportunidades, equiparar as desigualdades vivenciadas desde há muito tempo.

Entretanto, como afirma Santos (2012), a crise deste paradigma dominante recai sobre alienação à realidade do contexto do outro. Assim, somente a legislação não garante o exercício da cidadania cultural, pois não proporciona através de sua promulgação a fruição plena da pessoa com deficiência e a sua interação com o meio. Desta maneira, faz-se necessário repensar os ambientes culturais e os seus discursos.

Observa-se que a acessibilidade cultural para as pessoas com deficiência ainda está vinculada aos setores educativos dos museus e em ações pontuais. O desafio atual é buscar que a acessibilidade tenha um programa específico e torne-se uma política da instituição. Sendo uma área interdisciplinar, é fundamental que esta perpasse os mais diversos setores dos museus, traçando um fio condutor que saia da base da instituição e chegue até os seus visitantes. Desta forma, será possível

planejar, desenvolver e executar uma exposição acessível ou, em casos mais específicos, elencar partes da exposição para serem acessíveis.

Entendem-se as dificuldades financeiras e de recursos humanos que os museus têm, entretanto acredita-se que com planejamento e uma gestão sensibilizada para a pauta muito é possível de se avançar. Buscar a aplicabilidade do Desenho Universal demanda uma complexidade muito grande, tanto em equipamentos, como em mão de obra, porém enquanto isto não é possível os museus devem buscar por adaptações que tenham como base o viés da equidade. Só assim será possível uma maior proximidade com o público-alvo.

Outro ponto a destacar é a relevância dos recursos de tecnologia assistiva passarem por consultoria do público-alvo. Sem esta, o museu pode acabar pecando ao disponibilizar recursos que não serão funcionais. Desta forma, ter pessoas com deficiência na equipe é fundamental, não apenas para o trabalho de consultoria, mas também pela relevância do empoderamento e visibilidade dessa parcela da população nos ambientes culturais.

Com um programa de acessibilidade específico e com pessoas com deficiência na equipe, o museu cumpre e amplia seu papel social de local onde o conhecimento se estende e aprofunda na consciência de identidade. Pontua-se, para concluir, que o Estatuto dos Museus e o Instituto Brasileiro de Museus completaram dez anos em 2019, portanto, embora o Ibram já tenha lançado algumas publicações relacionadas à pauta da acessibilidade cultural, muito pouco ainda foi colocado em prática em seus museus.

Referências

- BRASIL. **Constituição Federal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10 set. 2016
- BRASIL. Leis, decretos, etc. **Decreto-Lei 13.146**. Lei Brasileira de Inclusão – Institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 29 de jun. 2018
- BRASIL. Leis, decretos, etc. **Decreto-Lei 8.124**. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904 que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906 que cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8124.htm> Acesso em: 17 out. 2017
- BRASIL. Leis, decretos, etc. **Lei 11.904**. Estatuto dos museus. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em: 17 out. 2017
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Pós-modernidade ou vivendo com a ambivalência (pp. 244).
- DORNELES, Patricia; ALBERTACCI JUNIOR, Geraldo. Rede de articulação, fomento e formação: O curso de especialização como instrumento da política e acessibilidade cultural para pessoas com deficiência. In: CARDOSO, Eduardo; CUTY, Jenifer (Orgs.). **Acessibilidade em ambientes culturais**: relatos de experiências. Porto Alegre: Marcavvisual, 2014. p.102-120.
- MARTINS, Patricia Roque. **Museus (In)Capacitantes: Deficiência, Acessibilidades e Inclusão em Museus de Arte**. Coleção Estudos de Museus. Caleidoscópio. Portugal, 2017. 367p.
- PEREIRA, Simone Luci. Sobre a possibilidade de escutar o outro: voz, world music, interculturalidade. In: **Revista E-Compós**, v. 2, n. 15, p. 238-276, 2012.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História**, v. 15, 1997
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Conhecimento prudente para uma vida**

decente. CORTEZ, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências.** São Paulo: CORTEZ, 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 78, Out. 2007, p. 3-46.

Patrimônio escolar a partir da preservação de acervos escolares: das escolas rurais às escolas-polo (1930-1990)

Patrícia Weiduschadt⁴⁰

Renata Brião de Castro⁴¹

Introdução

Este artigo pretende discutir a importância do patrimônio histórico-educativo salvaguardado em escolas públicas municipais da região rural da Serra dos Tapes⁴². Essas instituições escolares, apesar de atualmente serem públicas e denominadas de escolas-polo, originaram-se de ações comunitárias de grupos imigratórios alemães e italianos.

Faz-se importante, assim, atentar à organização dessas instituições escolares e ao forte vínculo comunitário presente no

40. Professora do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Doutora em Educação pela Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos). Email: prweidus@gmail.com

41. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pelotas, Doutoranda em Educação (UFPel). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001. Email: renatab.castro@gmail.com

42. A Serra dos Tapes está situada no sul do Rio Grande do Sul, a oeste da Lagoa dos Patos, entre os Rios Camaquã e Piratini e o Canal São Gonçalo. Faz parte do conjunto denominado Serras do Sudeste (constituído pela Serra do Herval e pela Serra dos Tapes). Configura-se como um planalto com elevações moderadas, cobertas com vegetação rasteira de campos e de áreas de mata. O espaço pesquisado situa-se nas áreas onde se faz presente a mata e onde a terra oferece condições de produção agrícola, especialmente nos locais em que há terreno mais acidentado, morros e cerros que alcançam entre 200 e 500 metros em relação ao nível do mar – local considerado inadequado pelos estancieiros do charque para a pecuária. O clima é subtropical, com verões e invernos (longos) bem destacados, e o inverno atinge médias de temperatura baixas, sendo recorrentes as geadas ao amanhecer.

ambiente escolar (WEIDUSCHADT, 2007; CASTRO, 2017). Diante dessa realidade, constatou-se que os seus acervos foram preservados e salvaguardados, diferentemente do que ocorre com a maioria das instituições educativas, como observado por Vieiro et al (2017).

Nesse sentido, este texto se destina a discutir e a refletir sobre a preservação desses acervos escolares, organizando-se, para isso, em três seções, além desta introdutória e das considerações finais. Em um primeiro momento, discute-se, com base em referenciais teóricos que entrelaçam as áreas da educação e do patrimônio histórico-educativo, a importância da valorização desse patrimônio. Em seguida, aborda-se o percurso histórico da extinção das escolas rurais multisseriadas para a formação das escolas-polo ou reunidas (HAGE, 2011; FAGUNDES E MARTINI, 2003). E, por fim, analisa-se a documentação de duas escolas: uma de realidade imigratória alemã e a outra italiana. O primeiro conjunto de documentos, salvaguardado pela Secretaria Municipal de Educação do Município de São Lourenço do Sul, engloba os acervos das nove escolas que formaram a atual Escola Municipal de Ensino Fundamental Martinho Lutero. Já o segundo grupo de documentos abarca os acervos das seis escolas que formaram a atual Escola Municipal de Ensino Fundamental Garibaldi, instituição localizada na Colônia Maciel, em Pelotas, e responsável por preservar tal acervo.

Esses documentos mostram a realidade de determinada cultura escolar vivenciada por sujeitos campesinos e por professores que nem sempre tinham completado a formação necessária para atuarem na função. Portanto, tais profissionais se depararam com um contexto em que o fazer docente ainda estava se constituindo, de modo que precisaram, além das práticas

pedagógicas exercidas, lidar com a burocracia disseminada pela vigente escrituração escolar.

Patrimônio histórico-educativo

Castro e Gastaud (2017, p. 226) entendem que “O patrimônio pode estar representado por monumentos, prédios e casas históricas, objetos tridimensionais, obras de arte, saberes, costumes, modos de fazer, lugares [...]”, assim como por documentos histórico-educativos. De acordo com Barausse (2010, p. 127), “generalmente fino a qualche decennio fa era difficile definire i beni conservati dalle istituzioni scolastiche come beni culturali [...]”⁴³. Embora o autor faça referência à realidade italiana, essas mesmas considerações se mostram válidas para a realidade brasileira, uma vez que ainda são recentes as discussões e as pesquisas sobre os documentos oriundos da cultura material escolar como parte do patrimônio de determinada localidade.

Para Funari e Zarankin (2005, p. 137), “a cultura material escolar envolve dois grandes elementos inter-relacionados: o edifício, ou artefato fixo, e a infinidade de artefatos móveis que estão em seu interior ou à sua volta, como lousas, mesas, carteiras, giz, retroprojetores, brinquedos e tudo o mais [...]. No caso deste texto, aborda-se o que os autores denominam de “artefatos móveis”, ou seja, as diversas tipologias de documentos salvaguardados nas escolas. A cultura material escolar é constituída, assim, por cartilhas, carteiras escolares, livros didáticos, atas, livros, fichas de matrícula, mobiliário e outros

⁴³. Geralmente até algumas décadas atrás era difícil definir os bens preservados pelas instituições educacionais como bens culturais (BARAUSSE, 2010, p. 127, tradução nossa).

elementos (FELGUEIRAS, 2005). A esse respeito, Viñao explica que:

[...] el patrimonio es algo valioso que se hereda o construye; al mismo tiempo es algo que se considera propio en el sentido de que forma parte de aquello de lo cual se es propietario. En otras palabras, no es algo estático, dado de una vez por todas e invariable, precisamente porque exige la conciencia o sentimiento de que nos pertenece, de que ese algo es de algún modo valioso y de que, por tanto, precisa ser conservado y protegido. Si la noción de patrimonio la aplicamos no a un individuo o persona sino a un grupo social, familia, asociación, corporación, empresa, Estado o grupo basado en vínculos religiosos, ideológicos, lingüísticos o culturales, resulta evidente que uno de los requisitos para que algo se entienda que es patrimonio de un determinado grupo es la conciencia, entre sus componentes, de que forma parte del mismo (2011, p. 34, grifos nossos).

Os estudos de Maria Teresa Santos da Cunha auxiliam a pensar que o patrimônio educativo pode agregar significados atribuídos pela comunidade escolar. Para a autora, é relevante atentar que os “objetos e documentos escolares antes tratados pela sua utilidade passam, cada vez mais, a valerem pela sua capacidade de remeter a outra coisa – valor de signo – e para uma compreensão do conjunto de fazeres praticados no interior da escola [...]” (CUNHA, 2015, p. 295).⁴⁴

Assim, é recente a discussão acerca do entrelaçamento da área da história da educação com a área da valorização do

44. Nesse mesmo sentido, são importantes os estudos de Pomian (1984) sobre os objetos semióforos. Para esse autor, os objetos semióforos remetem a um significado. Por esse viés, os documentos preservados pelas escolas estudadas não servem apenas para as funções da organização escolar, mas são ressignificados para uma função simbólica e histórica, podendo, assim, ser utilizados também de forma pedagógica.

patrimônio educativo. Nessa direção, muitos grupos de pesquisa têm investido, sobremodo, no levantamento e na salvaguarda de acervos escolares. Entretanto, se, por um lado, é importante que esses documentos possam ser transformados em fontes relevantes, por outro lado, é pertinente que possam, igualmente, ser usados na instituição educativa. Dessa forma, os esforços de preservação dos grupos de pesquisa propiciaram, também, um apoio à comunidade.⁴⁵

Faz-se necessário ressaltar que o presente estudo discute o caso de duas instituições escolares, não, buscando, portanto, efetuar generalizações. Destaca-se, ainda, que, na realidade brasileira, em que se percebem, além das dificuldades de manutenção da qualidade das práticas pedagógicas, políticas educacionais, especialmente no meio rural, precárias em proporcionar as garantias fundamentais de acesso e permanência dos alunos na escola, é difícil visualizar uma política de preservação da documentação escolar, que representa, em certo sentido, a história da instituição educativa.⁴⁶

Nessa mesma perspectiva, Justino Magalhães e Margarida Felgueiras, dois pesquisadores portugueses, desenvolveram investigações que abordam a necessidade de conhecer a história da escola como elemento determinante para valorizar o vínculo da comunidade escolar com a instituição educativa.

45. Muitos grupos de pesquisa no âmbito da história da educação trabalham com salvaguarda, preservação e digitalização de acervos. Como exemplo, podem-se referendar os trabalhos de Rabelo e Costa (2014) sobre a constituição de acervos em Santa Catarina e o fortalecimento da cultura escolar, os estudos de Bastos (2013) e Amaral (2013) acerca da formação dos acervos, e o artigo escrito por Barausse e Andreassi (2019), que apresenta um histórico internacional sobre as iniciativas de valorização e preservação do patrimônio histórico-educativo.

46. Para saber mais sobre essa questão, ver Bezerra Neto (2003).

Magalhães (2004) aponta para a premência de compreender a materialidade, a representação e a apropriação das práticas escolares. Felgueiras (2005), por sua vez, aborda o incentivo de ações que levam à formação de vínculos entre alunos, pais e professores na organização dos acervos da cultura material produzida por determinada instituição educativa ao longo da história. Esse material, se disponível aos pesquisadores do campo da educação para ser utilizado como fonte e à comunidade escolar para ser empregado em trabalho pedagógico no cotidiano da escola, promoveria um pertencimento identitário aos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, os trabalhos de Felgueiras (2011) discutem políticas de fomento à preservação, à salvaguarda e à disponibilização da cultura material para os sujeitos envolvidos, com vistas a transformar tal material em patrimônio histórico-educativo.

Viero et al (2017) argumentam que a preservação de acervos em algumas escolas é possibilitada pela existência de pessoas que se identificam com a instituição ou de projetos pedagógicos que trabalham a identidade escolar por meio do conhecimento da história da escola, havendo, ainda, a necessidade de políticas específicas para fomentar essa salvaguarda (VIERO et al, 2017). Conforme esclarece Vidal,

É preciso reconhecer que a guarda dos objetos escolares [...] portam pistas das múltiplas maneiras como professores e alunos constituíram inteligibilidades e suscitam a investigação sobre as diferentes formas de sua apropriação, oferecendo ao pesquisador índices sobre as relações pós-téritas dos sujeitos com a materialidade escolar ou sobre a formalidade das práticas escolares [...] (2005, p. 24).

Neste trabalho, abordam-se especificamente duas escolas rurais. Essa tipologia de escola, embora tenha sido, durante

muito tempo, considerada isolada e distante de maior visibilidade, constitui um modelo de instituição marcante para as comunidades⁴⁷. Elas representaram um momento de sociabilidade, assim como outros espaços institucionais comunitários, a exemplo da igreja e das sociedades recreativas. Tendo isso em vista, na seção a seguir, pretende-se discutir de que modo as escolas rurais em estudo foram organizadas e produziram o material de escrituração escolar aqui analisado.

Contexto das instituições: das escolas rurais multisseriadas às escolas-polo

As escolas multisseriadas, um modelo empregado em grande medida nas zonas rurais ou de menor acesso, consistiam em agrupar três ou quatro séries ao mesmo tempo sob a supervisão de um único professor. Tais escolas, que em geral possuíam um professor menos qualificado e reuniam maior número de alunos em um mesmo adiantamento, sobreviviam com a ajuda das comunidades.

Muitas pesquisas⁴⁸ demonstram, assim, que essas instituições escolares conseguiam manter vínculos estreitos com as comunidades e valorizavam, sobretudo, o saber local dos estudantes, motivo pelo qual eram mais adequadas a algumas comunidades do que às escolas-polo. Esse processo de escolarização em sistema multisseriado foi recorrente em praticamente

47. Acerca de escolas isoladas, ver Fagundes e Martini (2013), Moura e Santos (2012) e Gil (2007). Sobre escolas étnicas, conferir Kreutz (1994) e Weiduschadt (2007).

48. Como exemplo, citam-se os estudos de Barros e Hage (2011) e de Cardoso e Jacomeli (2010).

todo o País (CARDOSO e JACOMELI, 2010), sendo legitimado pelo fato de que, ao longo da história, no Brasil, desenvolveram-se práticas educativas diferenciadas entre o meio rural e urbano (SOUZA, 1998).

Atualmente, muitas discussões gravitam em torno da educação do e no campo, buscando analisar a relação entre o currículo escolar e a realidade do aluno. Tais debates partem do pressuposto de que desenvolver nas escolas espaços de memória e patrimônio junto à comunidade pode levar à revitalização do currículo escolar, à criação de vínculos entre os envolvidos e à preservação do patrimônio.

Por isso, faz-se necessário analisar e compreender os acervos referentes às escolas localizadas na zona rural da Serra dos Tapes, objeto de estudo deste texto. Esses dois acervos pertencem a espaços geográficos diferenciados: um deles foi constituído em uma escola situada em uma região de imigração alemã, e o outro em uma região de colonização italiana. Devido às particularidades dos processos imigratórios desses dois grupos étnicos, é possível perceber semelhanças na organização das escolas. Esses grupos construíram as escolas em questão antes da iniciativa pública: como consideraram a escolarização importante para a comunidade, já tinham experiências educativas desde meados do século XIX, quando se instalaram na região (WEIDUSCHADT, 2007; CASTRO, 2017).

Muitas dessas escolas multisseriadas, posteriormente, acabaram sendo municipalizadas, mas, como já mencionado, a escolarização nesses espaços ocorreu por intermédio da iniciativa comunitária e religiosa, o que auxiliou a instaurar uma cultura escolar (JULIA, 2001) própria desses lugares. Foi a partir da década de 1930 que essas escolas começaram a fazer parte do

processo de municipalização. Na década de 1940, o Estado iniciou a exercer forte controle por meio da escrituração escolar, levando ao surgimento de uma variedade e quantidade considerável de material que constituiu o acervo dessas instituições. Entretanto, os acervos relacionados às escolas rurais estiveram mais vulneráveis a perdas e à destruição, porque muitas escolas comunitárias e multisseriadas foram substituídas pelas escolas-polo⁴⁹, instauradas pelo processo de nucleação a partir da década de 1990.

A documentação das escolas multisseriadas e o patrimônio histórico-educativo

Os acervos podem ser pensados como lugares de memória (NORA, 1993), uma vez que esses materiais salvaguardados são significativos para a comunidade escolar, tanto para os alunos e professores que estão na escola quanto para aqueles que já passaram por ela. Como referido, a instituição escolar representa para o entorno comunitário um relevante espaço de sociabilidade e identidade; por isso os acervos produzidos pela escola são eivados de significados que auxiliam a lembrar e construir vínculos de memória desse tempo e desse espaço. Além disso, esses documentos auxiliam na compreensão da cultura escolar de determinada instituição, e, conhecendo a história da instituição, é possível compreender o seu presente e fazer problematizações.

49. As escolas-polo são caracterizadas pela reunião de várias escolas multisseriadas que não eram localizadas próximas geograficamente, portanto foi necessário o investimento de transporte escolar, possibilitando a organização escolar seriada e ampliação do ensino fundamental até oito anos.

Nesse sentido, esses arquivos se mostram relevantes para as instituições escolares (MOGARRO, 2005), até mesmo porque “A construção da história de uma instituição educativa visa, por fim, a conferir uma identidade cultural e educacional. Uma interpretação do itinerário histórico, à luz do seu próprio modelo educacional [...]” (MAGALHÃES, 2004, p. 72). Pode-se afirmar, assim, conforme Bellotto (2000), que arquivos permanentes são também históricos. Tais arquivos, como explica o autor, são constituídos depois que os documentos não são mais utilizados para a função para a qual foram criados, tendo assim um caráter histórico, caráter esse que se aplica aos acervos das escolas analisadas neste estudo –Escola Garibaldi e Escola Martinho Lutero.

A Escola Martinho Lutero foi constituída por nove escolas multisseriadas, vizinhas geograficamente, ou seja, localizadas no município de São Lourenço do Sul, também na Serra dos Tapes. Essas nove escolas, que formaram a escola-polo em 2006, sendo então fechadas, eram assim denominadas: Anita Garibaldi, Dr. Gustavo Barroso, Guilherme A. B. Kruger, General Osório, Marechal Hermes, Marcílio Dias, Oscar Westendorff, Oswaldo Cruz e Santo Antônio. Tais escolas deram origem a 39 tipos de documentos, a exemplo de fichas de prédios escolares, totalizando 4.279 arquivos digitalizados⁵⁰.

Já o acervo da Escola Garibaldi foi organizado a partir do fechamento de seis escolas na década de 1990: General

50. Foram digitalizados esses documentos entre 2015 e 2016, pelo projeto na Universidade Federal de Pelotas e coordenado pela professora Patrícia Weiduschadt sob a denominação: “Diferenças e semelhanças do projeto educativo – religioso luterano das escolas étnicas alemãs pomeranas na região sul do RS (1930-1960)”.

Osório (1995), Marques de Alegrete (1994), Ernesto Bohrer (1994), Bernardo Tavares (1999), João Ribeiro (2000) e Francisco de Paula Amarante (2003). Tais instituições foram constituídas, em sua maioria, na década de 1950, produzindo, desde esse período, os documentos da escrituração escolar, os quais mostram o poder público na supervisão e fiscalização desse modelo de escola rural multisseriado. A partir de um projeto de extensão⁵¹, foram digitalizados diversos documentos desse acervo, de diferentes tipologias, tais como: livro de atas, livro de matrículas, documentos do cotidiano, certidão de nascimento, ficha de matrícula, ficha de solicitação de matrícula, histórico escolar, atestado de saúde, certificado de vacina e ficha de exame biométrico.

Cabe destacar, ainda, que as duas escolas estão nessa região serrana em função do espaço que foi destinado aos grupos imigratórios, uma vez que as terras das planícies que serviriam para a criação de gado já tinham sido ocupadas pelos latifúndios. Assim, apesar de as escolas estarem localizadas em municípios diferentes, apresentam uma documentação similar, o que se deve, provavelmente, à semelhança entre suas condições de origem.

Pode-se perceber que essa documentação objetivava oportunizar a fiscalização e o conhecimento da realidade escolar por parte do poder público. Assim, por meio do registro da vida e também das condições familiares do estudante, as políticas educacionais acabavam exercendo um controle dessa realidade,

51. Trata-se de um projeto desenvolvido em 2017 na Universidade Federal de Pelotas e coordenado pela professora Patrícia Weiduschadt sob a denominação de “Acervos escolares em escolas do campo da região da Serra dos Tapes”.

assim como do trabalho docente.⁵²

Entretanto, essa vasta documentação permite, também, a realização de diversas pesquisas. No âmbito da história da educação, podem-se averiguar, por exemplo, a efêmera permanência das crianças nas escolas, as altas taxas de reprovação escolar na primeira série, a necessidade do controle de doenças e a noção de saúde pública. No que concerne ao retorno à comunidade, uma possibilidade é constituir um banco de dados com os documentos digitalizados e disponibilizar à escola esse material, bem como ofertar formação pedagógica mediante palestras e oficinas.

No caso das escolas analisadas, ambas preservaram essa documentação para que fosse enviada à Prefeitura Municipal. Os documentos mais antigos datam de 1930 a 1960, e os mais recentes de 1970 até o início de 2000.

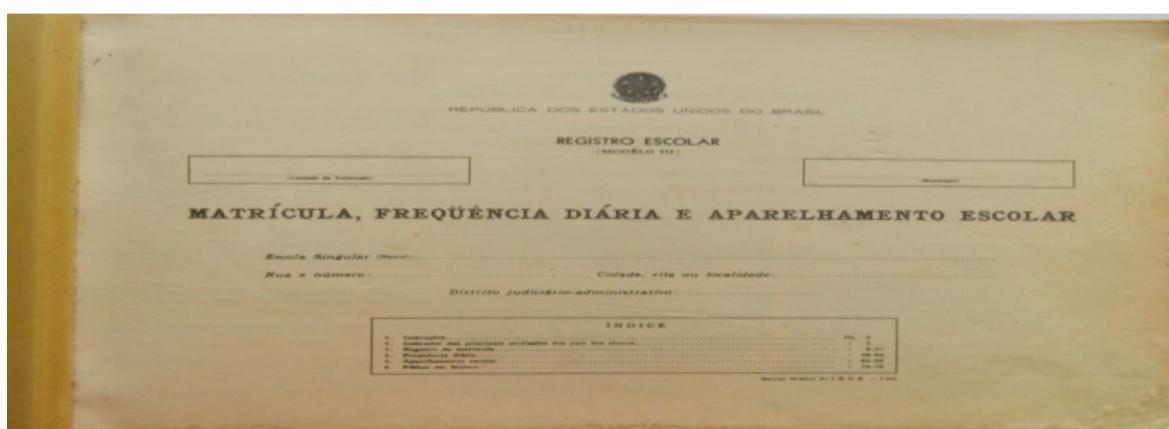
A esse respeito, cabe observar a periodização temporal da escrituração, já que, na década de 1930, foi registrado no acervo de São Lourenço (referente às nove escolas que originaram a Escola Martinho Lutero) o ato de fundação, coincidindo com o movimento de nacionalização do ensino. Essas escolas, como já citado, estavam localizadas em zona de imigração alemã, e nesse período abrasileirar as escolas étnicas, destinando a elas maior atenção, fazia parte da política de governo. Os documentos de atos dessas escolas estão escritos em português com a preocupação e a presença dos nomes das escolas ter sido um vulto histórico patriótico, com exceção da escola Oscar Westendorf, cujo nome foi uma homenagem a um deputado local,

52. Para aprofundar a questão da inspeção escolar como política pública e forma de controle docente, em especial no período do Estado Novo, ver: Martins e Werle (2010) e Ferreira e Fortunato (2006).

na verdade, um expoente político da comunidade étnica⁵³, da escola Guilherme Krueger, que era anteriormente Escola General Osório e que somente em 1994 trocou de nome em agraciamento a um pastor da igreja luterana.

Outro aspecto relevante observado são os modelos de aparelhamento escolar, que possuem padronização semelhante em todas as escolas analisadas, tanto as do município de Pelotas quanto as de São Lourenço do Sul, a partir de 1940. Nessa época, houve preocupação do governo estado-novista em buscar uma unificação educacional brasileira. Nesse sentido, os modelos de livros escolares, de matrícula e de frequência eram impressos e destinados aos professores para serem preenchidos sob a supervisão e inspeção governamental. Tais documentos possuíam, ainda, legendas destinadas a facilitar seu preenchimento pelos professores, conforme mostra a imagem da capa dos livros, exposta a seguir.

Figura 1: Capa de um dos livros da escrituração escolar, 1955.



Fonte: Arquivo da Escola Municipal de Ensino Fundamental Garibaldi.

—

53. Apesar de a maioria dos imigrantes alemães serem colonos e pequenos proprietários de terras, muitos também formaram uma elite intelectual e econômica e alguns se envolveram na política e participaram da vida pública. Diversos trabalhos, como o de Witt (2015), apontam esses expoentes no meio imigratório.

Observa-se, a partir desses materiais, que a necessidade da política governamental era de prover certa padronização e formatação ao preenchimento burocrático dos livros de registros. Todas as escolas que tiveram documentação salvaguardada a partir do período da década de 1940-1960 possuem esses livros de frequência devidamente preenchidos, como mostra a imagem a seguir, retirada do arquivo da Escola Marquês de Alegrete, situada no município de Pelotas.

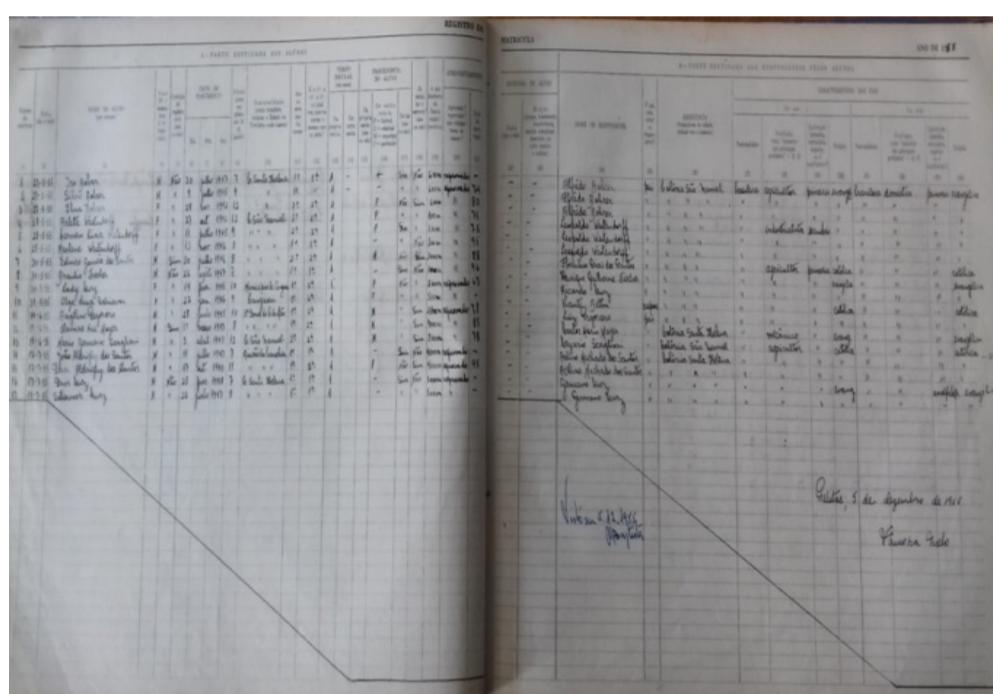


Figura 2: Livro de frequência da Escola Marquês de Alegrete, 1955.

Fonte: Arquivo da Escola Municipal de Ensino Fundamental Garibaldi.

A partir da análise desse livro, pode-se notar que a documentação era preenchida com os nomes dos alunos, a data de nascimento, a sexualidade, o tempo escolar, a localidade e a distância da residência até a escola (na primeira página), assim como com os dados da família, incluindo o nome do pai e da mãe, a profissão, a escolaridade e a religião (na segunda página). No contexto da escola em questão, percebe-se que o grupo era multiétnico, sendo composto por descendentes de imigração alemã que pertenciam à religião luterana, apesar de constarem

como evangélicos no livro – nesse período, quem não era católico recebia a denominação de evangélico. Descendentes de italianos e de lusos também eram frequentadores da escola, mas praticavam a religião católica. Em relação à profissão dos pais, todos eram agricultores, e as mulheres domésticas, apesar de serem também agricultoras.

É possível observar, assim, que esses dados que constam no aparelhamento escolar evidenciam o modo como era formada a comunidade escolar, indicando quem eram esses alunos, onde moravam e como eram as suas famílias. Nesse sentido, tal realidade pode ser entendida a partir de uma memória escolar formada por dados burocráticos e escriturários, mas, também, a partir de indagações e problematizações capazes de mostrar de que forma o cotidiano escolar estava organizado. Esses documentos constituídos pelas escolas e salvaguardados integram a esfera do patrimônio e, mais especificamente, do patrimônio histórico-educativo, indo ao encontro do que prevê Mogarro:

As escolas são estruturas complexas, universos específicos, onde se condensam muitas das características e contradições do sistema educativo. Simultaneamente, apresentam uma identidade própria, carregada de historicidade, sendo possível construir, sistematizar e reescrever o itinerário de vida de uma instituição (e das pessoas a ela ligadas), na sua multidimensionalidade, assumindo o seu arquivo um papel fundamental na construção da memória escolar e da identidade histórica de uma escola (2005, p. 79).

Ressalta-se, ainda, a fiscalização como uma das características marcantes dessa documentação, já que os documentos aparecem com a rubrica e assinatura de autoridades competentes que olharam os livros e anotaram “Visto em tal data”. Essa fiscalização constante mostra como os órgãos governamentais

municipais precisavam criar uma rede educacional e mantê-la sob vigilância, mesmo com parcisos investimentos. Tal controle perdurou em grande parte da existência dessas instituições: mesmo nos anos 2000, antes de seu fechamento, era visível a presença fiscalizadora do estado. Contudo, cabe lembrar, também, que essa fiscalização pode ter sido um dos elementos que levou à salvaguarda desse acervo.

Conclusão

O presente artigo teve como objetivo abordar duas instituições escolares que salvaguardam documentos históricos, os quais constituem um patrimônio histórico-educativo que além de auxiliar na compreensão da cultura escolar das instituições educativas, possibilita inúmeras pesquisas, especialmente na área da história da educação. Neste texto, buscou-se interligar referenciais das áreas da educação e do patrimônio, partindo do pressuposto de que os materiais oriundos da cultura material escolar constituem parte do patrimônio cultural de determinado país, região ou localidade. Através de projetos de extensão, buscou-se fomentar a digitalização dos acervos visando à construção futura de um banco de dados digital.

Cabe destacar, ainda, que teve fundamental relevância a preservação dessa documentação de escolas multisseriadas. Esse modelo educativo foi considerado menos valorizado por discursos embasados nos atrasos do meio rural e vinculados à necessidade de modernização das escolas ao modelo seriado. Por essa razão, as escolas-polo deveriam ser criadas, provocando, assim, o fechamento de diversas escolas multisseriadas, o que acarretou, muitas vezes, em perda identitária dessas

comunidades. Entretanto, a preservação desses materiais revela como essas escolas sentem a necessidade de manter vínculos étnicos comunitários. Não se quer afirmar que todas as escolas multisseriadas preservaram os seus materiais, mas sim, de acordo com os estudos da educação do campo (ARROYO, 1997), é possível perceber o engajamento da comunidade escolar das escolas multisseriadas com a instituição. Essa criação de vínculos favorece, em certa medida, a preservação e manutenção dos materiais de escrituração escolar, porque os atores que constituem a escola, alunos, pais e professores, valorizam de forma mais premente a instituição escolar à qual pertencem.

Esses materiais revelam laços de pertencimento comunitário e podem propiciar questionamentos e olhares críticos acerca da cultura e da realidade escolar. Por outro lado, esses documentos podem vir a ser utilizados como fontes para diversas pesquisas.

Referências:

- AMARAL, Giana Lange do Amaral. O projeto acervos escolares: possibilidades de pesquisa, ensino e extensão no campo da história da educação. – um relato de experiência. *Anais...* In: **XI CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, CURITIBA**, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2013, p. 22495-22503.
- ARROYO, Miguel Gonzalez (org) Da Escola Rural de Emergência à Escola de Ação Comunitária. In: ARROYO, Miguel Gonzalez (org). Da Escola Carente à Escola Possível. São Paulo: Loyola, 1997.
- BASTOS, M. H. C. (Org.). **Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha/RS: memórias e histórias (1858-2008)**. 1. ed. Porto Alegre/RS: EDI-PUCRS, 2013. v. 1. 384 p.
- BEZERRA NETO, Luis. **Avanços e Retrocessos na Educação Rural no Brasil**.

2003. Tese de Doutorado Faculdade de Educação/UNICAM.
- CARDOSO, Maria Angélica e JACOMELI, Mara Regina Martins. Considerações sobre as escolas multisseriadas: estado da arte. In: **Educere et educere**. Vol. 5 nº 9 jan/jun 2010, p. 267-290.
- BARAUSSE, Alberto. Alla scoperta di nuovi tesori: le carte e i libri scolastici come beni culturali. In: Zilli Ilaria (a cura di), **Atlante delle emergenze culturali del Molise**: risultati, riflessioni ed implicazioni di un primo censimento, Campobasso: Palladino Editore, 2010.
- BARAUSSE, Alberto; ANDREASSI, Rossella. **Il Museo della scuola e dell'educazione popolare dell'Università degli Studi del Molise tra internazionalizzazione della ricerca e percorsi di educazione al patrimonio storico educativo**. Università degli Studi del Molise – Campobasso – Italia. [capítulo de livro no prelo].
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CASTRO, Renata Brião de. **A Escola Garibaldi e o professor José Rodeghiero na Colônia Maciel – Pelotas (RS) (1928 – 1950)**: grupo local e etnia. 2017. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2017.
- ASTRO, Renata Brião de; GASTAUD, Carla Rodrigues. O que são centros de documentação? O caso do Centro de Documentação do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação. In: **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 263-282, maio/ago. 2017.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. Acervos escolares: olhar ao passado no tempo presente. In: **História da Educação**. Porto Alegre. v. 19, n. 47, p. 293-296, 2015.
- FAGUNDES, José; MARTINI, Adair Cesar. Políticas educacionais: da escola multisseriada à escola nucleada. In: **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 99-118, 2003.
- FELGUEIRAS, Margarida Louro. Herança educativa e museus: reflexões em torno das práticas de investigação, preservação e divulgação histórica. In: **Rev. Brasileira História da Educação**. Campinas, v. 11, n. 1, p. 67-92, jan./abr. 2011.
- FELGUEIRAS, Margarida. Materialidade da Cultura escolar. A importância

- da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. In: **Revista Proposições**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 87-102, 2005.
- FUNARI, Pedra Paulo; ZARANKIN, Andrés. Cultura material escolar: o papel da arquitetura. In: **Revista Proposições**, v. 16, n. 1, p. 135-144, 2005.
- FERREIRA, Naura; FORTUNATO, Sarita. A inspeção escolar como forma de controle do Estado Novo: uma contribuição às origens da gestão da educação. In: **Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2006, Goiânia. Disponível em:<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautoriais/eix003/Naura%20Syria%20Carapeto%20Ferreira%20e%20Sarita%20Aparecida%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2017.
- GIL, Natália. Interpretação de Estatísticas de Educação. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. n 13, jan/abr, 2007, p. 121-151.
- HAGE, Salomão Mufarrej. Por uma escola do campo de qualidade social: transgredindo o paradigma (multi)seriado de ensino. In: **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 97-113, abr. 2011.
- JULIA, D. A cultura escolar como objeto historiográfico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 9 – 44, 2001.
- KREUTZ, Lúcio. Material didático e currículo na escola teuto-brasileira do Rio Grande do Sul. São Leopoldo, Unisinos, 1994.
- MAGALHÃES, Justino. **Tecendo nexos**: História das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.
- MARTINS, Ângela Maria (org.); WERLE, Flávia Obino Corrêa (org.). **Políticas educacionais**: elementos para reflexão. Porto Alegre: Redes, 2010.
- MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 75-99, 2005.
- MOURA, Terciana Vidal e SANTOS, Fábio Josué Souza. A pedagogia das classes multisseriadas: Uma perspectiva contra-hegemônica às políticas de regulação do trabalho docente. In: **Debates em Educação**. Maceió, Vol. 4, nº 7, Jan./Jul. 2012.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História, v. 10, 1993.

- POMIAN, Krzysztof. Coleção. **Enciclopédia Einaudi**, v. 1, p. 51-86, 1984.
- RABELO, Giani, COSTA, Marli de Oliveira. Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina (CEMESSC) e os estudos sobre a cultura escolar. In: **Educação-Unisinos**. São Leopoldo, v 18, n 1, jan a abril, 2014.
- SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo, 1890-1910**. São Paulo: Unesp, 1998.
- VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: R.F. de SOUZA e V.T. VALDEMARIN (orgs.). **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**, Campinas, Autores Associados, 2005.
- VIERO, Tatiane Vedoin; CASTRO, Renata Brião de; WEIDUSCHADT, Patrícia; ARRIADA, Eduardo. Acervos escolares: possibilidades e aproximações entre a Arquivologia e a Museologia. In: **Revista Museologia e Patrimônio**, vol.10, n 2, p. 33 – 53, 2017.
- VIÑAO, Antonio. Memoria, patrimonio y educación. In: **História da Educação**. Porto Alegre, v. 15, n.33, p. 31-62, 2011.
- WEIDUSCHADT, Patrícia. **O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX: identidade e cultura escolar**. 2007. 256 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.
- WITT, M. A. **Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas (imigração alemã – Rio Grande do Sul – século XIX)**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2015. 391p.

O uso da metodologia de redução temática para a análise de textos literários e de documentos de escritores surdos em língua portuguesa

Diogo Souza Madeira⁵⁴

Introdução e justificativa do tema

A definição de uma metodologia da pesquisa é, inegavelmente, necessária para muitos pesquisadores, mesmo por ser uma tarefa muito complexa. Entretanto, por outro lado, ela se considera fundamental para ajudar em suas pesquisas de maneira eficaz.

Apresentam-se os dois caminhos traçados, apesar de idênticos em termos de proposta, envolvendo a metodologia utilizada, a redução temática, ou seja, a elaboração de quadro de categorias temáticas: o primeiro percorrido com a pesquisa estabelecida sobre as memórias linguísticas de Jorge Sérgio Lopes Guimarães, o escritor surdo dos anos 60, foi concluído. Os objetivos da primeira pesquisa foram traçados: compreender, a partir da escrita autobiográfica, a trajetória de um autor surdo da década de 60; analisar as representações das décadas de 50 e 60 sobre os surdos e a surdez, no Brasil, a partir dos escritos autobiográficos de um escritor surdo; trazer ao conhecimento da comunidade surda um autor surdo que apresenta importantes dados sobre a história da surdez, no Brasil.

⁵⁴. Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural; UFPel; Professor do IFSUL. E-mail: madeira.azrael@gmail.com

O segundo a ser construído aborda outros escritores surdos, com a mesma natureza de pesquisa e o quadro de categorias temáticas, que será apresentado posteriormente, porém ampliada pela inserção de outros objetos a serem explorados.

As análises anteriores concluídas e as atuais, estruturadas pelo mesmo esquema, vão ser mostradas de forma sucinta em razão de a pesquisa estar em andamento científico neste espaço. Para não causar impressões de que tais amostras pareceriam superficiais, os dados coletados, antigos e novos, juntos, vão intensificar a ideia de como essa metodologia foi/tem sido fundamental para construir novos horizontes científicos, afastando superficialidades sobre o objeto de pesquisa. A elaboração do corpo metodológico começou através de uma discussão sobre um sebo, o que foi decisivo por ter sugerido um método qualitativo-quantitativo para o processo de investigação. O porquê do sebo abordado será explicado ao longo dos parágrafos, assim como o motivo da metodologia escolhida.

O intuito deste espaço é compartilhar os resultados obtidos por meio da metodologia utilizada com os pesquisadores que promovem discussões com base em estudos e leituras para buscar compreender os conceitos de autobiografia, memória, literatura, testemunho e arquivo. Além disso, almeja-se revisar e acrescentar os efeitos da atual pesquisa no sentido de epistemologia e amadurecimento, o que seria somente de forma coletiva e interativa.

Como a âncora central para discussões, Memória, atualmente, é uma das linhas de pesquisa mais demandadas em âmbito acadêmico por causa de seus aspectos permeáveis a qualquer área, a ponto de se obter resultados dentro de suas necessidades e de seus objetivos. O caso deste espaço é articular

as preocupações sobre as obras literárias de escritores surdos produzidas em Língua Portuguesa com o viés historiográfico, ainda que se organize cruzamentos, deixando as discussões mais claras com os discursos de memória e arquivo.

O processo de investigação I

Definir uma metodologia, a fim de obter resultados significativos a respeito do objeto de estudo encontrado em um sebo, de certo foi a tarefa mais difícil, e que, no entanto, se considera normal para quem está em âmbito acadêmico, pois somente ela pode permitir o andamento da pesquisa. Com os materiais em mãos, surgiu a dúvida: de que forma organizá-los? Essa foi uma interrogação inicial, mas, em pouco tempo, um método foi definido. Este foi considerado pertinente para a análise dos dados através da Redução Temática, que permitiu formar categorias diferentes para que se possa, então, analisar melhor cada dado selecionado, encaixado em cada categoria específica, a ponto de descortinar a ideia de cada narrativa escrita.

Na pesquisa anterior, seis categorias foram organizadas com os escritos e as fotografias de Jorge Sérgio Lopes Guimarães coletadas para estudo, que poderão ser apreciadas na parte da análise de dados. Os procedimentos foram realizados de forma qualitativa, pois apesar da redução temática permitir uma análise de conteúdo do tipo quantitativo, isto é, para análise de frequência, optou-se por buscar uma compreensão de sentido para os dados organizados em categorias.

O acesso aos seus textos deu-se por meio do livro adquirido em um sebo, em 2011, graças à cumplicidade da rede social chamada *Estante Virtual*, que permite a pesquisa em diversos

sebos. O livro, intitulado *Até onde o surdo vai*, conforme o registro de sua contracapa, foi lançado em 1961, destacada pela raridade de acesso ao seu original. A edição consiste em um livro de crônicas, de 98 páginas, reunindo 41 artigos publicados nos periódicos Jornal das Moças e Shopping News do Rio, de 1958 a 1960, todas de autoria do próprio escritor. Os 21 artigos do jornal são voltados para o público feminino e os outros 20 estão no jornal de economia. A edição foi impressa pela editora *Gráfica Tupy Ltda*. A figura na capa, bastante chamativa, é do perfil de um homem, com círculos concêntricos brancos saindo da orelha, o que pode ser entendido como uma alusão à surdez, conforme é possível observar:

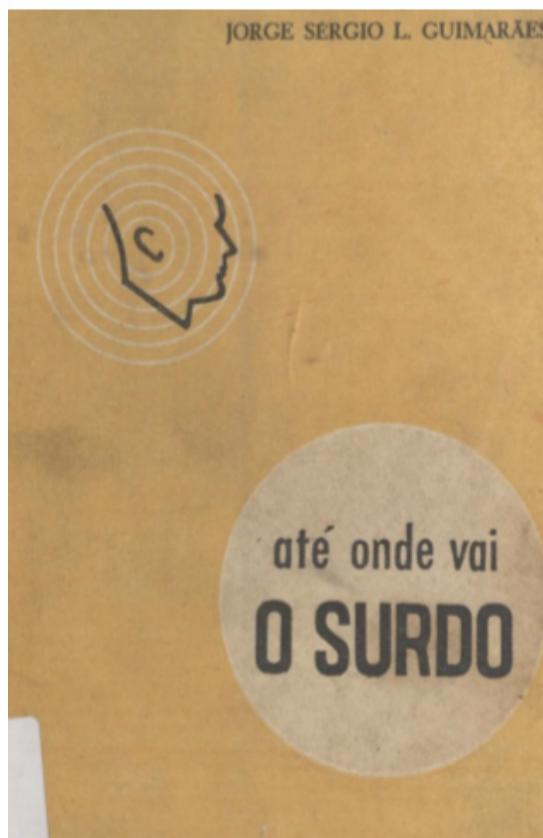


Figura 1: Capa do livro *Até onde vai o surdo*, de autoria de Jorge Sérgio L. Guimarães.

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Nesse sentido, pode-se concluir que este é um livro de memórias coletivas, que falam da surdez nas décadas de 50 e 60, no Rio de Janeiro, Brasil. As crônicas do autor foram publicadas, primeiramente, nos jornais mencionados nos parágrafos

anteriores, que circulavam pelo Rio de Janeiro, dos quais era colaborador, e foram selecionadas para compor o seu livro. Desse modo, tudo o que foi publicado, foi transformado, posteriormente, em um livro de crônicas.

Em Pollak (2006), uma história de vida individual, como o caso do livro de Guimarães, não precisamente se trata como ideia literal, porém é evidente haver uma forma indireta que não pode ser ignorada de modo algum, uma vez que ela pode ser considerada um aporte de memória. De acordo com o trecho do próprio Pollak, em espanhol⁵⁵:

Es como si, en una historia de vida individual – pero esto ocurre igualmente en memorias construídas colectivamente – hubiera elementos irreductibles, en los que el trabajo de solidificación de la memoria fue tan importante que impossibilitó la ocurrencia de cambios. En cierto sentido, determinado número de elementos se hacen realidad, pasan a ser parte de la persona, aunque otros tantos acontecimientos y hechos puedan modificarse en función de los interlocutores, o en función de los movimientos del habla. (POLLAK, 2006, p.34).

Os discursos do escritor surdo em suas crônicas, para a comunidade surda contemporânea, certamente implicam estranheza. Por outro lado, mostram a testemunha da surdez sob as regras educacionais do oralismo, que valorizava a prática da fala e que, na época do escritor, discriminava outros meios linguísticos, como a língua de sinais.

55. Tradução livre: É como se, numa história de vida individual – mas isto ocorre igualmente em memórias construídas coletivamente – tivesse elementos irreductíveis, nos que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de cambios. Em certo sentido, determinado número de elementos se torna realidade, passam a ser parte da pessoa, ainda que outros tantos acontecimentos e feitos possam se modificar em função dos interlocutores, ou em função dos movimentos do discurso (POLLAK, 2006, p.34).

As memórias de Guimarães e suas crônicas retratam também as memórias de muitos outros surdos, seus contemporâneos. Le Goff (2008) salienta a importância desses escritos para a compreensão das experiências vividas individualmente ou em grupo:

Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo que esteve engajada ou que dela suportou as consequências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhes são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem. (LE GOFF, 2008, p.80).

Os escritos de Guimarães permanecem, no entanto, esquecidos. O escritor surdo ficou marginalizado por não fazer parte da história oficial da surdez, conquanto ele seja citado em um artigo sobre a linha do tempo relacionada à Educação de Surdos, porém não como destaque.

Metodologia utilizada: Redução Temática

Os dados analisados emergiram de três fontes distintas: 1) das crônicas escritas por Guimarães; 2) de entrevistas narrativas realizadas com a sobrinha e uma amiga do autor; e 3) de fotografias. Para a análise dos dados, foi utilizada a Redução Temática, método que se constitui em um procedimento gradual de diminuição do texto qualitativo. As reduções operam com generalização e condensação do sentido. A análise das entrevistas pela

redução temática tem, como produto final, uma interpretação das entrevistas, juntando estruturas de relevância dos informantes com as do entrevistador.

A redução temática foi utilizada tanto para a análise dos textos escritos como para a análise das entrevistas. “Essa fusão de horizontes, comentam os autores, é um processo hermenêutico” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p.107). Em relação às fotografias, o procedimento foi o de descrever, imagem por imagem, em vez de analisá-las:

Para a descrição de imagens tanto estáticas quanto dinâmicas, é importante observar um dos princípios da audiodescrição: descrever objetivamente aquilo que se vê, sem inferências pessoais, priorizando os seguintes elementos: O QUE/ QUEM, COMO, ONDE E QUANDO. Os adjetivos são sempre usados com cuidado para não expressar a opinião de quem descreve, como, por exemplo, neste caso: linda, bonita, maravilhosa. O objetivo da audiodescrição é fornecer elementos descritivos que permitam que o outro construa seu entendimento e interpretação. (MOTTA, 2011, p.38).

A descrição de imagens permite patentear a ideia do que o objeto representa, o que, é, por exemplo, o caso de capas de livro que serão apresentadas posteriormente.

Montenegro (1994), por sua vez, sugere que a entrevista permite obter a desejada quantidade de informações:

Muitos entrevistados vão unir o saber cotidiano de experiências vivenciadas intensamente a uma compreensão da vida e do mundo que transcende as determinações imediatas. Eles se descobrem narradores na acepção benjaminiana, ou seja, “figuram entre os mestres e sábios”, sabendo dar “conselhos: não para alguns casos, como o provérbio, mas para muitos casos, como o sábio”. (MONTENEGRO, 1994, p.44).

Como metodologia de análise de dados, a opção foi pela Redução Temática, compreendendo os textos do livro como narrativas. Roland Barthes (1993) comenta sobre não haver povo sem narrativa, independente da forma de narrar, e que é necessário existir, ao menos, algo que lhes considere relevante para ser narrado:

a narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da humanidade; não há, nunca houve em lugar nenhum povo algum sem narrativa; todas as classes, todos os grupos humanos têm as suas narrativas, muitas vezes essas narrativas são apreciadas em comum por homens de culturas diferentes, até mesmo opostas: a narrativa zomba da boa e da má literatura: internacional, trans-histórica, transcultural, a narrativa está sempre presente, como a vida. (BARTHES, 1993, p.104).

Em termos metodológicos, optou-se por usar a narrativa escrita como forma de análise. De acordo com a Jovchelovitch e Bauer (2002), a narrativa soa discurso em razão da experiência do sujeito. Os autores defendem que:

Comunidades, grupos sociais e subculturas contam histórias com palavras e sentidos que são específicos à sua experiência e ao seu modo de vida. O léxico do grupo social constitui sua perspectiva de mundo, e assume-se que as narrativas preservam perspectivas particulares de uma forma mais autêntica. Contar histórias é uma habilidade relativamente independente da educação e da competência linguística; embora a última seja desigualmente distribuída em cada população, a capacidade de contar história não o é, ou ao menos é em grau menor. (JOVCHELOVITCH E BAUER, 2002, p.91).

Outro aspecto importante diz respeito ao fato de quanto a metodologia conduz o pesquisador, segundo Barros:

a ‘metodologia’ remete a uma determinada maneira de trabalhar algo, de eleger ou constituir materiais, de extrair algo destes materiais, de se movimentar sistematicamente em torno do tema definido pelo pesquisador. A metodologia vincula-se a ações concretas, dirigidas à resolução de um problema; mas do que ao pensamento, remete à ação. Assim, enquanto a ‘teoria’ refere-se a um ‘modo de pensar’ (ou de ver), a ‘metodologia’ refere – se a um ‘modo de fazer’. (2005, p.80).

A Redução Temática, condução central desta averiguação qualitativa, tornou o modo de explorar/interpretar o caso do escritor surdo dos anos 60 mais eficiente. Ela foi realizada a partir das análises de textos literários de Guimarães, através dos esquemas metodológicos traçados, que serão apresentados posteriormente. Em diferentes momentos de investigação e coleta de dados, deu-se por criação de categorias temáticas para identificar cada crônica do escritor surdo; a realização da transcrição literal de cada crônica para a primeira redução e a segunda redução, a ponto de realizar coleta de pormenores textuais que se encaixariam em seis categorias organizadas.

É possível verificar na tabela com as seis categorias inseridas, a seguir, que apenas três textos de Guimarães, extraídos da tabela original, baseada na pesquisa anterior, estão presentes. Entretanto, não foi possível apresentar todos os textos analisados em razão da necessidade da mostra de outras análises de caráter inédito. A Redução Temática, portanto, fez emergir seis categorias diferentes diante do material analisado, são elas: Política, Surdez, Educação, Oralismo, Língua de Sinais e Língua Portuguesa. Cada categoria foi organizada a partir dos temas reincidientes nas produções escritas de Guimarães:

TEXTOS	Política	Surdez	Educação	Oralismo	Língua de sinais	Língua Portuguesa
Viva o Progresso!	X	X	X	X		X
Não me envergonho de ser surdo		X		X		X
Como conheci Helen Keller	X	X	X	X	X	

Tabela 1: Categorias temáticas definidas**Fonte:** Tabela desenvolvida pelo autor.

O exemplo a seguir explicita o procedimento de análise de textos, a ponto de distinguir a razão como primeira redução e a categoria, como segunda.

Transcrição Literal	Entusiasmei-me ao saber que o “Instituto Nacional de Educação de Surdos” pretendia lançar, pela primeira vez, um concurso literário para surdos brasileiros, conforme foi noticiado num jornal de grande divulgação. Não pude deixar de aplaudir a ideia apresentada, que me pareceu excelente, porque serviria como um passo decisivo, para valorizar os méritos intelectuais dos que não ouvem. Não me surpreenderei, se algum deficiente da audição tiver a audácia de escrever um romance ou, mesmo, uma peça teatral. Por que não? Por falar nisso, o concurso proporcionaria aos interessados a chance de revelar as suas verdadeiras aptidões, em qualquer gênero da literatura, despertando, assim, em nós, o espírito criador, que precisa ser explorado, para criações de natureza construtiva. Na ânsia de inscrever-me, ia apresentar algumas poesias da minha autoria, mas, para nosso desapontamento, o tão significativo concurso não chegou a ser iniciado. Não sei por que motivo. Algum imprevisto? Da minha parte, desejo fazer aos dirigentes do INES uma pergunta: Quando teremos concurso literário? (GUIMARÃES, 1961, p.75). Publicado originalmente no <i>Jornal das Moças</i> , em 19/05/1960.
1^a Redução	<ul style="list-style-type: none"> A indignação do autor com o cancelamento do concurso literário em Língua Portuguesa para surdos. Surdos podem escrever romances ou peças teatrais. Surdos podem revelar aptidões em qualquer gênero da literatura. Guimarães escreve poesia.
2^a Redução <i>Categoria</i>	<ul style="list-style-type: none"> Domínio da escrita em Língua Portuguesa.

Tabela 2: Primeira e segunda reduções temáticas realizadas

Fonte: Tabela desenvolvida pelo autor.

Como critério para a organização das categorias, foi utilizada a recorrência de temas relativos à surdez. Esta recorrência apresentou discrepâncias, como, por exemplo, entre o conceito de surdez (maior número de comentários diagnosticados) e de língua de sinais (tema com menor índice de recorrência). Neste caso, privilegiou-se, além da recorrência, o fato do excerto estar vinculado à temática da experiência com a surdez. Então, mesmo que a categoria língua de sinais apresente um número pequeno de recorrências, ela se constitui em foco de análise por sua importância no discurso do autor acerca da comunidade surda dos anos 60, sobre suas experiências e opiniões.

Arfuch (2005, p.144) sugere que o conceito de crônica pode se equivaler ao diário, sendo considerada parte da escrita autobiográfica. As crônicas do autor surdo são uma metáfora de diário, pois Guimarães bem tentava comentar o seu cotidiano, no qual encarava os fatos sofríveis da sua época, que são diferentes do contexto contemporâneo em razão do amadurecimento do conceito de Surdez.

As categorias analisadas, portanto, ajudam a compreender como era a realidade surda da década de 60, além de permitir conhecer melhor o escritor surdo.

Será apresentada, a seguir, uma das categorias que emergiram da análise do livro de Guimarães.

A língua portuguesa em Guimarães

Esta categoria tem como objetivo buscar compreender se a Língua Portuguesa era relevante para os surdos na época de Guimarães, já que a língua de sinais era proibida. Os excertos selecionados indicam que o uso da Língua Portuguesa era um

recurso indispensável para melhorar a vida dos surdos no meio da sociedade majoritária. Apesar disso, a mímica era utilizada como uma espécie de auxílio, bem ao contrário da atual época, em que a Libras é um recurso de extrema importância, bem como a Língua Portuguesa. (GUIMARÃES, 1961).

O trecho da crônica intitulada “Podemos fazer teatro?” ressalta que os surdos têm condições de fazer teatro, independente da língua:

Convém assinalar que cada palavra do texto era “declamada” através do alfabeto manual. Em julho último, tive oportunidade de assistir, no teatro de bolso, da Praça General Osório, todas as pantominas de Don Diego Cristian e Wanda Cristikaya, apresentadas pelo “Teatro Brasileiro de Mímica”. Esses artistas jovens e talentosos causaram-me vivo interesse, pois, como era de esperar, não diziam uma só palavra. Suas próprias fisionomias e gesticulações pareciam dominar o ambiente. Então, convenci-me de que muitos surdos brasileiros poderiam revelar as suas qualidades artísticas, na arte dramática, no “ballet” ou na pantomima. (GUIMARÃES, 1961, p. 54, publicado originalmente no *Shopping News*, do Rio, em 23/8/1959).

O próprio cronista sabia que nem todo surdo poderia se comunicar oralmente em Português, ou que poucos surdos conseguiriam se comunicar em Português falado. Portanto, ele fez questão de apoiar a ideia de que os “surdos falantes” e “não falantes” fizessem teatro. Em seu artigo, em parceria com Karnopp, publicado no livro intitulado *Leitura e Escrita no contexto da diversidade*, Pereira, do ponto de vista da linguística, defende que a língua de sinais possui as mesmas funções da língua falada, aspecto que não foi contemplado na época de Guimarães:

A língua de sinais preenche as mesmas funções que a linguagem falada tem para os ouvintes. Como ocorre com as crianças ouvintes, espera-se que a língua de sinais seja adquirida na interação com usuários fluentes da mesma, os quais, envolvendo as crianças surdas em práticas discursivas e interpretando os enunciados produzidos por elas, insiram-nas no funcionamento dessa língua. (PEREIRA; KARNOOPP, 2004, p.35).

Apesar da crença de Guimarães na possibilidade de os surdos fazerem teatro, mesmo sem saber o Português, o equívoco central de sua época foi o de não repensar a reinserção da língua de sinais pelo acato ao método oralista. Da mesma forma, a linguística do surdo tampouco foi discutida, pois a preocupação dos educadores dos anos 50 e 60 estava em aprimorar o Português dos surdos, através de sessão de fonoaudiologia, ao invés de estimular a capacidade de se expressar de outra maneira linguística (GUIMARÃES, 1961).

Esse trecho indica que o escritor surdo via a Língua Portuguesa com relevância comunicativa, tanto na fala quanto na escrita, o que o tornou aspirante a escritor. Pelo teor da crônica, ele ignorou o tempo que havia consumido para aprender a fazer inúmeras sessões de fala, o que, atualmente, muitos considerariam uma “atividade equivocada” para surdos, que não têm como desenvolver a fala por terem adquirido a Libras ou terem encontrado sua identidade na mesma língua. Karnopp e Pereira defendem o respeito às particularidades de surdo:

Em se tratando de crianças surdas, a crença na dificuldade em discriminar auditivamente os fonemas parece responder, ainda hoje, por muito tempo gasto em treinamento auditivo e de fala. Treinam-se os fonemas, as sílabas e os vocábulos que serão depois trabalhados na escrita. Além disso, pelo fato de vir de famílias ouvintes, a maior parte

das crianças surdas, embora chegue à escola com uma linguagem constituída na interação com as mães ouvintes, não apresenta uma língua na qual possa se basear na tarefa de aprender a ler e a escrever. Assim, sem uma língua constituída, a criança surda inicia o seu processo de alfabetização, o que, ainda na maioria das escolas, se dá por meio do ensino de vocábulos, combinados em frases descontextualizadas. O distanciamento das práticas de leitura e de escrita, somando a pouca ou nenhuma familiaridade com o português, resulta em alunos que sabem codificar e decodificar os símbolos gráficos, mas que não conseguem atribuir sentido ao que leem. (KARNOOPP; PEREIRA, 2004, p.35).

De acordo com a citação, a constituição de uma língua depende da educação que a criança surda recebe de seus pais, ao passo que as alternativas pedagógicas e médicas são estudadas para efetuar sua escolha.

A princípio, diferentemente do caso de Guimarães, pela razão de a sua família ser de classe alta, hoje em dia, o conforto linguístico de surdo deve ser respeitado, ao invés de ser submetido a atividades indesejáveis, privilegiando ações nas quais a aquisição da língua deve ocorrer.

O processo de investigação II – novos horizontes analíticos com a manutenção da metodologia

A organização da escrita abarcará as seguintes etapas: releitura e ampliação de textos teóricos sobre arquivo, narrativa, autobiografia, memória, testemunho e literatura, tais como: Arfuch, Molloy, Barthes, Ricouer, entre outros. Além disso, o trabalho de investigação será desenvolvido em três momentos diferentes de coleta e análise de dados. No primeiro momento,

serão analisados textos dos escritores surdos. Em um segundo momento, serão apresentados os elementos textuais e linguísticos analisados dos escritores surdos que se distinguem por uma escrita em português e não em uma produção em Língua de Sinais. Em um terceiro momento, serão buscados, comprehensivelmente, a vida e o pensamento de cada autor surdo.

Posteriormente, será realizada a investigação dos escritores surdos que produzem literatura não sinalizada nem infantil (pesquisa exploratória em blogs, redes sociais, associações de surdos, entre outros): análise de elementos linguísticos e textuais dos escritores surdos; organização de uma base de dados sobre os autores e suas obras; contextualização dos escritores surdos no cenário social/ de produção; categorização das obras.

Neste espaço, serão, de forma parcial, apresentados os resultados em razão da pesquisa estar em andamento, além de que foi criada mais uma tabela de categorias. No corpo metodológico mais maduro pela decorrência da prática científica na pesquisa anterior, cinco escritores surdos que produzem seus textos em Língua Portuguesa serão investigados da mesma forma que Guimarães havia sido averiguado, através do método trabalhado. A nova categorização visa à identificação de estilos textuais dos escritores, verificando se realmente apresentam elementos literários e estéticos da literatura ou não. Portanto, esta categorização se identificará como categorias estéticas, mantendo a mesma lógica analítica da categoria temática já descrita na tabela.

A primeira tabela, identificada como categorias temáticas, com o material de Emilia Rosa, a seguir, será apresentada, em caráter inicial. Haverá, posteriormente, a criação de mais de uma categorização para tabela e análise das obras de uma

forma diferente, que passará a se chamar categorias estéticas para obter resultados significativos a respeito de recursos literários e poéticas inseridos em textos dos escritores surdos. Entretanto, por se tratar de uma análise experimental, foram inseridas apenas três categorias. Os textos de Emilia-na Rosa (2017) para análise, foram deslocados de acordo com o seu estilo, para uma área temática, Poesia. Os gêneros da literatura diferentes, nos quais as obras dos escritores surdos estão encaixadas, que são organizados em espaços individuais, atribuem melhor orientação em termos de acompanhamento e compreensão.

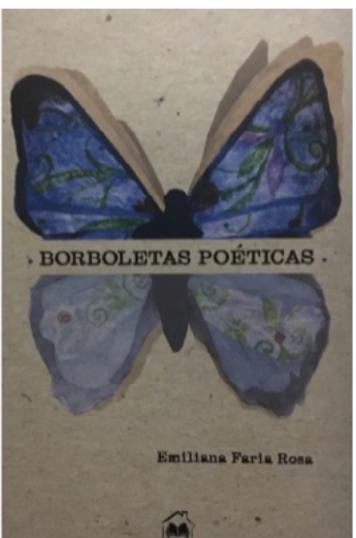
O propósito da segunda categorização criada é qualificar o status literário e buscar compreender características estéticas dos escritores surdos através de seus textos em L1 e L2⁵⁶.

Poesia

Entre os cinco escritores surdos a serem analisados está Emilia-na Rosa, que é uma poeta surda, e exerce a poesia não sinalizada, ou seja, escreve versos em Língua Portuguesa (que é sua L1). Suas poesias são, embora em maioria implícitas pela proposta de escrita, relacionadas ao seu cotidiano e às suas fases de vida.

Figura 2: Capa do livro *Borboletas Poéticas*, de autoria de Emilia-na Faria Rosa.

Fonte: Arquivo pessoal do autor.



56. Depende da aquisição de linguagem do surdo, a L1 significa o Português ou a Libras como Primeira Língua, e a L2 segue o mesmo critério anterior. Por exemplo, um surdo que não apresenta os padrões linguísticos do Português usa a Libras como a L1.

É importante ressaltar que *Borboletas Poéticas* é um livro de poesias, lançado em 2017, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, pela editora local⁵⁷. São 93 poesias, sem indicação de título, divididas em três partes, como fases de sua vida. A figura na capa do livro é de uma borboleta, mas não é qualquer borboleta, segundo a própria autora nos agradecimentos. É uma tradução artística. A autora⁵⁸ da arte fez o cuidado de traduzir a borboleta descrita por Rosa em texto para uma “borboleta viva”. Segue o texto da orelha escrito pela própria autora sobre a relação com as suas línguas e suas vivências:

Sobre ser surda? Sim, sou surda. Bilíngue, ou seja, tenho duas línguas: a Libras (Língua Brasileira de Sinais) e o Português. Sortuda, eu... Duas línguas para ser, viver, criar. O Português é minha língua de escrita; a Libras é minha língua de liberdade. E borboletas? Também. Eu aprendi a gostar quando percebi que sou, somos, borboletas. Ficamos nos casulos da vida até estarmos prontos para voar... As pessoas me acompanharam a cada lugar que eu fui. Lugares, pessoas, vivências, tudo isso passava do sentir para o papel. As poesias, que neste livro estão, são eu. Há um pedacinho de mim em cada uma delas. E, talvez, de você. Quem sabe? (ROSA, 2017).

Diferentemente de Guimarães, ao menos em termos de identidade linguística, a poeta surda transita nas duas línguas. Seu texto é uma memória a ser compartilhada a quem for ler ou tiver dúvidas a respeito da existência de surdos usuários da

57. Editora Vivilendo, que pode ser apreciada através de seu site: <https://vivilendo.com.br/>

58. Candy Uranga, o nome de sua página artística no Facebook é “El Mundo de Candy Uranga”, que pode ser acessada: <https://www.facebook.com/elmundodecandyuranga/>

Língua Portuguesa. Essas memórias surdas são feitas de vivências sociais, culturais e linguísticas que contribuem para a compreensão da sociedade a respeito da ideia do que é a surdez na diversidade em pleno século XXI.

Em Halbwachs (1990,), assim como o caso dos textos literários de Guimarães, as poesias de Rosa podem ser entendidas como uma espécie de diário, em razão do fato de terem relatado seu cotidiano. Apesar de estarem em épocas diferentes, os textos podem contribuir para a construção de uma ligação direta com lembranças e identificações culturais e linguísticas: “se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, também sobre a de outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse começada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias”. HALBWACHS (1990, p.25).

TEXTOS	Política	Surdez	Educação	Oralismo	Língua de sinais	Língua Portuguesa
Página 22		X				X
Página 31						
Página 78		X			X	

Tabela 1: Categorias Temáticas mantidas com o material de Emiliana Rosa analisado

Fonte: Tabela desenvolvida pelo autor.

TEXTOS	Erotismo	Amor	Uso dos recursos poéticos
Página 31		X	X
Página 22		X	X
Página 78		X	X

Tabela 2: Categorias Estéticas

Fonte: Tabela desenvolvida pelo autor.

Transcrição Literal	1 ^a Redução	2 ^a Redução - Categoria
<p>Li amizade nos teus olhos marotos. Vi também carinho e sentimento. Vi confusão nos olha- res constantes. Ah! Não me olhe assim. Não aguento!</p> <hr/> <p>Teus olhos não mentem. Tua boca sim, Esconde o que realmen- te sente. Teus olhos? Teus olhos revelam Que não és indiferente a mim. (Rosa, 2017, p.22)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação Visual • Exposição de sentimentos • Tons poéticos 	<ul style="list-style-type: none"> • Abordagem de amor • Lirismo, pela forma de escrita • Uso da Língua de Sinais • Surdez, pela comunicação entre os olhares do casal

Tabela 3: Primeira e segunda reduções temáticas realizadas

Fonte: Tabela desenvolvida pelo autor.

Como critério para a organização das categorias, foi utilizada a recorrência de temas relativos à surdez e à literatura. Esta recorrência apresentou discrepâncias, na primeira tabela, como, por exemplo, entre os conceitos de surdez e de língua de sinais (maior número de comentários diagnosticados) e os de oralismo e política (tema sem índice de recorrência).

Na segunda tabela, tendo como objetivo analisar detalhes relacionados à literatura, desta vez, trata-se de estilo e técnicas poéticas. Depois da análise das três poesias, percebe-se que, através de suas palavras escolhidas com muito cuidado, elas representam a categoria amor, e as técnicas poéticas são atendidas, o que sugere que a poeta surda tem conhecimento prévio da complexidade da poesia.

Neste caso, privilegiou-se, além da recorrência, o fato do texto de Rosa estar vinculado à temática da experiência com a surdez. Então, mesmo que a categoria língua de sinais apresente

um número grande de recorrências, ela se constitui em foco de análise por sua importância no discurso da autora acerca de suas experiências e opiniões mesmo em forma de poesia. Por ser uma investigação parcial, não é possível fazer discussões e comentários sobre cada categoria em que os textos de Rosa estão, o que será realizado em outro momento.

As análises do texto de Rosa, mesmo parciais, evidenciam que a nova categorização apresenta perspectivas diferentes das do escritor surdo dos anos 60, por questões de contexto e estilismo. Portanto, os escritores surdos não exercem o mesmo estilo literário, conforme suas habilidades de escrever constituídas por seus convívios com ambientes literários, sociais, culturais e linguísticas.

Conclusão

A metodologia utilizada tem sido fundamental na pesquisa por resolver a complexidade do objeto a partir dos caminhos metodológicos apresentados. As análises realizadas revelam uma postura propícia na apresentação de dados através das tabelas elaboradas; expõem claramente diferentes contextos dos autores surdos analisados através de suas vivências, linguísticas e culturas. Sobre a identidade e a diferença, Silva (2000, p.76) trata da essência do ser e afirma que “elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais”.

No que se refere à memória, em Pollak (2006, p.34), uma história de vida individual, como no caso do livro de Guimarães

e também no de Rosa, não precisamente se trata disso, porém é evidente haver uma forma indireta que não pode ser ignorada de modo algum, uma vez que ela pode ser vista como um apor-te de memória. A identidade narrativa é construída a partir de seus convívios alternativos – bem como literário e social.

Percebe-se que a hibridização cultural decerto é uma âncora que possibilita contextos diferentes, significativamente paten-tes ao produtor de memórias, ao passo que a mesma lhe auxilia a fazer a leitura das questões complexas. Para Canclini (2003), a hibridação é um processo que, via de regra, coexiste na socie-dade atual cuja recém-saída da modernidade vê concretizar, na experiência com a pós-modernidade, as diversas fusões artís-ticas, literárias e comunicacionais. Sem essa metodologia, não teria apresentado as memórias surdas à base de resultados, no sentido de que seriam tratadas de forma científica e estratégica para dar capacidade para explorar melhor os propósitos dos escritores surdos por meio de seus textos literários.

Referências

- ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: Dilemas da Subjetividade Contem-porânea. Rio de Janeiro-RJ: Editora UERJ, 2010.
- ARFUCH, Leonor. **Memoria y Autobiografía**. Exploraciones en los límites. Buenos Aires: Editora Fondo de Cultura Económica, 2013.
- ARFUCH, Leonor (org). **Identidades, sujetos y subjetividades**. Buenos Aires: Editora Prometeo Libros, 2005.
- BARTHES, Roland. **Introdução à análise estrutural da narrativa**. In: BAR-THES, Roland. Análise estrutural da narrativa. 5. Ed. Seleção de ensaios da Revista “Communications”. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1993.
- BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Narradores de Javé: a memória entre a tradição oral e a escrita**. Porto Alegre, 2006. Disponível em: www.

- museu.ufrgs.br. Acesso em: 24 jun.2015.
- GUIMARÃES, Jorge Sérgio L. **Até onde vai o surdo**. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Tupy Ltda, 1961.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990.
- JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. P.90-113.
- KARNOOPP, L.B. **Produções Culturais de Surdos**: Análise da Literatura Surda. Cadernos de Educação (UFPEl), v. Ano 19, p. 155-174, 2010.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5^a ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2008.
- MINAYO, M.C. DE S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 7^a ed. Petropólis-RJ: Editora Vozes, 1997.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória – a cultura popular revisitada**. 3a. ed. São Paulo: contexto, 1994.
- POLLAK, Michael. **Memoria, Olvido, Silencio**. La Producción social de identidades frente a situaciones límite. Buenos Aires: Editora Al Margen, 2006.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Campinas: Editora Papirus Editora, 1994.
- ROSA, Emiliana Faria. **Borboletas Poéticas**. Porto Alegre-RS: Editora Vivilendo, 2017.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

COLÓFON

Livro composto em Andada e
Open Sans para corpo de texto e
títulos, respectivamente.




Editora
UFPel